

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

**Francisca Maria Teixeira Vasconcelos**



“Reforma Agrária de Mercado” e Territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé – Ce

Natal / RN  
2007

FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS

“Reforma Agrária de Mercado” e Territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé – Ce

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território.

Orientadora:  
Profa Dra. Rita de Cássia da C. Gomes.

Natal/RN  
2007

V447r Vasconcelos, Francisca Maria Teixeira  
Reforma agrária de mercado e territorialização: um estudo a partir do  
programa cédula da terra em Canindé-Ce / Francisca Maria Teixeira  
Vasconcelos.2007.

178 f. ;il. color. enc.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes  
Área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Depto. de  
Geografia, Fortaleza, 2007

1. Políticas públicas 2. Território 3. Identidade I. Gomes, Rita de  
Cássia da Conceição (orient.) II. Universidade Federal do Ceará - Curso  
de Mestrado em Geografia III. Título

CDD 910

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica e Reestruturação do Território.

Dissertação apresentada e aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia da Conceição Gomes – Presidente  
(Departamento de Geografia – UFRN)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Anieres Barbosa da Silva - Membro  
(Departamento de Geografia – UFRN)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar - Membro  
(Departamento de Geografia – UFC)

À todos os trabalhadores e  
trabalhadoras rurais, corpo sólido da  
nação brasileira.

## AGRADECIMENTOS

À todas as famílias integrantes do Programa Cédula da Terra em Canindé-Ce, protagonistas primordiais dessa pesquisa, em especial, Sr. Antônio, Elizabete, Sr. Bilam e Sr. César, pela colaboração, através das incansáveis conversas e informações fornecidas.

À minha família pela amizade, dedicação e apoio incondicional, a mim dispensados mesmo no período de ausência, principalmente a Helena, Edmar, Gizelda e Edmo (meus pais).

À professora Rita, pela presteza e superação dos momentos difíceis ocorridos no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores José Levi Furtado Sampaio e Francisco Amaro Gomes de Alencar, meus mestres queridos, pelas suas inenarráveis contribuições e importância na minha vida acadêmica.

Aos professores Anieres e Fernando, pela orientação na Banca de Qualificação, fundamental para a construção deste trabalho.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudo.

À Comissão Pastoral da Terra-Ce, pela oportunidade de conviver com trabalhadores rurais, agentes pastorais e diversas pessoas comprometidas com a realização da reforma agrária: Angelita, Lucimar, Pe. Géu, Luízinha, Lia, Fátima, Raimundão, Eliete, Diana, Simone, Bosco, Clarice, Rita de Cássia, Ritinha e Alfredo.

Aos potiguares: Ana Amélia, Karina, Kátia, Josélia e Rosa, pela amizade nos momentos difíceis.

À Carla Patrícia, Marluce, Paula, Rosália, Lidemberg, Celina, Francineila, Mardineuson, Wellington, Mariinha e a Prof. Fátima, pelo carinho e ajuda.

À Antônio Marcos Pontes, pela segurança a mim transmitida e pela comemoração de cada desafio superado.

À Cícero Nilton Moreira da Silva, pelas sugestões, reparos e críticas ao trabalho e ainda, pela amizade e alegria não só no sufoco das atividades acadêmicas, como também da vida pessoal.

Ao meu amigo de todas as horas, Edjango Lima Freitas, pela paciência, gentileza, respeito e acima de tudo, por existir na minha vida.

Por fim, o meu agradecimento de forma especial ao meu companheiro, Ronaldo Nogueira, pelo estímulo e dedicação, sem o qual não teria sido possível o término desse trabalho.

Muito obrigada a todos.

## RESUMO

A pesquisa Reforma Agrária de Mercado e Territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé-Ce tem como proposta discutir até que ponto a denominada reforma agrária de mercado tem a capacidade de territorializar as famílias residentes em cinco dos sete “assentamentos” criados via recursos do Programa Cédula da Terra em Canindé-Ce. Nesse contexto, o presente trabalho analisa as relações de poder e o tipo de identidade espacialmente delimitadas nesses “assentamentos”, tentando apreender a relação dialética que perpassa o processo de domínio e apropriação desses espaços pelas famílias que deram entrada na compra da terra. O procedimento metodológico por nós utilizado privilegiou a realização de entrevistas com as famílias envolvidas nesse processo, com lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com técnicos agrícolas, e ainda com os coordenadores a nível estadual do Programa Cédula da Terra em Fortaleza. A análise da reforma agrária de mercado em Canindé infere que as famílias ao darem entrada na compra da terra, detinham a confiança e esperança de melhoria da sua qualidade de vida aliada ao acesso a terra, no entanto, isto não ocorreu em parte expressiva das áreas estudadas. As territorialidades detectadas apontam, em linhas gerais, para o agravamento da pobreza paralelo ao endividamento das famílias, comprometendo assim, o processo de territorialização das mesmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Reforma Agrária. Reforma Agrária de Mercado. Território. Territorialização. Poder. Identidade.

## ABSTRACT

The research "Reforma Agrária de Mercado e Territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé-Ce", has an objective to discuss until what time denominated agrarian reform has capacity of territory the of families in five from the seven settlements created by resources from the programme cell of earth in Canindé-Ce. In this context, the present work analyzes the relation ship between power and kind of identity, in special in those settlements, trying to learn the dialectic relationship. That passes by the process and appropriation in these spaces by these families gave the beginning of buying the land. The procedure methodologic used by us gave privilege to realize the interview included in this process, with the leaders of rural associations (STR); commission clerical of earth (CPT); rural workers movement without land (MST); with agricultural technicians, and so the local coordinators of cell of earth in Fortaleza. The analysis of agrarian reform in Canindé, infers that the families giving entrance in buying the land, they could create a hope in quality of life for getting the land. Nevertheless, it did not happen, in the most of the parts of the areas in study. The territories present in general focus, the worse process of poorest besides the amount of debts of these families, putting in risk the territorialization of themselves.

KEY – WORDS: Public Politics. Agrarian Reform. Market Agrarian Reform. Territorialization. Power. Identity.

## LISTA DE FIGURAS

	pg
1 Fluxograma de operacionalização do SAT	52
2 Fluxograma de operacionalização do SIC	53
3 Conflitos por terra no Ceará (1998 -2006)	83
4 Número de assentamentos por programa em Canindé-Ce	96
5 Assentamentos Federais -Ceará/Canindé (2003-2006)	97
6 Paisagem árida – “assentamento” Cacimba Nova	99
7 Pequenos açudes – “assentamentos” Santa Clara e Juá	101
8 Cisterna de Placa – “assentamento” Oiticica	102
9 Barreiro – Cacimba Nova,	103
10 Casa-Sede, residência do presidente – “assentamento” Santa Clara	105
11 Casas que não foram construídas e material estragado- “assentamento” Cacimba Nova,	106
12 Casas com rachaduras – “assentamento” Cacimba Nova	106
13 Banheiros que não foram terminados – “assentamento” Cacimba Nova	107
14 Grupo Escolar - “assentamento” Santa Clara	108
15 As duas únicas casas existentes no “assentamento” Oiticica	138
16 Casa que fica do atrás do serrote – “assentamento” Cacimba Nova	139
17 Sr. Dicássio – “assentamento” Juá	141
18 Cultura temporária no quintal da casa de uma família assentada – “assentamento” Santa Clara,	144
19 Flagrante de queimada no “assentamento” Juá	145
20 Solo “assentamento” Cacimba Nova,	146
21 Lixo exposto (Juá) e preparação de área para plantio (queimada)– “assentamento” Oiticica	147
22 O carnaubal que se destaca na paisagem do “assentamento” Santa Clara	148
23 Local de reunião da associação do “assentamento” Juá	150

## LISTA DE MAPAS

	Pg
1 Localização da área de estudo Canindé-Ce	18
2 “reforma agrária de mercado” – Ce (1997/2003)	55
3 Territórios – núcleos / Ceará	86

## LISTA DE QUADROS

	Pg
1 Ano de contratação, valor, tamanho, número de famílias e distância da sede municipal dos “assentamentos” analisados	19
2 Comparativo dos Programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP) – 1997 a 2002	62
3 Projetos Estaduais de assentamento	81
4 Assentamentos rurais – Canindé – Ce 2006	93

## LISTA DE TABELAS

	Pg
1 Assentamento de famílias por período de governo/Brasil	34
2 Número de famílias assentadas 1995-2002/Brasil	35
3 Número de famílias incluídas indevidamente no cômputo do número de famílias assentadas em programa de reforma agrária (1995-2002) / Brasil	37
4 Famílias assentadas por região/Brasil, 2003-2006	41
5 Demonstrativo dos resultados da reforma agrária de mercado. 1997-2006 / Ceará	63
6 Estabelecimentos rurais por classe de área em hectares Ceará (1995-1996)	76
7 Assentamentos Federais/Ceará (1985-2006)	79
8 Número original de famílias e de desistências	110

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CEB	Comissão Eclesial de Base
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FRT	Fundo Rotativo de Terras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCPR	Programa de Combate a Pobreza Rural
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
SAT	Subprojeto de Aquisição de Terra
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Pecuária
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação
SIC	Subprojeto de Investimento Comunitário
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo

UDR	União Democrática Ruralista
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura
UNICAMP	Universidade Estadual e Campinas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

	Pg
1. INTRODUÇÃO	13
2. A POLÍTICA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	22
2.1. Caminhos e desafios da reforma agrária no Brasil	24
2.2. A “reforma agrária de mercado”	43
3. A QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO CEARÁ	66
3.1. A questão agrária no Ceará – origens e perspectivas	68
3.2. Territorialização da Reforma Agrária e a “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce	88
4. RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO NOS “ASSENTAMENTOS” DA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” EM CANINDÉ-CE	120
4.1. Relações de Poder no cotidiano dos “assentamentos”	122
4.2. Identidade Social e Territorialização nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE	170

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O tema da pesquisa

A partir do advento do Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, sucessivos governos deram no seus discursos, prioridade à Reforma Agrária. A exposição de motivos que acompanhou o Estatuto da Terra, já em 1964 colocava a urgência da Reforma Agrária como uma necessidade inadiável para promover a justiça social, instrumento capaz de acabar com as distorções na estrutura fundiária, através da desapropriação dos latifúndios improdutivos, redistribuindo e colocando em produção as terras ociosas, gerando empregos, aumentando a produção e a produtividade, e possibilitando o surgimento de uma classe média rural mais numerosa e forte.

Os tempos mudaram, o país se urbanizou, as cidades cresceram com a industrialização, e o êxodo rural desordenado contribuiu para o aumento dos problemas sociais que se agravam a cada dia. No entanto, os problemas no campo não pararam de crescer, tais como: a concentração da terra, relações de trabalho atrasadas, a falta de oportunidade de acesso ao trabalho, à terra, a água e a outros meios de produção, tudo isso gerando desemprego, fome e miséria. Setores da agricultura se modernizaram, ocorreram avanços nas relações de trabalho em segmentos isolados e, em outros, a situação não sofreu alteração, muito pelo contrário, o Brasil continua no início desse século com concentração da terra, renda e com o agravamento de outros indicadores sociais que em nada dignificam o povo brasileiro.

Neste contexto, paralelo ao aumento da abrangência a nível nacional dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária, o governo federal foi tentando acertar na criação de alguns programas e políticas que viessem a conter a euforia da grande massa de trabalhadores rurais sem terra espalhados pelo país ao longo da história. Com o intuito de se qualificar essa afirmação pode-se citar não só a elaboração do Estatuto da Terra (década de 1960), como também do I Plano Nacional de Reforma Agrária (década de 1980) e os programas de compra venda da terra (década de 1990).

A implantação dos programas de compra e venda no Brasil teve início em 1996, a partir da criação no Estado do Ceará do Projeto São José, popularmente conhecido como Reforma Agrária Solidária. A partir da denominada Reforma Agrária Solidária, teve início em 1997 o Programa Cédula da Terra, estendido posteriormente para outros estados da região Nordeste (Maranhão, Bahia e Pernambuco) e para o norte de Minas Gerais.

O Programa Cédula da Terra consistiu basicamente na criação de uma linha de crédito para a compra de terras, por trabalhadores sem terra ou minifundistas, que necessariamente deveriam estar organizados numa associação, a qual seria responsável por negociar diretamente a compra da terra com os proprietários. As associações deveriam indicar a terra que seria então adquirida. Após a aprovação do projeto pela unidade técnica estadual, era autorizado o financiamento disponibilizado pelo Banco para o pagamento da terra.

Após a criação do Cédula da Terra, foram criados mais dois programas, denominados respectivamente, Banco da Terra (1998) e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002). Esses três programas passaram a ser denominados conjuntamente de “reforma agrária de mercado”. Essa denominação foi dada pelo conjunto de movimentos socioterritoriais de luta pela terra, que viram esta política como incapaz de gerar mudanças estruturais na estrutura fundiária, representando um entrave na implementação da reforma agrária via desapropriação (prevista na constituição). Desse modo, a principal questão referente à posição contrária dos movimentos sociais à reforma agrária de mercado, acontece pelo fato de não se saber até que ponto esse modelo de intervenção fundiária possui a real capacidade de democratizar o acesso a terra.

O termo “reforma agrária de mercado” passou também a ser utilizado por estudiosos do assunto, sendo empregado por intelectuais comprometidos com a questão agrária no Brasil e num momento posterior, pelo próprio Banco Mundial, numa tentativa de assumir uma posição neutra frente ao novo tratamento da questão agrária. O termo “reforma agrária de mercado” dar-se pelo fato de ser uma política que está totalmente voltada para os ditames neoliberais, e em perfeita sintonia com as diretrizes do Banco Mundial. Essa expressão será aqui

empregada pelo fato de que a mesma funciona sob a lógica capitalista, onde a terra só está disponível para quem pode pagar por ela.

Ainda no que se refere à terminologia aqui adotada será utilizada a compreensão de Alencar (2005) para quem os assentamentos provenientes desses programas são resultantes de um processo de financiamento bancário e não de um ato de desapropriação de terras, que não vem cumprindo sua função social. Sendo assim, esses assentamentos devem ser entendidos enquanto imóveis e os assentados enquanto mutuários. Neste sentido é que no decorrer do trabalho ao se tratar das áreas adquiridas com os recursos advindos dos três programas que constituem a “reforma agrária de mercado” serão usadas as palavras assentamento e assentado, entre aspas.

Objetivando um maior desvendar sobre essa nova forma de tratamento da questão agrária pelo governo brasileiro, este trabalho é um estudo da “reforma agrária de mercado” a partir de setenta por cento dos “assentamentos” integrantes do Programa Cédula da Terra, localizados no município de Canindé-Ce, no período de 1998 a 2006.

Para isso, os referidos “assentamentos” foram analisados a partir da perspectiva do território, numa tentativa de melhor entendimento e interpretação das novas mudanças e transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, a partir da criação dos programas de compra e venda. A respeito disto, nossa discussão teórica sobre território, teve como base a posição de Raffestin (1993) que compreende o território como um espaço cujo domínio é estabelecido a partir de relações de poder. Contudo, Haesbaert (2004, p. 89) ao analisar a inerência entre relações de poder e identidade, assinala que “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos”.

Partindo dessa compreensão tomou-se para análise as relações de poder e o tipo de identidade espacialmente delimitadas nos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra em Canindé, tentando entender até que ponto a “reforma agrária de mercado” tem contribuído para a territorialização, ou seja, a relação dialética

que perpassa o processo de domínio e apropriação desses espaços pelas famílias que deram entrada na compra da terra.

Nessa perspectiva, Fernandes (2005, p. 03) ao tecer considerações acerca do estudo dos movimentos sócioterritoriais e sócioespaciais expressa que o território “é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. Essa compreensão deu suporte para o entendimento das relações socioterritoriais inerentes aos “assentamentos” Santa Clara, Juá, Campos do Jordão, Oiticica e Cacimba Nova, ou seja, as territorialidades expressas nas ações diversas dos “assentados”-sujeitos, no seu modo de vida e cotidiano. Assim, a territorialidade deve ser entendida em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal e geográfico.

Para ajudar nessa compreensão, as leituras concernentes ao constructo teórico desse trabalho deram-se através de levantamentos bibliográficos em teses, periódicos, livros, planos e programas governamentais, relatórios, diagnósticos etc. A coleta de dados e informações complementares foram realizadas em órgãos oficiais como o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria da Agricultura e Pecuária (Seagri), no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace) e no Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia (IBGE), em instituições como na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e nos arquivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A pesquisa empírica contou com a realização de três trabalhos de campo, onde no primeiro momento fez-se um contato inicial, a fim de uma apresentação da pesquisa com o intuito de saber se os mesmos aceitariam ser entrevistados. Nesse momento realizou-se um levantamento de dados gerais sobre as famílias e sobre os assentamentos em si, como também iniciou-se às referidas entrevistas. O segundo momento contou com a continuação da aplicação de entrevistas e com um contato mais íntimo com o dia-a-dia do “assentamento” (reuniões da associação, idas aos roçados etc) – Para isso, o grupo ficou hospedado nas casas de algumas famílias e por fim, o terceiro momento que contou com o retorno, para tirar dúvidas que surgiram no decorrer da análise das entrevistas realizadas.

Paralelo às visitas feitas aos “assentamentos” também foram realizadas entrevistas com lideranças do sindicato, da CPT e do MST com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) em Canindé e ainda com os coordenadores a nível estadual do Programa Cédula da Terra em Fortaleza.

Quanto aos trechos dos depoimentos advindos da transcrição das entrevistas realizadas, estes foram aqui relatados de forma fiel à suas falas por uma questão de ética e de respeito à situação social das pessoas entrevistadas.

Nestes termos, na seqüência segue uma breve explanação sobre os “assentamentos” e a nossa área de estudo.

## 1.2 Caracterização da área de estudo e dos “assentamentos” selecionados

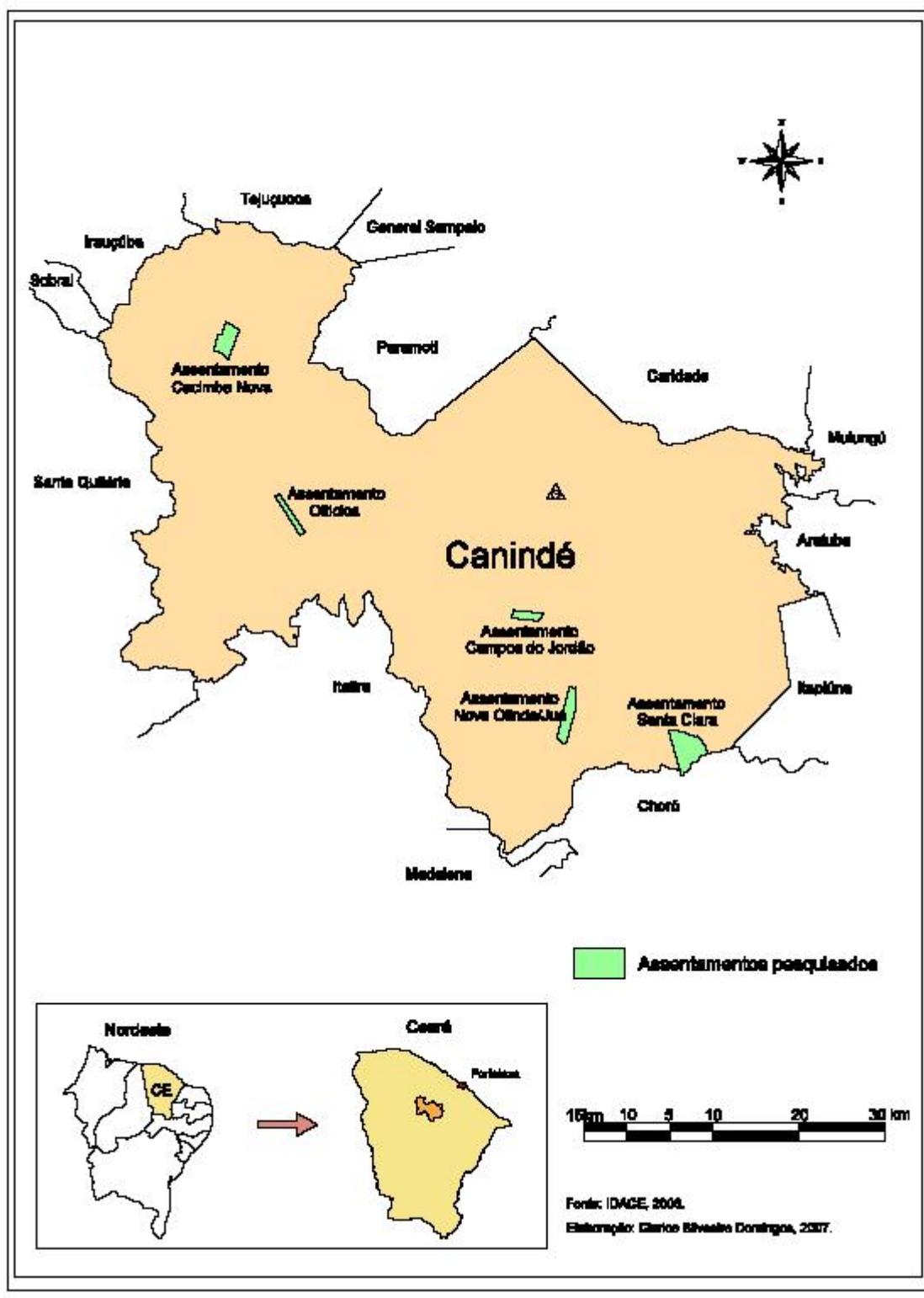
A construção da pesquisa “Reforma Agrária de Mercado” e Territorialização: um estudo a partir do Programa Cédula da Terra em Canindé-se deu a partir de um estudo em cinco “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce.

Os critérios utilizados inicialmente para a seleção desses “assentamentos” (Figura 1) se deram a partir das áreas mais antigas, ou seja, os primeiros assentamentos criados via Programa Cédula da Terra, que tiveram sua criação operacionalizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)<sup>1</sup> e pelo IDACE. Em seguida, considerou-se como importante fator a distribuição espacial dos mesmos, ou seja, tentou-se abranger tanto as áreas mais próximas ao município de Canindé (de fácil acesso), como também áreas mais distantes (de difícil acesso), perfazendo conseqüentemente um representativo considerável de famílias a entrevistar, com o intuito de ser detectada a atual situação vivenciada pelas mesmas.

---

<sup>1</sup> Atual Secretaria de Agricultura e Pecuária (SEAGRI)

Mapa 01: Localização da área de estudo Canindé-Ce



O quadro (1) resume as principais características dos “assentamentos” quanto a período de criação, tamanho, número de famílias e distância da sede municipal.

Quadro 1: ano de contratação, valor, tamanho, número de famílias e distância da sede municipal dos “assentamentos” analisados

“assentamentos”	Data de contratação	Tamanho da área (ha)	Número de famílias	Distância da sede municipal (Km)
Campos do Jordão	04/02/1998	331,05	15	15
Juá	07/01/1998	922,00	18	31
Santa Clara	22/05/1998	1.340,0	20	52
Cacimba Nova	20/05/1998	985,13	20	42
Oiticica	07/01/1998	342,00	11	46

Fonte: SEAGRI, 2006

Todos os “assentamentos” estão localizados no município de Canindé, que possui uma extensão de 2.883 km. O acesso da sede municipal para Fortaleza é pela BR – 020, numa distância de aproximadamente 113 Km. Canindé limita-se a Norte com Caridade, a Sul com Itatira, a Leste com Itapiúna e a Oeste com Irauçuba.

O clima local é do tipo tropical quente semi-árido, com pluviosidade média anual de 756,1 mm, sendo que a temperatura varia de 26 a 28°. O relevo apresenta maciços residuais e depressões sertanejas, tendo como principais tipos de solos: Bruno Não Cálcico, Litólicos, Planossolo Solódico e Podzólico Vermelho-Amarelo. A vegetação caracteriza-se pela presença da Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Subcaducifólia Tropical Fluvial (IPLANCE, 2004).

Por ser uma região localizada em pleno semi-árido, o solo apresenta limitações de recursos hídricos que interferem diretamente no modo de vida de grande parte da população rural. Nos “assentamentos” e nas demais propriedades rurais, os agricultores dependem da estação chuvosa, pois, quando chove, cultivam lavouras de subsistência e, nos períodos sem chuvas, ficam à mercê de programas sociais de assistência do Governo Federal e Estadual.

### 1.3A estrutura da dissertação

O resultado de todas as etapas anteriormente elencadas está posto no presente trabalho, o qual está estruturado em três capítulos. O primeiro trata sobre as origens da questão agrária no Brasil e seus desdobramentos. Nele foi possível fazer uma análise sobre os embates em torno da tentativa de realização da reforma agrária ao longo da história brasileira, em decorrência da apropriação do espaço pelos grandes proprietários de terra. Como reflexo direto dessa situação surge um conjunto de lutas desencadeadas pelos movimentos socioterritoriais, na tentativa da territorialização de milhares de famílias rurais sem terra. Porém, Como resposta dada pelo governo a ação desses movimentos socioterritoriais é implantada a política agrária denominada “reforma agrária de mercado”, assunto que será tratado na segunda parte do capítulo.

O segundo capítulo examina a questão agrária mais especificamente no Ceará, sobretudo em Canindé, demarcando os subsídios que permitiram a produção do território cearense. Essa discussão será feita à luz da dinâmica da reforma agrária via desapropriação e da territorialização da “reforma agrária de mercado” em Canindé, através da implantação de onze “assentamentos” via Programa Cédula da terra e Banco da Terra.

A estruturação do terceiro capítulo se deu a partir das entrevistas realizadas com as famílias residentes em cinco dos sete “assentamentos” integrantes do programa Cédula da Terra em Canindé. A partir dos resultados, analisou-se inicialmente as relações de poder exercidas onde emergem

especificidades sobre a relação das famílias com presidentes de associações, técnicos agrícolas e demais profissionais. Em seguida, abordou-se os aspectos identitários presentes nesses espaços. A exploração desses aspectos permitiram, por exemplo, melhor entendimento da relação das famílias com a terra, como se dá a produção agrícola a partir dos hábitos sertanejos e ainda, a identificação destas, com o trabalho coletivo e com o grupo de “assentados” como um todo.

Por fim, esta discussão favoreceu a identificação de elementos que permitiram um melhor entendimento sobre a territorialização nesses “assentamentos” e assim, acredita-se que as considerações aqui traçadas apresentam-se como uma enorme contribuição à elaboração e execução das políticas públicas de reforma agrária.



CAPÍTULO 02

A POLÍTICA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO  
CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

## 2. A POLÍTICA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A compreensão dos problemas relacionados à questão agrária e seu agravamento nos últimos anos, não pode ser dissociada do modelo de desenvolvimento econômico que tem produzido diferentes tipos de território. De um lado, tem-se o território de uma reduzida classe de grandes proprietários rurais que concentram milhares de hectares de terra e de outro, o território de uma grande massa de trabalhadores rurais sem terra que historicamente foram desterritorializados pelo sistema capitalista de produção. Esta verificação, portanto, nos remete ao conceito de território apontado por Oliveira (1998, p.09) para quem o território deve ser visto como,

Síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc.[...] São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. [...] É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

Como componentes da realidade exposta pelo autor, será discutida a implantação da política “reforma agrária de mercado” no contexto da questão agrária no Brasil enquanto um processo que vai a desencontro com a tão almejada e sonhada resolução da problemática agrária brasileira.

No primeiro momento discorreremos sobre o conjunto de problemas relacionados a propriedade da terra, destacando a resistência dos movimentos socioterritoriais e a implantação de assentamentos rurais.

No segundo momento, analisar-se-á a “reforma agrária de mercado”, enquanto uma política agrária compensatória que tem causado um conjunto de impactos sócio-territoriais. Essa política foi inicialmente implantada no Ceará que

funcionou como laboratório para essa experiência, obtendo posteriormente uma maior dimensão geográfica.

Com o propósito de contribuir para o entendimento deste processo, iniciará-se o estudo sobre a questão agrária no Brasil, focalizando a reforma agrária como uma necessidade contínua reivindicada pela população rural ao longo da história brasileira.

## 2.1 Caminhos e desafios da reforma agrária no Brasil

Falar sobre reforma agrária inclui, necessariamente, falar da luta pela terra e dos demais elementos referentes à questão agrária no Brasil, pois o processo de ocupação e exploração do espaço agrário brasileiro resultou em diferentes formas de controle e de acesso a terra, advindo do processo de colonização portuguesa. Para alguns autores a concentração fundiária, historicamente determinada, em muitos países da América Latina está relacionada ao sistema colonizador, ocorrido nestes países. Como relatam Linhares e Silva (1999, p. 47-50),

[...] a voracidade dos colonizadores na busca e acumulação de terras devia-se a uma incontida ânsia por prestígio. Oriundos de uma Europa mal saída da época feudal, quase todos de origens populares, da pequena nobreza ou burguesia, desejavam reproduzir na América um padrão de vida que caracterizava a grande nobreza de seus países de origem. Vastas extensões de terras, uma casa senhorial e uma multidão de serviçais, dependentes e apaziguados dariam a estes rudes conquistadores o direito de serem tratados e considerados como grandes senhores. [...] Assim, eliminar rivais, estabelecendo-se como único senhor de terras poderia, é verdade, realçar o prestígio do grande proprietário como um senhor local, mas, simultaneamente, eliminava a concorrência de outros produtores e garantia o preço dos artigos por ele produzidos.

Desta forma, a desigualdade social e a concentração fundiária no Brasil, possuem suas raízes no primeiro regime de propriedade, o das sesmarias, que perdurou por três séculos, tendo por base a concessão de terras às pessoas nobres, mais privilegiadas diante do Estado português, iniciando assim, o

processo de concentração fundiária no Brasil, sendo o latifúndio a expressão maior desse processo.

Assim, no período de colonização o acesso à terra ficou restrito às poucas famílias de confiança da Coroa Portuguesa, “brancos” e católicos, enquanto os índios e escravos ficaram à margem desse processo. Esse fato contribuiu para que o período colonial tivesse como sustentação três pilares básicos: o latifúndio, a monocultura de exportação e a força de trabalho escravo, ou seja, a formação do espaço agrário brasileiro foi assentada na grande unidade de produção, o latifúndio, e nas relações escravistas de produção. Paralelo a essas categorias surgem outras como aquelas referenciadas por Antonello (2001, p. 102) quando estudou a mutação do campesinato ao longo da história,

[..] a dos sitiantes e a dos posseiros. O primeiro nasce subordinado ao proprietário de terra, pois a sua sobrevivência estava condicionada ao pagamento de foros anuais por se localizarem no interior e/ou nos interstícios das grandes propriedades. A segunda busca autonomia ao se instalar em áreas de difícil acesso, desenvolvendo uma economia de subsistência.

A autora relaciona, assim, a produção de subsistência a uma atividade que possuía um relativo isolamento geográfico e social. A formação da grande propriedade no Brasil não pode ser desvinculada da formação da pequena propriedade que se dedicava à agricultura de subsistência. Esta era realizada no entorno das culturas comerciais, para o abastecimento das pessoas engajadas nos engenhos e fazendas de gado, através da produção de alimentos praticada em pequenas propriedades ou no interior das grandes propriedades produtoras de cana. A produção de subsistência nasceu como subordinada, no entanto, com uma considerável importância para a sobrevivência dos centros urbanos e rurais e ainda, enquanto alternativa de sobrevivência das pessoas que não eram integrantes das categorias sociais mais abastadas.

Ao contrário das culturas de exportação da época, a produção de subsistência apresentava uma conotação depreciativa. De acordo com Silva, J. G. (1980) as pessoas que se aventuravam à produção de gêneros alimentícios, eram excluídas pelas demais classes sociais, eram geralmente vistas como desocupadas e vagabundas. Eram pessoas que não possuíam condições de

obter escravos para ajudar na produção, não possuíam terras e os que a tinham, geralmente não era de forma legal e reconhecida. Essa situação vivenciada por esses pequenos proprietários e posseiros, era de caráter bastante desfavorável. Para Prado Jr. (1972, p. 46) essas categorias,

[...] constituíam-se às margens das economias de grandes explorações, umas pequenas e pobres culturas especializadas na produção de alimentos. Será este um setor subsidiário da economia colonial de expressão quantitativa e qualitativa mínima [...].

Com o fim do regime de sesmarias em 1822 tem-se uma crescente ocupação das terras devolutas<sup>2</sup> por posseiros, tendo as pequenas unidades de produção uma significativa expansão. No entanto, em 1850 essa expansão é barrada pela criação de uma nova legislação sobre a posse da terra, a Lei de Terras.

A Lei de Terras, instituída em 1850, estabeleceu dispositivos jurídicos legais para o acesso à terra. Dessa forma, esta, reforçou a grande propriedade latifundiária, pois determinava que a aquisição de terras só poderia se dar mediante pagamento em dinheiro. De acordo com Martins, J. S. (2000) com a criação da Lei de Terras e com a sua transferência ao particular domínio e posse, criou uma espécie de direito absoluto que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar à terra de forma plena, uma função social.

O contexto em que é aprovada a Lei de Terras remete-se ao auge da produção do café no Brasil e a necessária quantidade de mão-de-obra escrava para tal. A crescente campanha pela abolição da escravatura, promoveu a redução da oferta de mão-de-obra e o surgimento da imigração como alternativa. Desta forma, se a terra continuasse com livre acesso para todos, os imigrantes ao chegarem ao Brasil certamente iriam preferir ter um pedaço de terra com o objetivo de produzir para si próprio do que vir a fornecer mão-de-obra para os grandes proprietários do país.

A Lei de Terras institucionalizou o que já vinha sendo gerado desde a ocupação do território brasileiro. Legalmente, não se podia ter acesso à terra por

---

<sup>2</sup> São terras desocupadas e desabitadas – vagas (Dicionário Aurélio, século XXI)

outro meio que não fosse o da compra. Assim, o homem do campo sem terra foi mais uma vez excluído deste processo, ficando a terra acessível apenas aos que possuíam dinheiro.

Desse modo, a Lei de Terras representa uma linha divisória entre o cativo do homem (escravo) e o cativo da terra, ou seja, nessa época a terra também passara a ser propriedade apenas dos que possuíam condições sócio-econômicas. Significou, ainda, a resolução de problemas para a grande classe detentora de terra e mão-de-obra e o agravamento destes para a grande massa “despossuída”. Esse momento da história do país foi bastante adequado para a realização da reforma agrária, mas infelizmente esse não representava, nem de longe, os interesses das elites agrárias e políticas brasileiras.

A partir do final do século XIX e início do século XX o Brasil vivencia um relativo crescimento industrial e um conseqüente crescimento urbano em algumas regiões do país. O impulso dado pelo governo para a ocupação de núcleos coloniais oficiais, dentre eles, São Paulo, contribui para solucionar problemas como a produção de alimentos (problema freqüente desde o período colonial) e ao mesmo tempo para a oferta de mão-de-obra para as grandes fazendas produtoras de café. No entanto, uma nova classe dominante começa a despontar com o interesse principal de expandir seus negócios no mercado interno, a burguesia industrial. Porém, esta encontra obstáculos, posto que grande parte da população trabalhava para os grandes produtores de café, ou seja, era uma classe que não reunia condições de ser consumidora dos produtos e serviços ofertados pela burguesia. Com base nesta realidade, estas duas categorias entram em choque, visto que os fazendeiros produtores de café têm interesses diferentes da burguesia industrial.

Com a crise de 1929, ocasionada pela queda da bolsa de Nova York, ocorreu uma crise mundial que atingiu profundamente a produção do café no Brasil. Sem os investimentos de capital estrangeiro a exportação do produto decaiu bastante não tendo o governo brasileiro condições financeiras de resolver o problema da superprodução. Dessa maneira, a atividade cafeeira, comandada pelos grandes proprietários de terra, entra em crise e aparece mais uma oportunidade de se realizar a reforma agrária no Brasil, uma vez que do ponto de

vista da burguesia industrial, um país agrário exportador com resquícios feudais, significa um entrave para o desenvolvimento do capitalismo. Democratizar o acesso à terra seria então fazer com que se dinamizasse a economia brasileira, ou seja, os pequenos produtores, através da prática de uma agricultura familiar que se tornariam não só produtores de alimentos para a população local como também consumidores de produtos industriais. De acordo com Stédile (1997) para a burguesia industrial, a reforma agrária seria então a solução para um maior desenvolvimento do capitalismo.

Neste sentido, no decorrer das décadas de 1940 e 1950, a economia local passa por um período de reorganização e o setor industrial vai se consolidando aos poucos através da implantação de inovações tecnológicas. Essa reorganização da economia não alterou o cenário composto pela grande concentração de terras, de exploração e de expropriação do pequeno produtor, aliada a ausência tanto de políticas públicas eficazes de proteção dos trabalhadores, como de políticas de distribuição de terras, o que contribuiu para a geração de vários conflitos sociais no campo brasileiro, emergindo assim, a organização de uma classe social excluída, daí porque, no decorrer dos anos 1950 os conflitos sociais e a demanda pela reforma agrária se tornaram mais expressivos.

No final dos anos 1950 e início de 1960, os debates em relação à questão agrária, ampliaram-se com a participação popular. As Ligas Camponesas no Nordeste, o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MST, a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura - ULTAB e a fundação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG marcaram as lutas camponesas nas décadas de 1950 e de 1960, o que impulsionou a discussão da reforma agrária a nível nacional. Na região Nordeste, a consolidação das Ligas Camponesas, que contou com o forte apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB, representou o símbolo da luta pela terra no Nordeste. Este movimento abrigou o início da organização social pela discussão de um reforma agrária no intuito de atender aos trabalhadores rurais em busca de terra e de trabalho. Neste sentido Medeiros (2003, p. 17) afirma que,

As Ligas Camponesas foram a expressão política de conflitos que se expandiram na Zona da Mata nordestina, em especial nas áreas próximas ao Agreste, no momento em que as mudanças nas relações tradicionais começaram a se evidenciar com os aumentos considerados abusivos do foro (aluguel que os trabalhadores pagavam ao proprietário pelo uso da terra) e o cada vez mais comum corte do sítio (área de terra a que alguns trabalhadores dos engenhos podiam ter acesso para plantio de alimentos).

Assim, no início da década de 1960, a discussão sobre a reforma agrária se repercutia a nível nacional e as lideranças políticas e movimentos sociais pressionavam o governo pela realização da mesma. Os trabalhadores rurais se manifestavam e lutavam pelo reconhecimento de seus direitos. As condições para realização da reforma agrária novamente reapareceu, uma vez que a frente do governo estava um presidente interessado em promovê-la, posto que considerava a reforma agrária como instrumento importante para a modernização do país.

Com o golpe de Estado, a opção feita foi pela modernização da agricultura em detrimento da democratização do acesso à terra pela classe dos trabalhadores rurais sem terra do país. A grande quantidade de conflitos e manifestações em torno da necessidade de realização da reforma agrária ia em desencontro com a necessidade de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, ou seja, a industrialização, iniciada em 1930, reaparecia como prioridade para o governo brasileiro. Com o objetivo de conter a atuação dos movimentos sociais e como resposta a estes, foram elaborados o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra. Dessa maneira, o governo militar começa a fazer sua tentativa de intervir na questão agrária de forma mais perceptível. No entanto, a questão agrária foi utilizada para viabilizar a política econômica do governo através da cristalização da modernização tecnológica das grandes propriedades. Como ressalta Martins, J. S. (1984, p. 33) ao estudar a militarização da questão agrária no Brasil,

O encaminhamento da questão fundiária, pela ditadura militar, não podia fazer-se separadamente da questão do desenvolvimento econômico, inclusive do desenvolvimento da agropecuária, entendidos como fortalecimento da grande empresa capitalista e sua expansão. O governo procurou ajustar o problema da terra, aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta pela terra.

O Estatuto da Terra patrocinou ainda o capitalismo impulsionado pelo regime militar após 1964, promoveu a modernização do latifúndio, através do crédito rural subsidiado e abundante, provocando uma mudança na base produtiva com a utilização de máquinas e insumos químicos em grande quantidade. Na mesma linha de raciocínio e como integrante do quadro de vários estudiosos do processo de modernização da agricultura no período da ditadura militar, Gonçalves Neto (1997, PP. 224-225) aclara a seguinte questão,

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que se pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total.

Todas essas transformações de base técnica tiveram como consequência a efetiva territorialização das relações capitalistas de produção no campo, em detrimento da desterritorialização da classe de trabalhadores rurais. O desenvolvimento do sistema capitalista no meio rural contribuiu de maneira decisiva na modificação do seu caráter produtivo. A expansão do capitalismo no campo se dá, como assimila Martins, J. S. (1979, p. 177) “através da sujeição da renda da terra ao capital”. Isto é, o capitalista adquire a propriedade, comprando-a para vender ou para explorar, sujeitando a renda da terra e, conseqüentemente, o trabalho que também se dá na terra. De tal modo, O Estatuto da Terra deu respaldo legal à política modernizante e apesar de também contemplar a Reforma Agrária, na prática se efetivou apenas a resolução pontual de conflitos, sustentando a permanência e/ou fortalecimento dos grandes proprietários rurais e do capital no campo brasileiro.

Toda a economia brasileira cresceu vigorosamente. O Brasil urbanizou-se e industrializou-se, sem necessitar democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. A industrialização e o crescimento econômico não precisaram da reforma agrária para se efetivar, contribuindo para a afirmação da tese de que a reforma agrária não era necessária para o desenvolvimento econômico do país. Porém, a falta de uma política de reforma agrária passou a se

refletir claramente no dia a dia do campo ou das cidades brasileiras. Trabalhadores rurais migraram para outras regiões do país, como Amazônia, Centro-Oeste ou para os centros urbanos, procurando uma maneira de sobreviver. Para Fernandes (1999) a apropriação, controle e particularmente a concentração da terra pelo capital, significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, ou país por uma pequena classe. À medida que cresce e se desenvolve o capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção.

É desta forma que em meados da década de 1980, com o fim da Ditadura Militar, reacende-se a chama de realização da reforma agrária. Movimentos sociais, Igreja, sindicatos e alguns partidos políticos podiam cobrar do governo sem ter como consequência a opressão dos vinte anos de ditadura, desta forma acontece uma rearticulação desses grupos. Neste sentido, a CPT, o MST, a CONTAG e o Partido dos Trabalhadores (PT) surgiam enquanto segmentos que defendiam e exigiam uma reforma agrária urgente, os mesmos se uniram na busca de implementação do plano que priorizava as desapropriações por interesse social associada à prática política de assentamento de famílias rurais sem terra. Em 1985, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, num cenário constituído de exclusão, de conflitos e de mobilizações sociais, envolvendo trabalhadores urbanos e rurais que tentavam mostrar para a sociedade o outro lado da modernização, uma modernização que como destacou Silva, J. G. (1982), para eles foi bastante “dolorosa”. Tal como o Estatuto da Terra, o I PNRA da Nova República, também ficou apenas no papel, posto que as elites que comandavam o poder do país na época optaram novamente pela não realização da reforma agrária. É o que afirma Martins, J. S. ao analisar a questão agrária após o término da ditadura militar no país,

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia [...]. Propor uma reforma agrária significa

desafiar seus interesses, ou então, indenizá-los a preço que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária. (MARTINS, J. S., 1997, p. 35)

Fica evidente no pensamento de Martins, J. S. que o jogo de alianças feitos no início da Nova República, deixou claro que os grandes proprietários de terra do país não foram enfraquecidos com o crescimento urbano-industrial. A possibilidade da reforma agrária ainda sofreria uma grande derrota na Constituinte de 1988, mesmo sendo aprovada, prevaleceu o interesse dos grandes proprietários de terra em aliança com os grandes empresários também interessados na não realização da mesma. No decorrer desse processo conseguiram a aprovação de uma emenda que tornava a propriedade produtiva intocável. Esse fato tornou claro os novos aspectos que compunham a questão agrária da época: com novas complexidades, interesses e atores.

Em face dos muitos retrocessos na tentativa de se realizar a reforma agrária, tanto políticos como jurídicos, ao longo dos anos de 1960, 1970, e 1980, os movimentos sociais continuaram suas ações a favor da reforma agrária, o que resultou em 1989, na elaboração de uma proposta de Lei Agrária e outra de Rito Sumário (FERNANDES, 1999). Esta Lei propunha a existência de regulamentações para a desapropriação de terras. Aprovada em 1993, no governo de Itamar Franco, a Lei Agrária representou um importante avanço no encaminhamento do processo de criação de assentamentos, como por exemplo, a desapropriação da propriedade que não cumprisse sua função social. Todavia, mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas continuaram sua luta contra a desapropriação de terras, dificultando os processos desapropriatórios, inclusive os já aprovados. Nos anos seguintes, os movimentos sociais pró-reforma agrária, continuaram mais organizados e estruturados, cada vez mais expressivos, sócio e politicamente falando.

Com a forte tendência a não concretização do assentamento de sete milhões de trabalhadores rurais sem terra no prazo de quinze anos (MEDEIROS, 2003) estabelecidas pelo I PNRA, no período que segue a Constituição de 1988, novas ações começaram a se delinear no sentido de amenizar os vários conflitos por terra existentes pelo Brasil, um exemplo foi a significativa ampliação e

fortalecimento dos órgãos estaduais que passaram a tratar dos assuntos fundiários. Quase todos os estados da federação passaram a dispor de mecanismos de desapropriação de terras públicas para o assentamento de famílias sem terra e em seu conjunto, essas ações estaduais conseguiram beneficiar um número de famílias muito próximo daquele atingido pelo governo Federal. Elementos cruciais à problemática da terra marcaram o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 com conflitos de terra, e a crescente organização e expansão do MST e da CPT pelo país em contraposição aos obstáculos jurídicos que impediram a realização da reforma agrária no início da Nova República. Esses obstáculos jurídicos foram resultantes da hegemonia da classe de grandes proprietários rurais, parte integrante da política nacional e representada pela União Democrática Ruralista (UDR), que tinha como principal intuito o freamento da reforma agrária.

No governo de Collor de Melo, a principal proposta com relação à reforma agrária, era o assentamento de quatrocentas mil famílias através do Programa da Terra. No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de ações do governo anterior (FERNANDES, 1999). Na fase pós-impeachment, com o governo de Itamar Franco a política de assentamentos alcançou um leve avanço com relação ao governo anterior, mas o número de desapropriações não chegou a ter resultados significativos. A gestão de Itamar Franco apenas trabalhou na atenuação dos conflitos por terra.

Para uma melhor visualização e apreensão de como foi o desenrolar do tratamento da reforma agrária desde o regime militar até o governo de Itamar Franco apresenta-se a tabela 1.

Tabela 1: assentamento de famílias por período de governo/Brasil

Período	Famílias assentadas
1985/1989 (governo José Sarney)	83.687
1990/1992 (governo Collor de Mello)	42.516
1993-1994 (governo Itamar Franco)	14.365
Total	140.568

Fonte: INCRA/MDA, 1999

Os números expressos na tabela 1 demonstram que no período compreendido entre 1985 (governo Sarney) até o final de 1994 (governo Itamar Franco) foram assentadas apenas 140.568 famílias, número que fica muito aquém do previsto pelo I PNRA. Deste modo, esses números revelam que nesse período não ocorreu a almejada reforma agrária, ou seja, o acesso a terra de trabalho para milhares de famílias rurais sem terra. Contudo, concorda-se com autores como Fernandes (1999) e Medeiros (2003) para quem mesmo com números que demonstram que ao longo dos anos a quantidade de famílias assentadas por governo diminuiu, esse quadro, é no entanto, resultante da desapropriação de terras (via constituição) e da pressão exercida por movimentos sociais que lutam pela defesa da classe desterritorializada de famílias sem terra. Os números de famílias assentadas, demonstram ainda que a menor quantidade de famílias assentadas se dá exatamente no período de gestão dos governos de Collor de Mello e de Itamar Franco. Fato que pode ser explicado, por exemplo, pela falta de vontade política, através da inexistência de uma legislação legal sobre a desapropriação de terras.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a pressão social pela realização de uma reforma agrária teve continuação, o MST com apoio da CPT segue no processo de ocupação da várias fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Essas ações contribuíram para que o movimento obtivesse mais ainda repercussão nacional, ganhando, inclusive parte da opinião pública a seu favor. Esse fato ocorreu, principalmente, em decorrência da grande violência a trabalhadores rurais sem terra por parte da polícia, com os massacres de Corumbiara e de Eldorado de Carajás. Esses acontecimentos abalaram a popularidade do governo FHC, obtida com o sucesso do Plano Real e a

conseqüente estabilidade inflacionária. Conforme Pereira (2005), com o objetivo de reduzir os vários fatos políticos criados com as manifestações e mobilizações do MST o governo passou a promover uma série de mudanças no seu quadro institucional passando a dar novos rumos para o tratamento do tema reforma agrária. Com isso, o tratamento do tema saiu do âmbito do Ministério da Agricultura, espaço que historicamente sempre foi ocupado pelos ruralistas, e passou para o âmbito do novo ministério criado – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Dando continuidade, o governo FHC ainda conferiu a tomada de uma série de medidas provisórias, decretos, leis complementares e portarias que contribuíram para uma nova forma do Poder Executivo agir com a pressão dos movimentos sociais.

Assim, amparado por tais ações, a tabela 2 evidencia que o governo assentou no decorrer do seu primeiro mandato um total de 238.010 famílias, sendo que no final do seu segundo mandato esse número passou para 286.370 famílias. Dessa maneira, percebe-se que no período do seu segundo mandato o governo de FHC continuou com o seu conjunto de medidas no sentido de administrar os fatos em torno da necessidade de uma reforma agrária no país.

Tabela 2: Número de famílias assentadas 1995-2002/Brasil

Ano	Famílias assentadas
1995	30.716
1996	41.717
1997	66.837
1998	98.740
Sub-total	238.010
1999	99.201
2000	69.929
2001	73.754
2002	43.486
Total Geral	524.380

Fonte: BRASIL / MDA, 2003

Como bem retrata Oliveira, A. U. (2001), dentre as principais estratégias políticas adotadas pelo governo FHC está a repressão policial aos movimentos sociais, através, principalmente, da tentativa de desmoralização desses movimentos a nível nacional com maior destaque para o MST, no sentido de gerar o enfraquecimento de suas bases políticas. Sendo assim, o governo de FHC passou a dar apoio à criação paralela de outros movimentos sociais coniventes com suas idéias para a política fundiária, dentre elas, a criação da “reforma agrária de mercado”.

No final de seu mandato, o governo de Fernando Henrique Cardoso, apresentou um número de famílias assentadas bastante elevado em comparação com os governos anteriores, afirmando, contudo, que teria realizado a maior reforma agrária da história do Brasil. No entanto, tal afirmação gerou muitas controvérsias no meio acadêmico e entre os movimentos sociais, uma vez que entre o número de assentamentos apresentados, incluem-se também as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de Reforma Agrária (OLIVEIRA, A. U. 2001). Esses dados desmistificaram a afirmação de que o seu governo estaria realizando a maior reforma agrária do mundo, posto que parte desses assentamentos ou já haviam sido criados há muito tempo ou eram projetos criados por governos estaduais. A tabela 3 elucida todas essas controvérsias quanto ao real número de famílias assentadas pelo governo FHC.

Tabela 3: Número de famílias incluídas indevidamente no cômputo do número de famílias assentadas em programa de reforma agrária (1995-2002) / Brasil

Discriminação	Total
Famílias assentadas por Estados e Municípios	31.119
Famílias registradas sem identificação no SIPRA	31.613
Famílias beneficiárias do Programa Banco da Terra	76.000
Famílias posseiras com outorga de título de concessão de uso	36.022
Famílias que se enquadram nas normas da Portaria nº 80/2002	46.110
<b>Total Geral</b>	<b>220.864</b>

Fonte: Relatório da CPMI da Terra, 2006.

Os dados apresentados pela Comissão Parlamentar de Inquérito Misto (CPMI) da Terra (tabela 3) reforçam a afirmação apresentada por estudiosos e pelos movimentos sociais, de que o número de famílias assentadas apresentado pelo governo de FHC no final de seu mandato não condiz com a realidade. A tabela demonstra que no número total apresentado existe um déficit de 42,50%, sendo o número real de famílias assentadas de 301.516. A afirmação contida no relatório da CPMI da Terra (2006, p. 223) revela ainda a situação dos 301.516 assentamentos criados,

A grande maioria dos assentamentos criados não foi dotada de infraestrutura, crédito e demais políticas públicas destinadas a viabilizá-los enquanto unidades geradoras de emprego e renda. Esse fato, associado ao baixo investimento inicial per capita, explica o alto grau de evasão e a situação de penúria em que se encontram muitos assentamentos realizados nesse período.

A afirmação acima revela a verdadeira face do tratamento direcionado à reforma agrária pelo governo de FHC, que teve como saldo no final de seu governo um total de 171.288 famílias acampadas por todo o país. Sendo assim, como afirmar que o mesmo realizou a maior reforma agrária do mundo diante de tantas famílias que reivindicavam o direito a um pedaço de chão?

Em face das várias medidas e dos vários instrumentos criados e concebidos no governo de FHC para o tratamento da reforma agrária, e ainda,

dos rumos tomados com relação à mesma, com o governo Lula, surge a expectativa de que a reforma agrária realmente se concretizasse, como uma forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento.

Em novembro de 2003, depois de quase vinte anos de elaboração do I PNRA, o governo Lula, através do MDA anunciou o II PNRA intitulado: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Uma análise geral do II PNRA evidencia que, relativamente, é um documento que apresenta uma ruptura com relação a outras propostas de reforma agrária anteriormente adotadas no Brasil, uma vez que associa a resolução da concentração fundiária à distribuição de renda, ao combate à desigualdade, à promoção do desenvolvimento econômico, destacando a importância dos assentamentos rurais de reforma agrária como um setor estratégico para a segurança alimentar.

O plano tem como principal meta o assentamento de 400.000 famílias até 2007 e estabelece a associação do problema fundiário às questões: de etnia, de gênero, de diversidade cultural, de educação no campo, de regularização fundiária e, além da implantação de novos assentamentos e da recuperação dos já existentes. O PNRA do governo Lula, associa a reforma agrária a possibilidade de uma política de desenvolvimento territorial. O objetivo é acabar com a idéia de um modelo único de assentamento a ser adotado em todo o país e adotar a instalação e desenvolvimento de assentamentos de acordo com as potencialidades e características de cada região, visto que,

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária a cada região do país, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da reforma agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional. (BRASIL/MDA, 2003, p. 10)

Para Fernandes (2003) o tratamento da reforma agrária como política de desenvolvimento territorial representou uma inovação no tratamento da questão agrária no país posto que ao longo da história a reforma agrária foi encarada apenas como uma política de caráter compensatório. Assim, o II PNRA traz como

uma das ações prioritárias, a sua intervenção no meio rural a partir da criação de territórios. Os movimentos sociais também demandaram a adoção desse conceito, como uma forma de soberania do homem do campo sobre o mesmo. Para Coutinho (2003, p. 09) “Essa abordagem territorial vem ao encontro de uma melhor gestão dos governos locais e dos territórios que apresentam características sócio-culturais homogêneas, como a identidade dos comunitários e sua memória histórica, além de ser importante na compreensão dos fenômenos que afetam a sociedade como um todo”. No Brasil, o MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) /INCRA, incorpora e assume este novo padrão proposto de desenvolvimento com base local, buscando soluções de sustentabilidade vista sob essa nova ótica, ou seja,

Para que as políticas públicas, sejam elas estatais ou não-estatais, materializem-se em ações que deverão modificar o território, redesenhando as características da vida coletiva, ampliando o quadro de oportunidades e agregando valor à produção dos diversos segmentos sociais, atores do referido território. (BRASIL/MDA, 2003, p. 05)

Percebeu-se, no entanto, que a adoção da concepção de território voltada para a política agrária do governo Lula foi bastante feliz, contudo não tem existido um acordo nem uma compreensão correta a cerca do conceito de território por parte das instituições que estão à frente desse processo e, principalmente, por parte dos atores sociais protagonistas do mesmo, os trabalhadores rurais. Esse fato, provavelmente acarretará uma série de conseqüências no âmbito dos objetivos inicialmente traçados para a realização de uma reforma agrária.

No entanto, dando continuidade aos aspectos considerados positivos no II PNRA, destaca-se a interlocução entre o governo e os movimentos sociais de luta pela terra, sendo que sua elaboração teve a ativa participação dos mesmos e dos demais segmentos da sociedade civil organizada que o discutiu no âmbito regional e estadual.

Infelizmente, aspectos negativos também perpassaram o PNRA do governo Lula, indo ao desencontro com a verdadeira transformação da estrutura agrária brasileira, dentre eles a continuação pelo governo Lula da política de Crédito Fundiário, que é “[...] um mecanismo de acesso a terra por meio do

financiamento da aquisição do imóvel rural”. (BRASIL/MDA, 2003, p. 21). A meta da política de Crédito Fundiário seria o beneficiamento de 130.000 famílias, ou seja, 32,5% do total de famílias previstas para assentamento via desapropriação. Percebe-se que o governo Lula continua com a denominada “reforma agrária de mercado” criada no governo de FHC, utilizando-a como um dos componentes de sua política agrária.

Outro aspecto negativo é a continuação da divisão entre o Ministério da Agricultura e o MDA. O Ministério da Agricultura conta com um orçamento bem maior e significativo do que o MDA, isto é, os recursos financeiros disponíveis para a realização da reforma agrária e para o atendimento de milhares de famílias sem terra são bem inferiores aos disponíveis para apoiar os grandes proprietários rurais, em seus grandes projetos voltados para o agronegócio de grande porte e exportações.

Numa dimensão mais complexa, depois de elaborado e anunciado, o II PNRA começou a ser executado de forma bastante tímida. A implantação dos assentamentos rurais começou em marcha lenta, resultado da escassez de recursos e do atraso no preenchimento dos cargos de segundo escalão do Poder Executivo. De acordo com o MDA (2007), de janeiro de 2003 a dezembro de 2006 o governo federal assentou um total de 381.419 mil famílias (Tabela 4) em 2.343 assentamentos distribuídos em 31,7 milhões de ha.. Esse número de famílias assentadas corresponde a 95,3% da meta de 400 mil famílias estabelecidas no PNRA. Desta forma, o governo de Lula afirma ter acelerado a criação de assentamentos em relação ao governo anterior.

Conforme o MDA (2006), das 381.419 famílias assentadas no período 2003-2006, 36.301 mil famílias foram assentadas em 2003; 81.254 mil famílias em 2004; 127.506 mil famílias em 2005 e 136.538 mil famílias em 2006. Assim sendo, a média de famílias assentadas por ano foi de 95,3.

Tabela 4: famílias assentadas por região/Brasil, 2003-2006

Região	Nº de famílias	%	Área (ha)	%
Norte	187.724,00	49,2	27.600.000,00	20,0
Nordeste	116.817,00	30,6	2.777.000,00	2,01
Centro-Oeste	53.331,00	14	1.000.000,00	0,07
Sul	9.722,00	2,54	106.200.000,00	77,0
Sudeste	13.825,00	3,62	281.600,00	0,20
Total	381.419,00	100	137.851.600,00	100

Fonte: INCRA/MDA, 2006

A análise dos dados acima, permite verificar que 49,2% das famílias assentadas no referido período foi na região Norte, numa área que corresponde a 20% do total de hectares. De acordo com o governo, este número se constituiu numa importante estratégia de combate a grilagem e a violência no campo daquela região. Partindo-se dos mesmos dados, a região que apresentou o seguinte maior número de famílias assentadas foi a região Nordeste, com 30,6%. Essas famílias foram assentadas numa área que compreende apenas 2,01% da área total. Quanto a maior área adquirida, a região Sul se destacou com 77%. Porém, nesta região foram assentadas o menor número de famílias quando comparada com as demais regiões, 2,54% do total. Esses números equivalem a uma média de 1.900 ha por família.

Contudo, assim como no governo FHC, o governo Lula também tem sido acusado pelos movimentos sociais e por alguns estudiosos, com destaque para Oliveira, A. U. (2006), de depurar os dados relativos à reforma agrária. Para o autor, a divulgação dos dados relativos a 2003-2006 é referente a todas as metas propostas pelo II PNRA (assentamentos, regularização de posse, demarcação e titulação de áreas quilombolas etc.) e não a Meta 01: Novas Famílias Assentadas. Para Oliveira, A. U. (2006, p. 26) “quem perdeu foram os movimentos sociais, pois foram ludibriados nas reuniões de acompanhamento onde sempre ouviram os discursos de que a reforma agrária seria feita”.

Dessa maneira, paralelo a tentativa do governo, de acelerar a implantação de assentamentos rurais no seu primeiro mandato, a questão agrária no país continuou gerando conflitos por terra. Segundo a CPT (2006) ainda existem no país 4,5 milhões de famílias sem terra. Entre 2003 e 2006, cerca de 400 mil dessas famílias continuaram e continuam organizadas na pressão por desapropriações de terras, acampadas na margem de estradas ou propriedades ocupadas. Ainda de acordo com essa instituição dentre os aspectos positivos e que de certa forma representam um avanço no tratamento dessa questão, pode-se citar: melhor diálogo na relação governo e movimentos sociais, não houve repressão policial, tal como no governo anterior, aumento de recursos para assistência técnica e reforma das casas nos assentamentos, maior apoio na construção de cisternas para armazenamento de água, nos recursos para a educação no campo e no consentimento de crédito para os pequenos agricultores através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Assim sendo, de acordo com o que anteriormente foi discutido considera-se como maior desafio para a realização da reforma agrária no Brasil a histórica aliança da classe dominante, ou seja, da classe de grandes proprietários de terra e de grandes empresários brasileiros que sempre estiveram a frente da política nacional, e que nunca estiveram e nunca estarão dispostos a ceder no que se refere a democratização do acesso a terra e ao direito da classe de trabalhadores rurais sem terra de exercerem sua cidadania.

Porém, apesar do número de famílias assentadas no governo Lula e dos benefícios concedidos às famílias já assentadas considera-se que esse governo não priorizou a reforma agrária enquanto principal instrumento da territorialização de milhares de famílias sem terra, também e ademais, percebe-se como aspecto mais grave da política agrária do governo Lula, a manutenção da política “reforma agrária de mercado” através do Crédito Fundiário. Indubitavelmente o mantimento da “reforma agrária de mercado” inviabiliza o combate às raízes da miséria e pobreza inseridas na questão agrária e que historicamente atinge a maior parte da população brasileira.

Inserido nesse contexto desde o governo FHC, o Brasil vem sendo alvo de uma política que revela um novo aspecto do caráter rentista da terra através de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza, esse assunto, portanto, será alvo da próxima discussão.

## 2.2 A “reforma agrária de mercado”

A “reforma agrária de mercado” é uma política que utiliza mecanismos de mercado como forma de intervenção na questão agrária, através do processo de compra da terra pelos trabalhadores rurais sem terra e minifundistas, tendo como principal financiador o Banco Mundial. A partir da metade da década de 1990, essa política revela uma nova forma por parte do Estado de tratar a questão agrária. Para suprir as necessidades de ordem conceitual optou-se pela compreensão de Pereira (2005) no seu estudo sobre a “reforma agrária de mercado” no Brasil, quando assinala que entende essa política como sendo,

Uma política estatal que combina transação patrimonial privada e política distributiva. Transação patrimonial por tratar-se de um financiamento concedido para a compra e venda voluntária entre agentes privados – ou seja, uma típica operação mercantil –, e pelo fato de que os proprietários são pagos em dinheiro e a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente os custos da aquisição da terra e os custos de transação. Política distributiva porque há transferência de recursos a fundo perdido, em proporção variável conforme o caso, para investimentos em infra-estrutura e produção. (p. 93)

Essa política tem como ponto de partida a elaboração pelo Banco Mundial de uma série de pesquisas que apontaram para uma desigualdade econômica e social no meio rural de países da América Latina. Deste modo, conforme esta instituição, estes aspectos se constituíam enquanto principais empecilhos para o processo de crescimento econômico dessa região. Assim, baseando-se na afirmação de Ramos Filho (2005, p. 03), que estudando a lógica de criação da “reforma agrária de mercado” no estado de Sergipe afirma que,

As políticas do Banco Mundial voltaram-se para ações que pudessem promover alguma desconcentração deste bem, a fim de contribuir nesse sentido. Outra motivação diz respeito aos baixos investimentos realizados no meio rural nos já referidos continentes, logo, nada mais oportuno que promover programas voltados para a atração de

investimentos privados para essas áreas rurais que se articulem. Por fim, a preocupação, meramente retórica de redução ou alívio da pobreza (e não com sua eliminação).

Segundo o autor a partir desses fatores, o tratamento da questão da terra passou a ser dotado de uma estratégia de desenvolvimento rural onde ganham destaque o aumento da produtividade e da competitividade com o objetivo de integrar os produtores rurais (independentemente do tamanho) ao mercado e, principalmente, às tecnologias ofertadas por este. No cerne dessa questão, o tratamento da terra e da concentração fundiária, assume um significativo grau de importância, uma vez que está totalmente voltada para a lógica da acumulação e da maximização de lucros.

Neste sentido, Sauer (2002) ao analisar o documento elaborado pelo Banco Mundial intitulado “Estratégia de Desenvolvimento Rural e Plano de Ação para a América Latina e Caribe” também destaca importantes aspectos que demonstram a os reais objetivos da intenção de “reduzir” a pobreza rural nos referidos países. A seu ver, o documento não faz nenhuma referência ao fato de que o crescimento econômico, historicamente determinado e mal distribuído é que são as reais causas da pobreza existente nesses países. Toda a lógica do documento está em sobrepôr às vantagens de uma reforma agrária com base nos mecanismos de mercado sobre a reforma agrária via constituição.

Para tanto, sob pretexto de ajuda econômica e solidária, o Banco Mundial começa a delinear a criação de programas desse tipo, para complementar e eliminar alguns obstáculos contidos no processo de reforma agrária desenvolvidos nesses países, para isso, passa a atuar na criação de um conjunto de políticas setoriais apontadas a seguir por Ramos Filho (2005, p. 10),

O primeiro conjunto de políticas visa conhecer a posse das terras, organizar os negócios, reduzir o caos para que em um futuro próximo possa entrar em operação o mercado de terras. O Banco denomina tais projetos de administração da terra e em diferentes países podem ser chamados de titulação, registro ou mapeamento. A defesa (questionável) é a de que sem a existência de um mercado de terras não haverá transferência de terras para os mais pobres, nem investimentos nas áreas rurais. Para o Banco, os produtores precisam da garantia dos empréstimos da mesma forma que os investidores precisam da garantia dos pagamentos. Portanto, é importante a segurança do direito de propriedade, a fim de que a terra seja a ofertada como garantia e/ou

estímulo nas operações financeiras. Com a administração da terra é possível fazer um balanço da sua oferta e procura. Tal medida dá suporte a uma segunda política que é a de privatização de terras públicas e comunais, implementada sob a forma de concessões a corporações que se comprometem a realizar investimentos nas áreas rurais e/ou realizar um tipo de reforma agrária orientada pelo Banco. A terceira política institui o direito legal de vender, alugar, arrendar ou hipotecar as terras como garantia de empréstimo. Como os títulos da terra passam a ser alienáveis, caso o camponês não consiga pagar os empréstimos pode perder a terra.

Desta forma, com a promessa de atenuação dos efeitos sociais causados pela ostensiva concentração fundiária nestes países, combinando tais ações, ou seja, medidas internas recessivas, com a abertura unilateral da agricultura brasileira ao mercado internacional, o Banco Mundial apresenta seu receituário de reforma macroeconômica com as seguintes políticas: privatização de terras públicas, águas e biodiversidade; Ajuste fiscal e Privatização de serviços públicos. Através das respectivas políticas o Banco Mundial passa a influenciar ainda mais a concepção de desenvolvimento e as políticas econômicas dos países periféricos com o objetivo de aprofundar o modelo neoliberal e de apontá-las como uma solução para a desigualdade que assola esses países. No entanto, cabe ressaltar que no Brasil, o período vivenciado pela modernização tecnológica da agricultura não demonstrou que crescimento econômico implique diretamente sobre crescimento e desenvolvimento social. Na tentativa de justificar a adoção e aplicação dessas políticas, Deininger e Binswanger Apud Sauer (2002, p. 09), representantes do Banco Mundial, afirmam que,

As questões agrárias são de importância crítica ao duplo objetivo do Banco Mundial de promover o crescimento econômico e, sustentavelmente, reduzir a pobreza. Tem sido reconhecido, a muito tempo, que o sistema executável, seguro e transparente de direitos de propriedade é uma condição crítica para investimentos e crescimento econômico. Ainda, o acesso à terra permite ao pobre tornar mais produtivo o trabalho familiar, aplainar o consumo e, em muitos casos, acessar mercados de crédito.

A partir dessa premissa, o governo brasileiro (na gestão de FHC) baseado nesses documentos elaborados pelo Banco Mundial criou os programas de compra e venda da terra implementando a “reforma agrária de mercado” no Brasil. Tal fato contribuiu para que o tratamento da questão agrária saísse do território da política, onde o responsável direto pela realização da reforma agrária

era o governo federal, para o território do mercado e do capital com o apoio de poderes locais. O Banco Mundial justifica a implantação dos programas de compra e venda em complemento a reforma agrária via desapropriação a partir dos seguintes pontos: liberdade de escolha das áreas por parte das famílias beneficiadas; descentralização de ações estatais no tocante a desapropriações, ficando o órgão estadual de terras responsável pelo processo de seleção e negociação da terra o que torna o processo desapropriatório menos burocrático; menor custo financeiro do que a desapropriação via tradicional e ainda, o maior aquecimento do mercado de terras locais.

Autores como Sauer (2002), Pereira (2004) e Fernandes (2003) discordam com a justificativa utilizada pelo Banco Mundial quanto às vantagens e viabilização dos programas de compra e venda de terra. No geral concordam que tais programas não devem ser considerados enquanto instrumento de reforma agrária e discordam também do fato do Banco Mundial afirmar que estes vão funcionar como complemento à reforma agrária. Para os autores citados, a idéia é tornar estes programas como uma alternativa à reforma agrária via desapropriação. Ressalta-se, portanto, o pensamento de Pereira (2004, p. 93) quando afirma que os programas de compra e venda da terra, ou seja, a “reforma agrária de mercado” “trata-se de uma construção negativa, fundada na crítica e na desqualificação de outro tipo de ação fundiária”.

Sauer (2002) e Fernandes (2003) comungando da mesma idéia de Pereira (2004) quanto às reais intenções desses programas, entendem que a reforma agrária de mercado consiste numa política de mercantilização de terras que tem como objetivo criminalizar e reprimir as ações dos movimentos sociais de luta pela terra, posto que a mesma foi implantada num momento de grande efervescência nacional, decorrente de manifestações organizadas pelo MST e ainda, funciona como uma política compensatória que tenta amenizar um pouco o cenário de concentração fundiária do país, atrapalhando o tradicional processo de desapropriação de terras até então existente.

Quanto a algumas afirmações de vantagens dos programas de compra e venda pelo Banco Mundial, alguns estudos apontam para uma incoerência de algumas dessas afirmações. Dentre elas, a desburocratização no processo

desapropriatório, menor tempo entre a identificação do imóvel, a compra e o “assentamento” das famílias. Brandão Júnior (2000) e Alencar (2005), ao estudarem os programas de compra e venda no Ceará detectaram contradições quanto a esse aspecto. Dos três programas de compra e venda implantados no Estado, em todos eles os autores verificaram exemplos de demora no processo de tramitação.

Dessa maneira, a principal diferença da reforma agrária via desapropriação quando comparada a “reforma agrária de mercado”, perpassa por questões como a própria lógica de criação, uma vez que a “reforma agrária de mercado” tem como fundamento básico o mercado enquanto instrumento para a aquisição de terras por agricultores sem ou com pouca terra e ainda, os proprietários de terra, enquanto os principais beneficiados de todo o processo, posto que recebem o pagamento pela venda da terra a vista em contraposição ao endividamento dos trabalhadores rurais.

O contexto de criação dos programas de compra e venda da terra no Brasil, resultante da parceria Banco Mundial com os governos federal e estaduais é o de construção de um “Novo Mundo Rural” em curso no Brasil há alguns anos. O país vem passando por transformações na sua base produtiva, onde o rural tem passado por inúmeras mudanças. Essas transformações teriam como fundamento a introdução de novas tecnologias no meio rural, gerando novas funções e conteúdos neste espaço (MARQUES, 2002), ou seja, uma nova configuração econômica e social.

No entanto, paralelo a intensificação tecnológica no espaço agrário brasileiro, novas atividades têm sido praticadas como alternativa de um determinado segmento da população rural que não tem conseguido se inserir neste setor competitivo que é o da agricultura capitalista neoliberal. É o caso, por exemplo, do turismo rural e das atividades de lazer com áreas de pesque e pague. Posto que cada vez mais tem aumentado, por parte da população urbana, a procura por áreas rurais, enquanto espaço de lazer e refúgio. Conforme aponta Silva, A. G. (2002, p. 175), defensor da tese de um novo mundo rural,

Uma característica bem marcante dessa nova configuração do meio rural é a relativa perda de importância que assume a produção agrícola, com

reflexos, principalmente, na ocupação das pessoas ali residentes. Como conseqüência, a população passa a dispor de oportunidades de inserção em outros setores de produção da economia rural (agora bem mais diversificada), fazendo com que esses novos postos de ocupação passem a ter uma crescente importância entre as famílias, frequentemente tornando-as mais pluriativas, agora no sentido de uma intersectorialidade. O caráter multisetorial dessas ocupações permite às famílias rurais a possibilidade de obter rendas intersectoriais e passa a ser marca mais evidente de diferenciação entre espaço rural e o setor agropecuário.

Conforme a afirmação do autor, as mudanças em curso no meio rural brasileiro a partir da forte introdução da tecnologia e do surgimento de novas atividades, contribuíram para que o trabalho agrícola fosse perdendo espaço para outras atividades e assim, segundo Silva, J. G. (2001) a reforma agrária já não precisaria mais “exibir um caráter estritamente agrícola”.

Cabe aqui então salientar, que a prática dessas atividades não agrícolas que passam a conformar o meio rural, nos últimos anos tem sido bastante pontual e não tem contribuído para uma significativa diminuição do desemprego neste espaço. No campo, milhares de pessoas permanecem desempregadas e sem perspectiva de vida, continuando assim, com a dicotomia entre ricos e pobres, gravemente acentuada com a modernização da agricultura que vem sido verificada no Brasil desde os anos 1970.

Imbuído por esse pensamento de reconfiguração econômica do campo brasileiro, o governo lançou em 1999 um documento intitulado “Novo Mundo Rural” que continha várias propostas para reforma agrária. Nele o tratamento do tema reforma agrária estava voltado para a questão do desenvolvimento rural, seguindo as recomendações do Banco Mundial. Nesse documento a agricultura familiar passa a ser considerada o elemento chave na estratégia de desenvolvimento rural, onde o principal intuito é transformar o trabalhador rural em agricultor viável economicamente. Segundo Fernandes (2003) esse documento tem como principal base teórica a obra de Abramovay – Paradigma do Capitalismo Agrário (1992). Para o autor, esta corrente “procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas

desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo” (p. 06).

Deste modo, a reforma agrária perde a sua centralidade que é o de resolver problemas de ordem estrutural no que tange à concentração fundiária e aos vários problemas decorrentes desta, e passa a ser entendida apenas como um instrumento de apoio à agricultura familiar. Como conseqüências e ações que refletem diretamente as concepções do “Novo Mundo Rural” destaca-se a introdução do rito sumário no processo de desapropriação, a medida provisória nº 2.109-49/2001 que criminaliza as ocupações de terra e ainda, dois fatos bastante controversos que sejam a tentativa de realização de uma reforma via correio que contou com forte apoio da imprensa nacional e tinha como slogan Pra quê pular a cerca se a porteira está aberta? e a criação do PRONAF que ao incorporar o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) passou a dispor de recursos voltados para diferentes produtores rurais (tanto assentados como pequenos produtores e agricultores patronais) que estejam ou queiram se tornar aptos a integrarem uma agricultura dedicada à competição mercantil.

Neste sentido, foram implantadas e materializadas as políticas de mercantilização de terras no Brasil, dando o direcionamento das atividades a serem praticadas pelos trabalhadores rurais, como também sendo um instrumento intermediador de acesso a terra para os milhares de trabalhadores rurais sem terra, que sem opção de sobrevivência, passam a ser o público alvo das políticas neoliberais do Banco Mundial. Desta maneira estava posta a preferência do governo brasileiro pela terra de negócio ao invés da terra de trabalho em prol de trabalhadores rurais sem terra. Para Martins, J. S. (1991, p.55) a terra de negócio “serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem”.

A primeira tentativa orientada pelo Banco Mundial para criação da reforma agrária de mercado no Brasil foi através do Programa de Reforma Agrária Solidária, conhecido popularmente por Cédula da Terra. Este programa foi criado no Ceará em 1997 e estendido, posteriormente, para outros quatro estados (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão).

O Programa Cédula da Terra teve como base o Projeto São José, criado e desenvolvido também no Estado do Ceará . O Projeto São José era integrante de programas direcionados para o Combate a Pobreza Rural (PCPR) no Nordeste desde pelo menos 1975 e em 1995 foi inserido no Programa Comunidade Solidária voltado para o financiamento de infra-estrutura produtiva e social (PEREIRA, 2005). O próprio foi criado em 1996 e passou a funcionar em 1997, porém nele foi acrescentado um novo componente que consistiu na criação de um Fundo Rotativo de Terras - FRT pelo Governo do Estado do Ceará que contou com apoio financeiro do Banco Mundial. No Estado do Ceará o projeto teve um alcance de 100% de suas metas. De acordo com Brandão Júnior Apud Moura (2002, p. 64),

O Projeto São José conseguiu adquirir no ano de 1997, 44 imóveis, abrangendo uma área de 23.622,59 ha, beneficiando 694 famílias em 27 municípios, utilizando um valor que chegou aos R\$ 3.948.991,44 via Fundo Rotativo de Terras, o que foi considerado um sucesso pelo governo [...] o primeiro imóvel financiado foi em fevereiro de 1997 e o último em dezembro do mesmo ano.

O Cédula da Terra, assim como o Projeto São José, consistem em um programa onde os trabalhadores rurais (sem terra ou minifundistas) se organizam em associações e negociam a terra diretamente com o proprietário. O órgão representante do governo estadual, avaliava o imóvel, definia seu valor de mercado e o teto para financiamento. Nos casos em que a proposta era aceita, o valor da terra nua<sup>3</sup> mais as benfeitorias, era pago ao proprietário do imóvel e a associação de trabalhadores contraía um empréstimo junto ao banco, tendo o prazo de três anos de carência para começar a pagar as prestações da dívida. O tamanho dessas propriedades deveria ser menor do que quinze módulos fiscais<sup>4</sup>, ou seja, estar abaixo do valor estipulado para as áreas de reforma agrária.

---

<sup>3</sup> Terra sem as benfeitorias: Casa, estruturas em geral.

<sup>4</sup> O módulo fiscal foi criado pela Lei 8.629/93 (art. 4) é uma unidade expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município, outras explorações existentes no município que embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada, e conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo a pequena propriedade aquela área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade aquela de área entre 4 e 15 módulos fiscais e grande propriedade a que excede esse limite (MEDEIROS, 2003, p. 43)

Como assinala Sauer (2002, p. 13), estudioso da reforma agrária de mercado no Brasil, para o Banco Mundial "... a implantação do projeto, se justificou pela enorme concentração de pobreza na Região Nordeste do país", já que um dos seus objetivos é a redução desta em países periféricos.

No Ceará, o Cédula da Terra, teve início em dezembro de 1997, com uma duração prevista para quatro anos e atendimento de 15.000 famílias. Os objetivos oficiais do Cédula da Terra eram: a) reduzir a pobreza rural, por meio do aumento da renda familiar; b) elevar o rendimento agrícola; c) testar o modelo da "reforma agrária de mercado" como alternativa ao modelo "tradicional" de reforma agrária (BUAINAIN, 1999). O PCT tinha como público-meta trabalhadores rurais sem terra (assalariados, parceiros, arrendatários), assim como produtores rurais minifundistas.

Inicialmente o financiamento para a compra da terra era de 10 anos, sendo três anos de carência, com correção monetária pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). No entanto, em 1999, as condições de financiamento do programa, passaram a ter o prazo de 20 anos para o pagamento e com juros fixos de 4% ao ano. Três anos depois, em 2002, a taxa de juros subiu para 6% ao ano.

Às propriedades a serem adquiridas pelo programa deveriam reunir um conjunto de condições, dentre as quais: possuir condições naturais para a exploração agrícola e fornecimento de água; coerência do preço com o oferecido pelo mercado; estar juridicamente legal sem nenhum tipo de pendência como estar hipotecada etc; possuir boas condições de acesso e dispor de área igual ou superior ao módulo mínimo de parcelamento da região.

Com relação ao Estado do Ceará, o programa contou com o aporte US\$ 30 milhões, no período de 1997-1999, destes, 50% para financiamento reembolsável e a outra parte a fundo perdido. Tinha por meta também assentar 3 mil famílias em uma área de 88. 000 ha e implantar 400 obras de investimento. Além de concessão a fundo perdido de R\$ 1.300 por família (IDACE, 1998).

O Programa Cédula da Terra era dividido em dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) e Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC)

(Figuras 1 e 2). O SAT ficava responsável pela aquisição de terras e o SIC pelo financiamento dos investimentos comunitários.

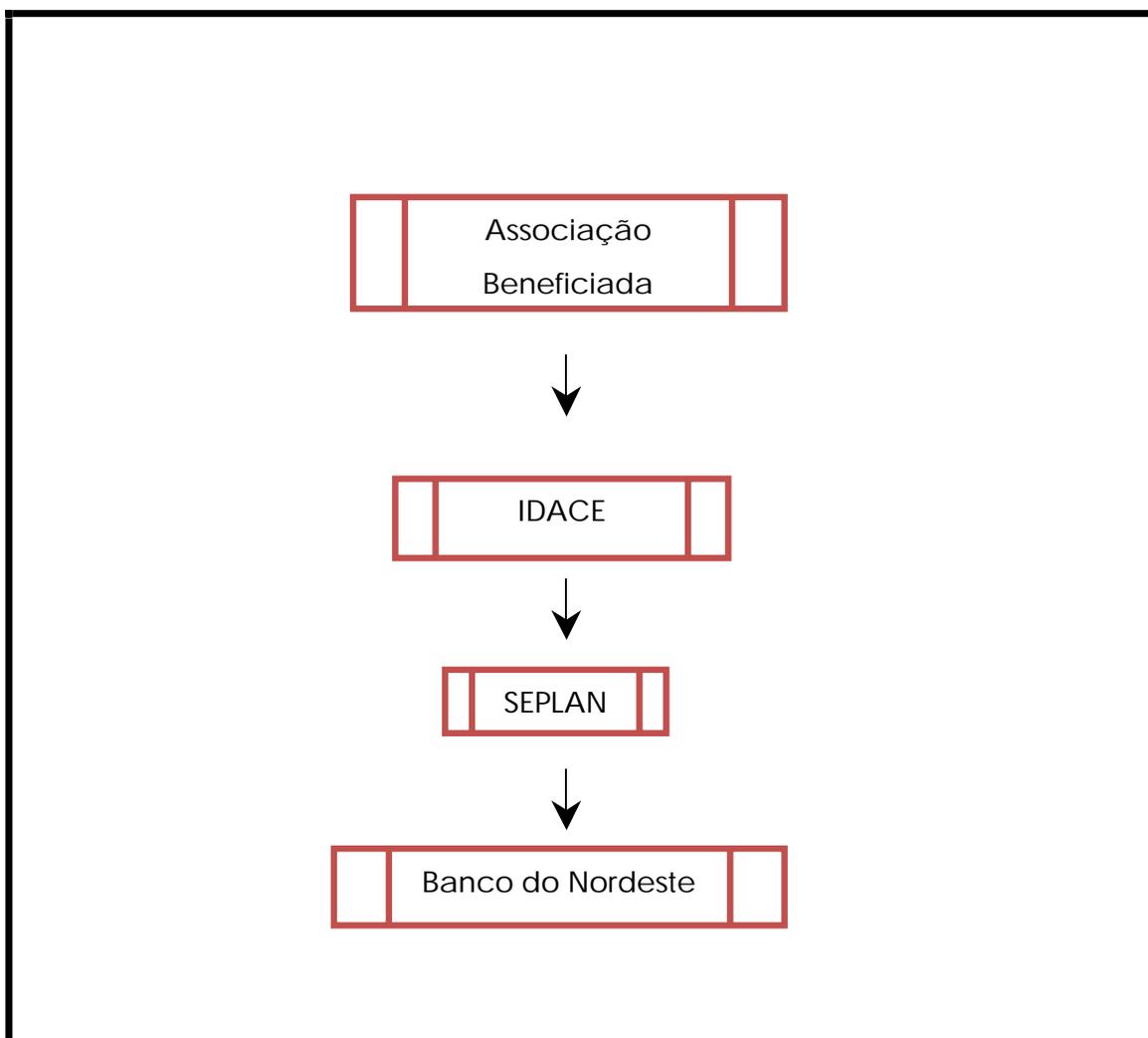


Figura 1: Gráfico do Fluxograma de operacionalização do SAT, Projeto Cédula da Terra  
Fonte: CEARÁ. Governo do Estado, SEPLAN, SDR, IDACE, 1997, p. 29.

Como explicitado na Figura 1, a operacionalização do SAT tinha início a partir da formação da associação que, ao elaborar a proposta e formalizar a proposta de compra da terra, encaminhava ao Idace que a avaliava e enunciava um parecer. A etapa seguinte seria o envio desse parecer a Secretaria de Planejamento e Coordenação (Seplan), que depois de uma avaliação final conduzia para o Banco do Nordeste, dando este a autorização final para liberação do financiamento.

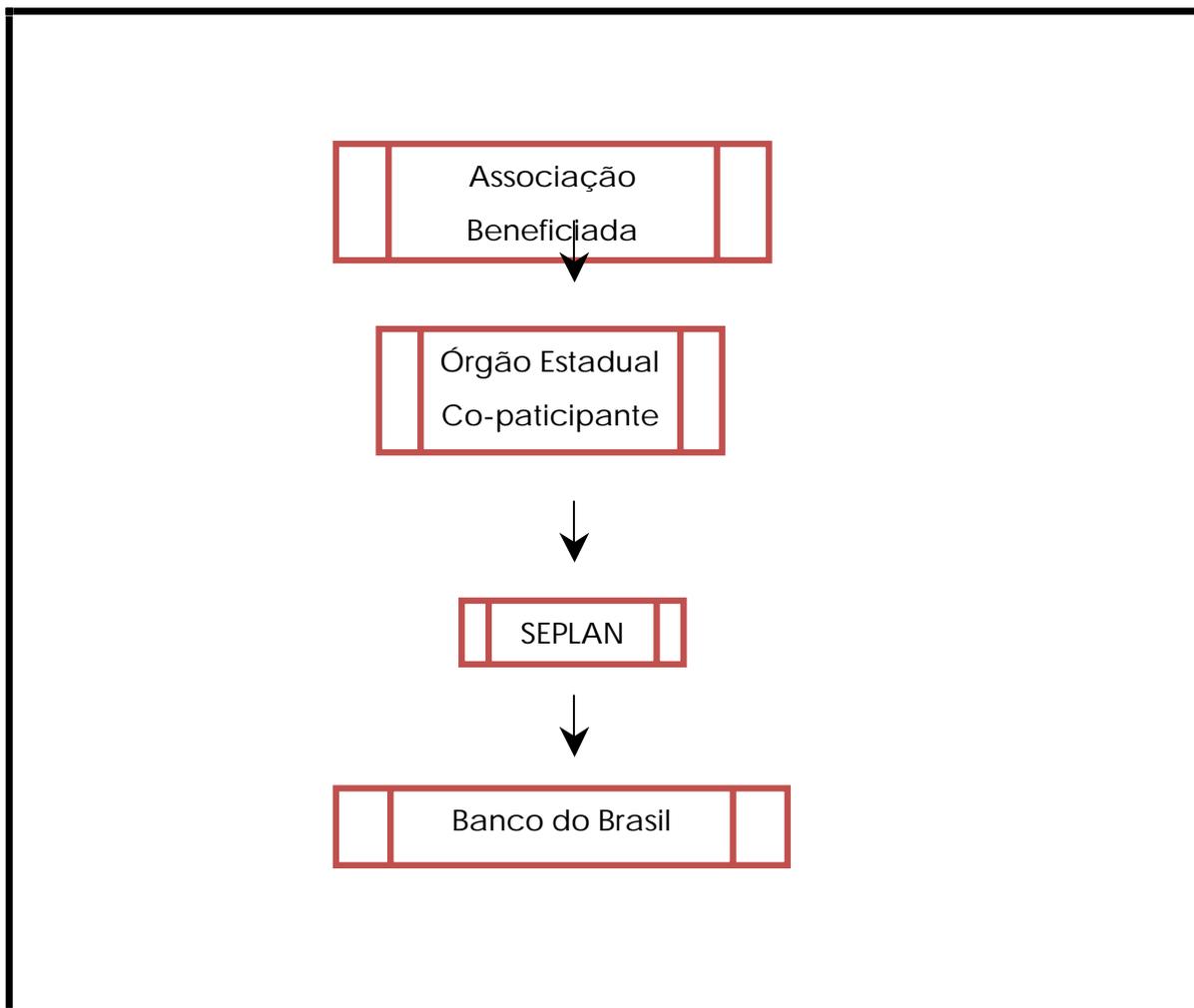


Figura 02: Gráfico do Fluxograma de operacionalização do SAT, Projeto Cédula da Terra  
Fonte: CEARÁ. Governo do Estado, SEPLAN, SDR, IDACE, 1997, p. 29.

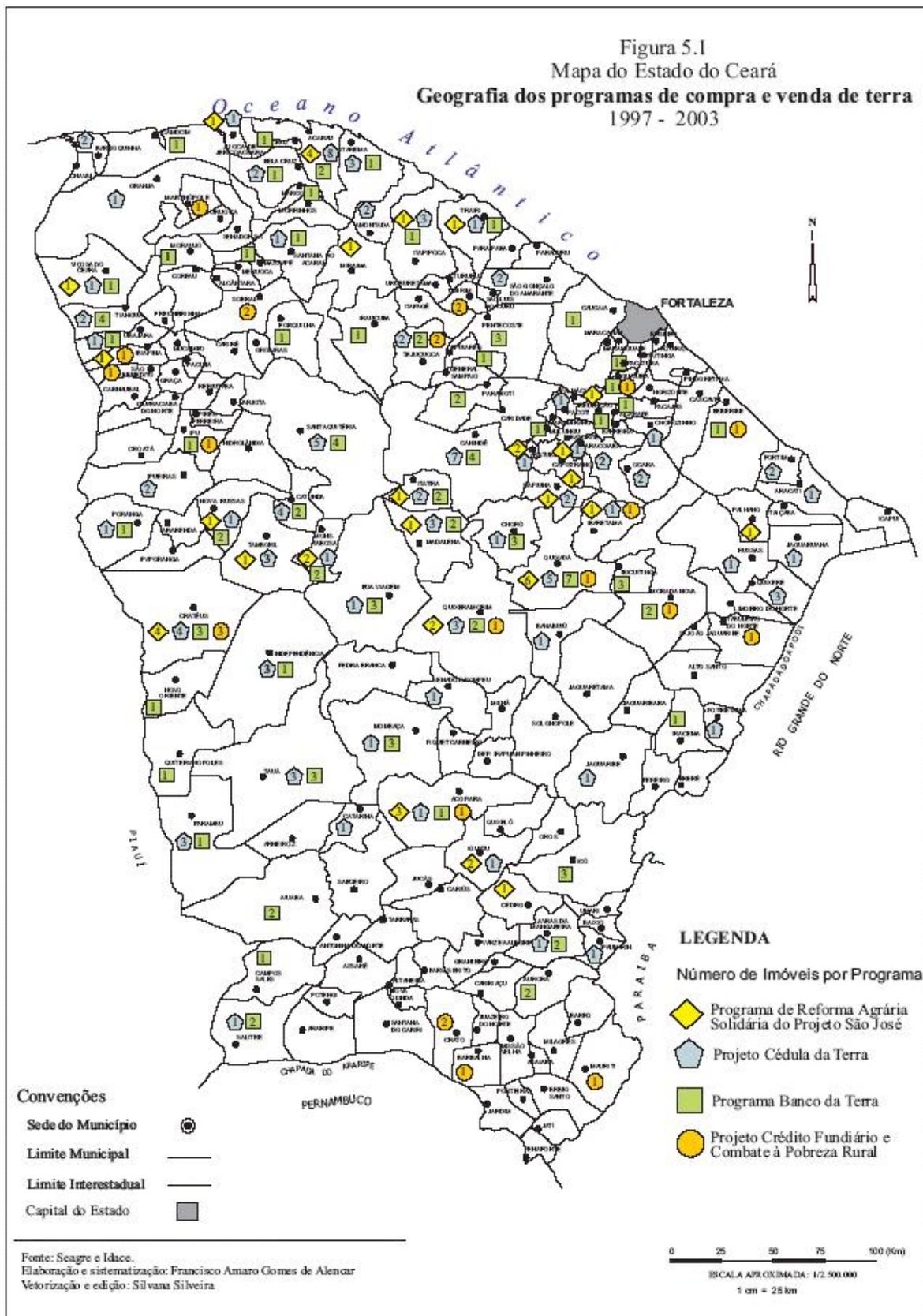
O subprojeto SIC financiava investimentos comunitários para a implantação de infra-estrutura social, de lazer ou produtiva com exceção para construção de bares, templos religiosos, dentre outros. Cerca de 90% do seu investimento era a fundo perdido, sendo que os assentados contribuíam com os outros 10% através de mão-de-obra, materiais ou em dinheiro (IDACE, 1998).

De acordo com a Figura 2, a execução do SIC se dá a partir da identificação pela associação de investimentos necessários para área. Após o envio desses dados para o Idace é elaborado o subprojeto de investimento que posteriormente é avaliada pela Seplan e emitido uma parecer final. Por fim, o subprojeto de investimento é enviado para o Banco do Brasil que autoriza a liberação dos recursos.

No Estado do Ceará o Programa Cédula da Terra apresentou resultados expressivos quanto ao número de propriedades adquiridas em apenas três anos de duração, como bem demonstra o mapa a seguir, organizado por Alencar (2005) sobre os programas de compra e venda no Ceará.

No momento chama-se a atenção para o Programa Cédula da Terra em particular. No Ceará foram criados 114 “assentamentos” adquiridos por 2.000 famílias. Essas áreas atingiram o patamar de 75.536,62 ha. Conforme estudo de Alencar (2005), apresentado no mapa 02, os municípios cearenses que concentraram o maior número de “assentamentos” foram Acaraú e Canindé.

Mapa 02: "reforma agrária de mercado" – Ce (1997/2003)



Vários são os motivos que podem justificar a entrada desse número de famílias nesse programa, dentre os quais pode-se destacar três motivos: o não de implantação do programa se deu num período de seca e de dificuldades no que tange à produção agrícola e a sobrevivência dessas famílias; a mobilização a nível nacional, por parte do governo, quanto a necessidade de uma reforma agrária sem conflitos e por fim, a facilidade e as falsas promessas quanto ao acesso imediato a um pedaço de terra. No cerne desta questão Buainain (1999) destaca como o principal motivo o fato de que em 1998 era um ano de disputa eleitoral.

Segundo Pereira (2005) as principais pesquisas empíricas sobre o Programa Cédula da Terra ocorreram entre 1998 e 2002. Porém, em 2002 e 2003 o Banco Mundial financiou mais dois relatórios sobre o Cédula da Terra, assim, conforme o autor, no que se refere às informações mais atuais desse programa a nível nacional as mesmas encontram-se em poder do próprio Banco Mundial e do governo federal. Neste sentido, aqui serão utilizados os principais resultados advindos da Avaliação do Programa Cédula da Terra por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse documento apontou uma série de irregularidades no programa, dentre as quais se destacam: a artificialidade na formação de associações de trabalhadores rurais, posto que esta não foi a protagonista do processo de compra e sim assumiu um papel secundário, envolvendo pessoas que tinham interesse direto na venda das terras, dentre elas políticos locais e familiares do dono da propriedade e ainda a sua não participação direta no processo de compra da terra e nas áreas a serem escolhidas; a falta de conhecimento das famílias, com relação aos objetivos e à concepção do projeto; a aquisição de terras que ultrapassavam o limite estabelecido de quinze módulos fiscais e a sobrevalorização das terras em alguns casos. Ressalta-se ainda, o fato de terras que foram adquiridas e que não apresentam condições para a produção agrícola, como também não possuem água e se localizam bastante distantes dos centros consumidores.

Antes mesmo do término de conclusão do Programa Cédula da Terra o governo federal aprovou a criação do Banco da Terra, segundo programa de

compra e venda de terra no Brasil. Agora com o objetivo de nacionalizar o processo de mercantilização de terra através da criação de um Fundo de Terras pelo Congresso Nacional (PEREIRA, 2005).

Ressalta-se, no entanto, que o fato do Programa Cédula da Terra ter sido alvo de muitas críticas, contribuiu para que o Banco Mundial suspendesse os recursos para os investimentos no Banco da Terra. Desta forma a “reforma agrária de mercado” iniciara a sua consolidação a nível nacional e claro, com a benção dos que sempre detiveram grande parte do poder de decisão no Brasil – os grandes proprietários de terra. Com isto, ao mesmo tempo houve um beneficiamento da classe patronal, que estariam vendendo suas propriedades e recebendo o dinheiro à vista e por outro lado, combatia-se as ações do MST com suas ocupações de terras que naquele período tanto incomodava aos governantes brasileiros.

O Banco da Terra, criado em 1998, somente passou a funcionar em 2000, a demora para seu início deve-se a quantidade de críticas voltadas ao Programa Cédula da Terra por parte de vários movimentos e organizações de representação dos trabalhadores rurais (reunidos no Fórum Nacional pela Reforma Agrária) que encaminharam ao Banco Mundial, em dezembro de 1998, a instalação de um Painel de Inspeção do Programa Cédula da Terra. O Cédula da Terra sofreu duras críticas durante a sua implementação por parte do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. As várias instituições e movimentos reunidos neste fórum tentavam, através de diversas mobilizações e campanhas, chamar a atenção de determinados segmentos da sociedade para a gravidade dessa política. Para este fim, essa forma de intervenção fundiária, não pode ser vista como reforma agrária, visto que cada vez mais o governo estava priorizando os interesses dos proprietários de terra, através da compra de suas propriedades e estes recebendo o pagamento à vista. Por outro lado, a reprodução sócio-econômica das famílias estaria comprometida, posto que estas, além do pagamento da terra teriam outras necessidades humanas básicas e urgentes. Estes programas estariam reproduzindo relações paternalistas, patronais e de clientelismo, como foi verificado no ato de formação das associações onde quem ficou à frente da negociação foram políticos locais ou

seus cabos eleitorais e ainda o agravamento do processo de minifundização, através do parcelamento da média propriedade. Enfim, para o fórum, esta forma de acesso à terra demonstra um enorme atraso no processo de desconcentração fundiária.

Quanto ao processo de operacionalização do Banco da Terra, o mesmo apresentou algumas diferenças com relação ao Programa Cédula da Terra, como relata Teófilo (2002, p. 19),

Uma das principais diferenças é o fato de que o Banco da Terra não tem o componente de combate à pobreza, pois prevê o financiamento reembolsável de todos os investimentos, inclusive os de infra-estrutura, e permite a participação de pessoas com maior poder aquisitivo e maior patrimônio. Enquanto o Projeto Cédula da Terra fixou tetos de financiamento e subsídios inferiores a R\$ 15.000, o Banco da Terra permite financiamentos de até R\$ 40.000.

Contudo, assim como o Programa Cédula da Terra, o Banco da Terra também foi alvo de críticas por parte das entidades representativas dos trabalhadores rurais sem terra, principalmente pelo fato destas considerarem que as condições do Banco da Terra são mais voltadas para pessoas que de certa forma, detinham recursos, ignorando assim, a realidade do campo brasileiro.

Em face desses problemas e com o intuito de dar continuidade a política de compra e venda de terra, em 2002, foi aprovada a criação do terceiro programa de compra e venda da terra no Brasil, o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Não obstante, o Banco da Terra, responsável pela a viabilização desse crédito, teve suas atividades suspensas em fevereiro de 2003, pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, devido a denúncias de desvio e de má aplicação dos recursos.

O Programa de Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural contou com o forte apoio da CONTAG para sua implementação. Este fato provocou uma quebra de unidade do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, posto que a CONTAG fazia parte do Fórum juntamente com outras representações dos trabalhadores rurais, e que dentre outras, encabeçavam um intenso movimento de contestação a implantação da “reforma agrária de

mercado” no Brasil. Quanto ao apoio da CONTAG para a implantação do Crédito Fundiário, Pereira (2005, p. 106) destaca

Ocorre que há anos existia uma demanda da Contag – porém, sempre secundária em sua pauta política – por uma linha de crédito fundiário voltada para segmentos empobrecidos de agricultores não –proprietários (parceiros e pequenos arrendatários), com terra insuficiente (minifundiários) ou filhos de pequenos agricultores cuja reprodução familiar dependesse da obtenção de terra, ou ainda para casos excepcionais em que houvesse demanda por terra e não existissem propriedades passíveis de desapropriação pelos critérios legais vigentes. De acordo com essa reivindicação, poderiam ser objeto de compra apenas áreas que não fossem passíveis de desapropriação, numa lógica de reordenamento fundiário complementar à reforma agrária. A rigor, embora tenha assinado as duas solicitações ao Painel de inspeção, a Contag nunca se recusou a dialogar com o Banco Mundial possíveis mudanças no Cédula da Terra, o que revela a disposição de setores da entidade em participar do projeto desde o início.

Neste caso, para a CONTAG os Programas Cédula da Terra e Banco da Terra, constituíam programas da “reforma agrária de mercado”, enquanto que o Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural não, pois para a mesma este constituía uma demanda de crédito para a compra de terra pelos trabalhadores rurais, fato que a entidade demandava há muito tempo. Segundo a entidade o Crédito Fundiário não comprariam propriedades passíveis de desapropriação e permitia uma participação social de entidades e representações no processo. No entanto, para os movimentos sociais e entidades reunidas no fórum o Crédito Fundiário representa a continuação da implementação da “reforma agrária de mercado” no Brasil.

O Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural, passou a funcionar com as mesmas condições de financiamento do Programa Cédula da Terra. No entanto, a concessão de empréstimo foi fixada em R\$ 15.000,00 com juros de 6% ao ano. A implantação de “assentamentos” provenientes dos recursos do Crédito Fundiário se deu em toda a região Nordeste, região Sul e em parte da região Sudeste.

No governo Lula, o Programa Crédito Fundiário de Combate a Pobreza Rural foi incorporado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. A CONTAG e demais organizações sindicais continuaram a apoiar essa linha de financiamento para a compra de terra. Porém, as demais organizações representantes dos

trabalhadores rurais, com destaque para o MST e CPT continuaram contra a implantação desse programa. A principal justificativa apresentada pelo governo é que esse programa funcionaria como instrumento de apoio a desapropriação tradicional de áreas para a reforma agrária e contaria com a participação social de várias entidades e organizações de trabalhadores rurais, tanto no seu processo de elaboração como de execução.

O processo de execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário funcionou a partir dos moldes dos programas anteriores, apresentando apenas algumas diferenças, como por exemplo, com relação ao público alvo, além dos trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente, o programa também passou a ser direcionado para os filhos destes, sendo que estes beneficiários deveriam comprovar ter pelo menos cinco anos de prática em atividades agropecuárias. Contudo, Oliveira, A. M. (2005) destaca a seguinte diferença - a participação do INCRA junto aos órgãos técnicos estaduais no processo de negociação para a compra da terra. A idéia era integrar as ações do INCRA no desenrolar da “reforma agrária de mercado” pelo país. Os recursos direcionados para o financiamento de compra de imóveis continuou a ser provenientes do Banco Mundial e do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. De acordo com Pereira (2005), por ser o Fundo de Terras criado pelo Congresso Nacional constitui-se enquanto um instrumento de caráter permanente ao menos que o próprio Congresso o extinga.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi subdividido em três linhas de financiamento: Combate a Pobreza Rural; Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. Estas se direcionavam, respectivamente, à trabalhadores rurais sem terra (parceiros, arrendatários, posseiros e agregados) e minifundiários com renda inferior a R\$ 4.800,00; jovens que residem nas áreas rurais entre 18 e 24 anos e trabalhadores rurais e minifundistas (de forma individual ou em grupos representados por associação) que queiram o financiamento para a compra de terra ou para investimentos comunitários. O teto de financiamento para essas três linhas variam entre R\$ 12.000 e R\$ 40.000.

Assim, os três programas de compra e venda de terra, implantados no decorrer do mandato do governo FHC, possuem a mesma lógica rentista da terra,

ou seja, em todos os programas, a propriedade é encarada enquanto fonte de investimento para seus proprietários e não como o acesso a terra para milhares de famílias, no entanto, diferenciam-se apenas nos valores a serem financiados, nas taxas de juros sobre o pagamento, como ainda sobre os prazos de pagamentos. Essas semelhanças e diferenças entre os programas de compra e venda de terra estão resumidos no Quadro 02.

Quadro 02: Comparativo dos Programas Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate a Pobreza – 1997 a 2002

	Cédula da Terra	Banco da Terra	CFCP
Abrangência	CE, PE, MA, BA e norte de Minas Gerais	NE, Sul, Sudeste mais GO, MS, MT, TO e RO.	NE, Sul + MG e ES.
Público Alvo	Trabalhadores rurais sem terra e os que possuem pouca terra, organizados em associações	Trabalhadores rurais, pequenos agricultores e os filhos dos trabalhadores e agricultores rurais.	Trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios. Inclui jovens e mulheres.
Período de vigência	De 1997 a 2002	De 1998 a 2002	2001 a 2004
Orçamento total previsto	US\$ 150 milhões	R\$ 928.273.178,00	1ª fase: US\$ 400 milhões (3 anos) 2ª e 3ª fases: US\$ 1.6 bilhões (em 7 anos).
Número de famílias beneficiadas	15.267	51.808	50 mil em 3 anos, 250 mil em 10 anos.
Condições de pagamento	1ª fase: juros de 4% a. a., carência de 3 anos e prazo de 10 anos. 2ª fase: juros de 2 a 6% a. a., carência de 3 anos e prazo de até 20 anos.	Juros de 2 a 6% a. a., podendo ir até 12% a. a., carência de 3 anos e prazo de até 20 anos.	Juros de 6%, carência de 3 anos e prazo de até 20 anos. rebate de 50% sobre os encargos, se pagas em dia as prestações.
Crédito não-rembolsável	R\$ 1.300,00	Zero.	R\$ 2.400,00
Fontes de recursos	BIRD, governos federal, estadual e associações comunitárias.	BIRD, governos federal (Fundo de Terras), estaduais e associações comunitárias.	BIRD, governos federal (Fundo de Terras), estaduais e associações comunitárias.
Estrutura de funcionamento	MDA, Unidade Técnica de Coordenação Estadual, parcerias institucionais estadual e municipal e associações comunitárias	Conselho curador, agências estaduais e associações comunitárias.	CNDRS, Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Unidade Técnica de Implantação e associações comunitárias.

Fonte: Balanço da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar (1999 a 2002-MDA-INCRA); Desempenho Banco da Terra (2002-MDA); Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial no 7037/BR (Projeto CFCP); Relatório Preliminar de Avaliação do Projeto Cédula da Terra (1999- UNICAMP/ NEAD/ MDA). Citado por OLIVEIRA, A. M., 2005.

No Estado do Ceará os resultados advindos da implantação dos programas de compra e venda de terra estão inseridos na tabela 5. Nesta tabela é possível constatar-se, a partir de uma análise geral, o número de “assentamentos” resultantes desde o Projeto Piloto São José, em 1997 até o Programa Crédito Fundiário, de 2002 a 2006.

Tabela 5: Demonstrativo dos resultados da reforma agrária de mercado.  
1997-2006 / Ceará

FONTES DE FINANCIAMENTO DOS IMÓVEIS CONTRATADOS	PERÍODO	Nº PROJETO	Nº FAMÍLIA	ÁREA(ha)
PROJETO PILOTO SÃO JOSÉ (1997)- Recursos de Contra Partida do Governo do Estado No PCPR para financiamento da Terra	1997	44	688	24.052,37
PROJETO PILOTO CÉDULA DA TERRA (1997 a 2000) Recursos-Conv. INCRA/EST.	1997 a 2000	114	2.000	72.484,81
PROJETO CÉDULA DA TERRA/ BANCO DA TERRA (2000 a 2003)- Recursos Fundo de Terra	2000 a 2003	112	1.590	70.416,68
PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO (2002 a 2006) Acordo Emprést. 7037/BR	2002 a 2006	118	1.532	46.245,94
<b>TOTAL CONTRATADO</b>		<b>388</b>	<b>5.810</b>	<b>213.199,80</b>

Fonte: SEAGRI, 2006.

A evidência dos dados da tabela acima indica a entrada nesses programas de 5.810 famílias que assumiram o financiamento de 213.199 ha. Ressalta-se que o programa com maior número de terras adquiridas foi o Cédula da Terra com o financiamento de 72.484,81 ha, seguido pelo Banco da Terra com a aquisição de 70.416,68 ha, pelo Crédito Fundiário com 46.245,94 ha. No entanto, salienta-se

que com relação aos números adquiridos via Projeto Piloto São José, além de ter sido restrito ao Estado do Ceará, o mesmo teve a duração de apenas um ano. Esses dados demonstram claramente a territorialização desses programas a nível estadual. Compreende-se que esse quadro é irreversível ao menos que um campo de luta política se intensifique na contraposição desses programas. Assim, concorda-se com os movimentos sociais e intelectuais da área para quem a manutenção dos programas de compra e venda de terra, ou seja, a continuação de uma política econômica neoliberal no governo Lula certamente comprometerá a viabilização das metas traçadas no II PNRA para a reforma agrária.

Com a adoção da “reforma agrária de mercado”, a reforma agrária passa a ser encarada como uma forma de resolver e de atenuar questões de ordem social, perdendo a visão de uma política que está fortemente correlacionada com aspectos de ordem econômica, política, cultural, ambiental e social. Fernandes (2000a) tratando das várias formas de acesso à terra, afirma que o termo reforma agrária tem sido pouco e mal entendido. Para o mesmo a atual política de criação de assentamentos não pode ser considerada reforma agrária, quanto menos a referida “reforma agrária de mercado”. Para esse autor,

Reforma agrária é uma política pública, de competência do Estado, expressa por meio de um plano, que visa a desconcentração fundiária, tendo a obtenção de terra prioritariamente por meio da desapropriação, para criação, a recriação do campesinato, garantido o acesso e permanência na terra. Contém um conjunto de projetos que compreendam políticas de crédito, educação, moradia, saúde, assessoria técnica social, infra – estrutura comunitária, produção, tecnologia entre outros ( p. 03).

Para o autor, todo o conjunto de medidas referente a reforma agrária, nos anos de 1990, contribuiu para a banalização do conceito de reforma agrária, ou seja, o que existe no Brasil é uma política de criação de assentamentos que não tem contribuído para a alteração do quadro de concentração fundiária do país. Nem esta política de criação de “assentamentos” e nem os programas de compra e venda da terra podem ser denominados de reforma agrária.

Na mesma linha de raciocínio Germani (2003) em referência a continuação do crédito fundiário pelo governo Lula, comenta que existe um equívoco entre

reforma agrária (via desapropriação) e “reforma agrária de mercado”, pois o crédito fundiário é um programa de acesso a terra pela venda, dá-se pela lógica do mercado, enquanto a reforma agrária é um programa de acesso a terra através da desapropriação de áreas que não cumprem sua função social.

Para Sauer, Schwartzman e Barros (2001), a questão central da reforma agrária reside na perspectiva de ruptura com a lógica rentista da propriedade da terra, que tem vigorado no país desde a Lei de Terras de 1850, ou seja, a reforma agrária tem que contribuir para o fim do latifúndio e não para premiá-lo.

No conjunto das análises, pode-se destacar que a “reforma agrária de mercado” é apenas uma política compensatória que não tem contribuído para a resolução dos problemas estruturais que existem no espaço agrário brasileiro – representando, assim, no decorrer do atual caminho da reforma agrária no Brasil, um dos seus principais desafios. Na atual configuração territorial do espaço agrário brasileiro, o Estado, enquanto principal executor no seu tratamento tem contribuído para o fortalecimento da base de um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático, favorecendo a desmoralização e a perda da importância histórica dos movimentos sócioterritoriais, na luta pela terra e na criação de milhares de assentamentos rurais que vêm contribuindo para a reconstrução da unidade territorial para essas famílias, que tem tido bastante importância em céleres alterações nas relações de poder local e na organização de novas formas de produção.

Neste sentido, a próxima temática será sobre os reflexos dessa conjuntura agrária nacional no Estado do Ceará, quando tratar-se-á da questão agrária e da produção do território cearense.



CAPÍTULO 03

A QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO NO  
CEARÁ

### 3 A questão agrária e a produção do território no Ceará

A ocupação do espaço agrário cearense se deu a partir da concessão das primeiras sesmarias no século XVII. Este fato representa o início de manifestações de poder e do controle sobre o território cearense pelos grandes proprietários de terra. É deste modo que a questão agrária no Ceará, a exemplo do restante do país, relaciona-se intrinsecamente com outros problemas de ordem estrutural, como a fome, êxodo rural, violência no campo e desemprego. No âmbito desta questão, esses fatores é que figuraram a histórica luta pela terra no Estado do Ceará.

Ramos Filho (2005, p. 03) ao refletir sobre essa realidade no meio rural brasileiro, declara que,

“A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital que deseja da terra sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. À medida que o capital se reproduz ampliadamente, agrava cada vez mais o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a um crescente”.

Com base nesta afirmação enfatiza-se o município de Canindé-Ce enquanto lócus de intervenção do poder público voltado para a amenização do processo de luta pela terra, rearticulado no final de década de 1980 na região e solidificado nas ações do MST que visava o alcance de seu principal intento: a posse da terra por milhares de famílias sem terra.

Nestas circunstâncias, no segundo capítulo serão expostos alguns elementos discutidos anteriormente, mas voltando-se para a realidade cearense, investigando a histórica concentração fundiária do Ceará, enfocando os principais aspectos da luta pela terra e atuação dos movimentos sociais na produção do território. Também será posta em discussão, a territorialização da política de assentamentos implantados pelo governo federal e a “reforma agrária de mercado” em Canindé, à luz da discussão sobre o caráter rentista da terra.

### 3.1 A questão agrária no Ceará – origens e perspectivas

A compreensão do contexto histórico em que se configuraram as características que deram ao espaço agrário cearense, sua especificidade, não difere do contexto em que estão inseridos outros estudos que envolvem a questão agrária brasileira. Esses estudos, de forma geral, apresentam como pontos em comum a organização da propriedade da terra a partir do período colonial e a Lei de Terras de 1850. A questão agrária cearense tem como principal vetor uma concentração fundiária marcante com posse e uso da terra diferenciados, resultante da forma sócio-histórica e geográfica como foi produzido o território cearense.

A concentração fundiária enquanto principal aspecto da questão agrária no Ceará teve início durante as primeiras concessões de sesmarias, no Século XVII, e com a formação de grandes fazendas no Sertão semi-árido, caracterizadas pela criação extensiva de gado e utilização de pouca mão-de-obra. A pecuária extensiva foi a principal atividade que contribuiu para a formação e estruturação do espaço agrário cearense. Desta forma, essa atividade possui relação direta com o tipo de estrutura fundiária que sempre permeou o seu espaço. Pinheiro (2000, p.17), ao tratar da ocupação do Estado do Ceará afirma que,

Á medida que a produção açucareira avançava pelas terras do litoral, que se estendem da Paraíba até a Bahia, a pecuária, como uma atividade subsidiária da produção açucareira, foi sendo tangida para o interior da região hoje denominada Nordeste, principalmente a dos territórios das capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esse espaço livre para os grupos indígenas, que haviam sido gradativamente expulsos da faixa litorânea, foi-se transformando aos poucos em território da pecuária.

Paralelo a atividade da pecuária, a ocupação da Capitania do Ceará tem como elemento constitutivo a violência, ainda de acordo com Pinheiro (2000, p.33),

Ao se examinar a documentação sobre a doação das sesmarias, por exemplo, explicita-se o processo violento através do qual a pecuária avançava para o interior da capitania, principalmente na Ribeira do Jaguaribe, que foi a mais importante área de ocupação [...] a violência

contra os povos nativos possibilitou a transformação do território livre para esses povos em área para a pecuária.

Vê-se que a violência contra os povos originais da terra, possui uma representatividade desde a ocupação do território cearense. Essa grande massa de despossuídos, com o desenrolar do tempo, começa a organizar-se e a reivindicar seus direitos sobre o bem que lhes foi injustamente tomado – a terra. Estas formas de violência e exclusão são inerentes a incorporação do Brasil no capitalismo mundial através dos ciclos econômicos: pecuária, cana-de-açúcar, algodão, café, pois como bem afirma Martins, M. D. (2002, p. 151) “A apropriação privada dos meios de produção, em especial a terra, e a desigual distribuição de riquezas constituem-se numa situação de violência contra os trabalhadores, mesmo quando não ocorrem conflitos”.

A partir do século XVIII, outra atividade passa a fazer parte do cenário econômico cearense. O algodão passou a ser desenvolvido, ocupando vastas áreas do sertão cearense e dividindo espaço com a pecuária extensiva, pois como bem afirmou Silva, J. B. (1989, p. 84) “O desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão o homem do sertão pôs-se cada vez mais à procura de maiores áreas para a criação”.

Portanto, a ocupação do território cearense teve como principais bases o binômio gado-algodão. Assim, a história do processo de ocupação e formação do espaço agrário cearense é marcada pela dominação dos latifundiários frente ao banimento do trabalhador rural cearense.

Dessa maneira as relações sociais foram diretamente afetadas pela distribuição desigual da terra. De um lado se constituíram os patrões e de outro, moradores de condição e parceiros/rendeiros. Desse modo, nasceram as relações de dominação do patrão (detentor de terra) para com os despossuídos desta.

A partir da segunda metade do século passado, o espaço agrário cearense, marcado pelo território do proprietário latifundiário, produtor do algodão comercial

e da pecuária bovina, em contraposição a figura do parceiro-morador, começa a sofrer rupturas que dão início a sua desestruturação. Na década de 1960, foi elaborado o Estatuto do Trabalhador Rural, ou seja, a primeira legislação que regulamentou as relações de trabalho no campo. No Ceará, os trabalhadores rurais apoiados e orientados pelos recém-criados sindicatos, iniciaram um processo de apropriação da lei que garantia seus direitos, esse processo se deu através de reuniões nas associações, também recém-criadas. Joca (1993, p.48) em A Agricultura do Semi-Árido do Ceará nos Últimos 20 Anos mostra que,

Em meio ao aprofundamento dessas experiências dos trabalhadores rurais, acontece o golpe de 1964. Com o golpe vem a repressão sobre o movimento social no campo e, meses depois, é aprovado o Estatuto da Terra que legislava sobre a reforma agrária, o desenvolvimento rural e as relações de parceria e arrendamento no campo. Completava-se, assim, o quadro legal necessário para a implantação da proposta de modernização da agricultura.

As políticas de incentivo à modernização da agricultura funcionaram como uma resposta dos proprietários rurais latifundiários, à aprovação e criação do Estatuto da Terra, posto que tal documento sinalizava para o abalo das estruturas de poder secularmente exercidas por esta classe através da desapropriação de áreas para a reforma agrária. A adoção dessas políticas agrícolas e de uma posterior modernização da propriedade era uma forma desses proprietários não terem, posteriormente, suas áreas transformadas em assentamentos rurais. Os efeitos advindos dessas políticas também são referenciados por Joca (1993, p. 49),

São essas políticas que viabilizam as mudanças nas relações de trabalho no sertão do Ceará, na medida em que possibilitam o cercamento das terras, quebrando a antiga forma de apropriação que permitia o pastejo dos gados nas “terras soltas”; a instalação de uma infra-estrutura interna às propriedades, de maneira a garantir-lhes os recursos, principalmente de água, necessários à sua sustentabilidade; e a introdução de algumas mudanças na base técnica da produção, como a adoção do cultivador à tração animal e, mais recentemente, do trator e de diversos insumos agrícolas.

Como demonstra a análise da autora, a modernização da agricultura no Estado do Ceará representou um intenso processo de expropriação do parceiro-morador das fazendas em que prestavam serviços, uma vez que com o

cercamento das propriedades e com a freqüente ocorrência da seca, o acesso à água, assim como a terra, ficaram restritos ao dono da terra, posto que esse processo de modernização destinava recursos para a construção de açudes a partir dos planos de emergência e a construção desses açudes só poderia se dar na propriedade de alguém, não raro, se dava exatamente nas terras dos grandes proprietários. Assim, a pecuária que sempre teve no Estado do Ceará uma forte relação com a forma de apropriação da terra, passa a ser atingida com o advento do pacote tecnológico, pois, historicamente, essa atividade sempre se caracterizou pela maneira extensiva com que sempre foi praticada.

Todas essas mudanças na relação parceiro-morador<sup>5</sup> e patrão-proprietário foram subsidiados pelos incentivos fiscais cedidos pelo Estado. Sendo a modernização da agricultura uma resposta a possibilidade de realização de uma reforma agrária, a idéia era a transformação do parceiro-morador, que até então, detinha todo um sentimento de pertença e de apropriação com a terra onde morava e trabalhava, em trabalhador assalariado, sem direito, inclusive a moradia.

Outro reflexo da modernização da agricultura no Estado do Ceará, foi a criação de perímetros irrigados, ou seja, num momento de crescente tensão social, em que os milhares de trabalhadores rurais espalhados pelo estado reivindicavam seus direitos contidos no Estatuto do Trabalhador Rural e no Estatuto da Terra, a implantação de perímetros irrigados, como tantas outras políticas criadas, surge como uma forma de contornar a situação problemática no campo cearense, utilizando como promessas o acesso à terra e a oportunidade de desenvolver uma produção agrícola viável (DINIZ, 2002). Porém, de forma geral, a situação não melhorou, só beneficiou a uma classe de empresários e industriais que mantinham um domínio sobre a situação financeira local. Como confirma Martins, M. D. (1994, PP.21-22) ao discorrer sobre os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará, paralelo a modernização do latifúndio, os conflitos se intensificaram no Estado do Ceará,

---

<sup>5</sup> Moradores das fazendas que trabalhavam no cultivo da cultura de subsistência (feijão, milho e mandioca) associada ao cultivo do algodão. Para tanto, esses moradores de condição deveriam pagar pelo uso da terra através do pagamento da renda (produtos ou trabalho).

Também a relação DNOCS versus irrigantes leva a conflitos violentos e de grande repercussão, não só no Ceará, mas a nível regional. O tratamento autoritário adotado pelas instituições do estado se constitui na base da relação entre estas e os produtores [...] os perímetros irrigados da Várzea do Boi, em Tauá (1977), e Curu/Paraipaba, em Paraipaba (1979), são palcos de acirrados confrontos. Desta vez a luta não é pela terra [...] mas pelo poder de decidirem de acordo com seus interesses - e livres da tutela do DNOCS - sobre a organização da produção e apropriação das riquezas por eles geradas.

Essa referência motiva a afirmação de que a concentração da terra no Ceará está fortemente relacionada aos problemas tanto de ordem climática, como política e econômica. Ao estudarem os problemas decorrentes da questão agrária na Região Nordeste, Bittencourt e Favareto (2001) afirmam que todos esses problemas e, principalmente, a seca, é uma manifestação da questão agrária no Nordeste e especificamente, no Ceará. Por ter parte significativa de sua área localizada no Polígono da Seca, o sertão semi-árido cearense sofreu ao longo da história os efeitos danosos desse fenômeno climático, seja pela fragilidade de seu ecossistema, como também pelas péssimas condições das atividades produtivas desenvolvidas. Nos anos de ocorrência de seca, a população rural constituída em sua maior parte de parceiros e moradores, desprovida de terra, água, alimento e trabalho, migraram para a capital, contribuindo assim para o aumento populacional da capital cearense e, conseqüentemente, para o agravamento da situação urbana local, uma vez que todo esse contingente populacional passou a ocupar as áreas periféricas, vivendo numa situação de flagelo, ou seja, contribuindo para o congestionamento destes centros, gerando processo de favelização e a maioria dos problemas urbanos existentes em virtude do limitado alcance das políticas.

Todavia, essa manutenção do retrocesso do setor agrário cearense passou a ser considerado como um importante instrumento no processo de acumulação de capital, pelas oligarquias agrárias locais, ou seja, a partir dos aportes criados pelo Estado (política de açudagem, de irrigação, programas e políticas de desenvolvimento rural e agrícola, dentre outros) para amenizar os efeitos danosos da seca, os que mais se beneficiaram foram os grandes e médios fazendeiros, num constante processo de (re) concentração de terra, renda e poder. Sobre a

atuação do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) no Ceará, Lima (2000, pp. 43-44) afirma,

No Ceará as principais obras foram construídas em propriedades particulares, o Dnocs foi um dos principais agentes do que se convencionou chamar “indústria da seca”, fortalecendo as oligarquias agrárias representadas pela força política e econômica dos coronéis. A ação estatal, com seus mecanismos e manutenção da “indústria da seca”, caracterizou o Estado paternalista e assistencialista, ou seja, o Estado financiador de obras de infra-estrutura para os latifundiários, garantindo sua produção e preservando a estrutura fundiária. Nestas condições, a “indústria da seca” foi uma forma de acumulação econômica e de poder.

Pode-se constatar que todos os benefícios provenientes deste órgão deveriam ter sido destinados única e exclusivamente para a população que não tinha acesso a terra e, conseqüentemente, acesso à água e às condições de produção. Porém, a diretoria desses órgãos era constituída de proprietários de terra que não pensaram nem duas vezes e se beneficiaram desses recursos. Toda a situação vivenciada através das relações de trabalho, tanto na pecuária como na agricultura, fortaleceu ainda mais o domínio dos proprietários sobre seus subordinados, uma vez que os mesmos eram remunerados apenas para sua subsistência. Outras relações, não propriamente econômicas, também estavam entretidas nas relações entre proprietário e não proprietário, as relações de compadrio, praticadas através da troca de favores entre ambos, como também da proteção que os proprietários davam a seus moradores.

No Ceará, as relações acima supracitadas constituíram a base do processo de dominação política exercido pelos coronéis até meados da década de 80 quando uma nova classe política assume o poder no Estado do Ceará. A posse da terra, historicamente ocupada com a pecuária, principal atividade desenvolvida no interior dos latifúndios, representou ao longo da história cearense a base econômica e política local.

Desde o final da década de 1980, o governo foi assumido por representantes da burguesia urbano-industrial cujo principal objetivo girava em torno de modernizar o Ceará não só do ponto de vista econômico e social, mas também político. A referida hegemonia política teve como principais percussores Tasso Jereissati e Ciro Gomes, sendo que somente Tasso assumira três

mandatos (entre 1987 e 2002). A política econômica adotada por estes governantes lhes rendeu a conhecida denominação “Governo das Mudanças” tendo como principal característica uma ampla parceria com o setor privado dentro da perspectiva da lógica de mercado.

Neste contexto, para o setor rural, no decorrer da gestão do “Governo das Mudanças”, os principais desafios eram a redução da pobreza aliada às políticas de desenvolvimento rural com vistas à promoção da igualdade das relações sociais de trabalho; diminuição do processo de migração campo-cidade; acesso a terra, dentre outros. Para superar esses desafios o governo adotou o discurso da necessidade de realização da reforma agrária a fim de se chegar a um crescimento econômico. Porém, todos os problemas identificados por este governo, se impuseram pela tensão social deles advinda, e não por se identificar a necessidade da reestruturação da economia e dos problemas voltados para a concentração da terra no estado, posto que no Ceará, a partir da segunda metade da década de 1980, vários segmentos compostos pelos mais diferentes atores, urbanos e rurais, se uniram na busca do cumprimento do Estatuto da Terra, a fim da concretização da Reforma Agrária. Como ressaltou Martins, M. D. (2002, p. 156) sobre o plano para o setor agropecuário apresentado pelo governo “mudancionista” de Tasso Jereissati,

Em resumo, a reforma agrária no discurso do “Governo das Mudanças” reflete os interesses do novo grupo dominante bem como o contexto de mobilização existente na sociedade cearense. Constitui-se em um mecanismo de legitimação política, em especial frente aos setores populares que participaram das eleições para governador. Se a disputa pelo poder entre as frações da classe dominante amplia os espaços e condições no governo Jereissati para efetivar a reforma agrária, sob o controle das forças “mudancistas”, na medida que estas ações começam a ferir os interesses dos proprietários rurais, esses se organizam e pressionam o Executivo estadual.

É neste cenário que começa a ser discutido, a nível estadual, o I PNRA, através da elaboração do I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA-Ce).

A discussão do PRRA-Ce, consta de alguns pontos que merecem destaques, tais como: a seleção de áreas prioritárias e a estratégia de ação e operacionalização dos projetos de assentamentos. Com relação às áreas a serem beneficiadas o PRRA no Ceará, declara a área rural do Estado como zona

prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária” (MARTINS, M. D. 1994). O PRRA institui blocos para orientação do processo de desapropriação de imóveis por interesse social, o que evitaria a reforma agrária em áreas isoladas do Estado. Este ponto evidencia-se pela definição de que após a escolha das áreas prioritárias serão delimitadas zonas de projetos de assentamento, a fim de assegurar a atuação de forma integrada e concentrada das políticas de Reforma Agrária. Para o INCRA (1985, p. 13) zona de assentamento significa “uma extensão geográfica contínua dentro de uma área prioritária, constituído por um ou mais imóveis rurais”

Desta forma as impressões e expectativas com relação a elaboração do PRRA foram a princípio, as melhores possíveis, sentida por diversos segmentos sociais. No entanto, suas ações foram ano a ano decaindo, devido, principalmente, a obstáculos político-institucionais. O I PRRA não conseguiu provocar mudanças estruturais no sistema de posse e uso da terra, e tampouco nas relações de produção. De acordo com Alencar (2000) o PNRA/PRRA, 1985-1989, previa assentar 50.110 famílias numa área de 1,5 milhões de hectares. No entanto, somente 4.087 famílias foram assentadas, o equivalente a 6,17% das famílias, numa área de 127.396 ha, representando apenas 8,66% das metas previstas. Com o não cumprimento das metas planejadas pelo I PRRA, o Estado do Ceará adentrou na década de 1990 com sua concentração fundiária praticamente inalterada, como afirma Barquete (1995) ao estudar os assentamentos rurais no Estado do Ceará.

A extensão territorial do Estado do Ceará é de 146.348 Km<sup>2</sup>, considerando suas condições climáticas, o território cearense é dividido em três zonas distintas: o litoral, as serras e o sertão. Configura-se enquanto uma grande extensão de terras emolduradas pelo Oceano Atlântico, cuja área corresponde a 573 Km ou 2,48% do litoral brasileiro, enquanto que em outros pontos compreende a um cordão de serras perpassando todas as direções, inclusive as que em sua dimensão geográfica, tem suas bases nos limites entre os estados vizinhos. Cerca de 90% da superfície do Ceará é ocupada pelo sertão semi-árido, onde a ocorrência de chuvas é bastante concentrada e irregular, tanto dentro de cada ano, como ao longo dos anos.

Dividido em 184 municípios, segundo o IBGE (2000), o Ceará possuía uma população de 7.430.661 habitantes, sendo 5.315.318 residentes nas zonas urbanas e 2.115.343, na zona rural. Há que se considerar que do total da população do Estado, 30% residem em Fortaleza e na região metropolitana.

Ainda de acordo com o IBGE (2000) o Estado do Ceará possuía um total de 339.602 estabelecimentos rurais distribuídos 8.963.842 ha (Tabela 06). Estes números estão representados da seguinte maneira:

Tabela 06 - Estabelecimentos rurais por classe de área em hectares, Ceará  
1995-1996

Classe de Área (ha)	Estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Percentual	Área (ha)	Área (%)
0 a menos de 10	245.312	72,3	627.468,94	7,0
10 a menos de 100	76.199	22,4	2.482.984,23	27,7
100 a menos de 1.000	16.871	5,0	4.123.367,32	46,0
1.000 a menos de 10.000	823	0,2	1.568.672,35	17,5
10.000 e mais	12	0,0	161.349,16	1,8
Sem declaração	385	0,1	_____	_____
Total	339.602	100,0	8.963.842,00	100,0

\* Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996. Ceará.

Considerando os dados da tabela pode-se perceber que dos 339.602 estabelecimentos rurais do Ceará, 72,3% estavam na classe de área de 0 a menos de 10 ha, e ocupavam somente 7,0% da área dos estabelecimentos rurais, enquanto 0,2% dos estabelecimentos que se encontravam na classe de área de 1.000 a menos de 10.000 ha ocupavam 17,5% da área rural do Estado. Esses dados demonstram que ainda persiste no Ceará, a histórica concentração fundiária que tem como conseqüência uma imensa desigualdade no acesso ao trabalho e a renda.

A análise da malha fundiária baseada na metodologia do INCRA (2000) revelou os mesmos graus de concentração. O Ceará possuía 134.672 imóveis, sendo que 70,11% destes encontravam-se na classe de área de 0 até 50 ha, ocupando 17,19% da área rural. Por outro lado, os imóveis rurais que estavam na classe de 1.000 até 10.000 ha, que representavam 0,56%, detinham a posse de 17,35% das terras rurais do Ceará.

Os dados do IBGE e do INCRA indicam que em pleno século XXI, a demanda pela reforma agrária ainda é uma forte característica da questão agrária cearense. Muitas dessas grandes propriedades funcionam como reserva de valor ou patrimonial. Ou seja, a produção de alimentos e de emprego inexistem em muitas destas. Ao invés dessas propriedades estarem cumprindo sua função social tem funcionado como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, tem-se de uma estrutura fundiária violentamente concentrada diante de um desenvolvimento capitalista que gera um quadro extenso de pessoas pobres.

A estrutura fundiária do Ceará vem, ao longo dos últimos vinte anos, passando por um processo de (re) ordenação, uma vez que vários assentamentos rurais vêm sendo criados, imprimindo novas formas ao território cearense. Xavier (1998) ao examinar o processo de desapropriação de terras para fins de reforma agrária no Ceará, afirma que até o momento o mesmo passou por três processos históricos e distintos,

O primeiro processo foi desencadeado pelos conflitos entre moradores e patrões. No final da década de 70, a renda na base da meia, onde o agricultor entrega 50% da produção ao proprietário pelo direito de usar a terra, predominava como forma de relação de trabalho no Ceará. Todavia, segundo o Estatuto da Terra, o trabalhador deveria pagar apenas 10% de sua produção como renda da terra. A descoberta da possibilidade de reduzir o pagamento de 50% para 10% com garantias legais encorajou os trabalhadores a se organizarem em busca de seus direitos. Em 1978, na Fazenda Monte Castelo, explodiu o primeiro conflito de terra resultante da luta em torno da "Questão da Renda" e teve como principais protagonistas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), as oposições às Diretorias pelegas dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e algumas ONGs. O segundo processo se deu pela ação de ocupação e resistência, iniciado com a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Ceará. A primeira ocupação realizada pelo MST foi na Fazenda São Joaquim (1989), situada no município de

Madalena. O terceiro momento iniciou-se com o Governo Fernando Henrique Cardoso, trata-se da compra de terra via desapropriação seguida do recrutamento de pessoas para nelas morarem. (p. 04)

No entanto, discorda-se em parte do autor, uma vez que o terceiro processo, ou seja, a compra e venda de terra, não é aqui considerado um processo de desapropriação de terra para fins de reforma agrária, sendo apenas transações no mercado de terras que não tem como objetivo alterar o quadro da estrutura fundiária. Neste sentido, considera-se enquanto processos históricos para fins de reforma agrária no Ceará apenas dois, que sejam: o final da década de 70, quando a partir do Estatuto da Terra, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e demais segmentos entraram na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e a chegada, no final da década de 80, do MST no estado.

No Ceará o II PRRA começou a ser elaborado em março de 2004. Sua elaboração se deu a partir da realização de oito oficinas microrregionais, das quais participaram e contribuíram em torno de 1.500 pessoas, entre trabalhadores rurais sem terra, assentados, representantes de movimentos sociais, assim como de órgãos estaduais e federais ligados a reforma agrária.

A construção do II PRRA teve como referências norteadoras as seguintes diretrizes estratégicas: democratização do acesso a terra; promoção do desenvolvimento territorial sustentável: de gênero, raça, etnia e geração; a paz no campo e a universalização do acesso a direitos fundamentais; assecuração do modelo de gestão pública, participativa e democrática; e por fim, o fortalecimento do INCRA como entidade executora da política de reforma agrária. Assim os principais objetivos do II PRRA (2004, p. 63) constam de: Adotar um modelo de reforma agrária flexível às especificidades dos biomas do Estado do Ceará, que possibilite a democratização do acesso à terra, beneficiando um público-alvo diversificado (trabalhadores sem-terra, assentados, minifundistas, posseiros, quilombolas, agricultores em terras indígenas, extrativistas, atingidos por barragens, jovens e mulheres); Implantar uma reforma agrária que promova a viabilidade econômica, a segurança alimentar, a universalização do acesso a direitos fundamentais, a promoção de igualdade e a sustentabilidade ambiental, em uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, baseado na

efetiva participação dos beneficiários, no fortalecimento da agricultura familiar, no estabelecimento de uma matriz agroecológica de produção e em relações socioeconômicas solidárias; promover forte intervenção do Estado por meio de políticas públicas que garantam crédito, seguro agrícola, assessoria técnica, social e ambiental, apoio à comercialização e agroindustrialização, e implantação de infra-estrutura produtiva e social; Recuperar a capacidade operacional do Estado e das instituições executoras da reforma agrária, de forma a garantir a implantação de um novo modelo de reforma agrária e atender aos passivos sociais, econômicos e ambientais existentes nos assentamentos rurais já implantados e desenvolver uma gestão participativa, envolvendo instituições públicas, movimentos sociais e beneficiários da reforma agrária.

Com relação a desapropriação de áreas para a reforma agrária, a principal meta do II PRRA-Ce para o período 2004-2007 era o assentamento de oito mil famílias em 320.000 ha. Além do fornecimento de assistência técnica, social e ambiental, como também da construção de cisternas, habitação e infra-estrutura básica em todos os assentamentos.

Do ponto de vista das metas inicialmente traçadas, os dois planos regionais não deram resultados tão satisfatórios como se pensou, entretanto, os dados contidos na tabela 07 sinalizam que, mesmo de forma ainda muito tímida, os assentamentos rurais vêm conseguindo causar algumas alterações na estrutura fundiária cearense.

Tabela 07 - Assentamentos Federais/Ceará (1985-2006)

Ano	Área (ha)	Nº de famílias	Nº de imóveis
1985-1989	132.771,0	3.168,0	54
1990-1992	952	38	2
1993-1994	61.482	1.414	24
1995-1998	396.076,0	4.420	176
1999-2002	48.005,0	1.061	33
2003-2006	83.391,00	2016	42
Total	722.677,0	12.117,0	331

Fonte: Incra-CE, 2006.

A tabela 07 refere-se ao número de assentamentos rurais implementados na escala federal desde a elaboração do I PRRA (1985) até 2006, período que compreende a elaboração do II PRRA. Inicialmente é preciso tecer considerações quanto a quantidade de tempo que separa a construção do I PRRA para o II PRRA (Um total de 23 anos). Em seguida, observa-se o embate político em torno da implantação de assentamentos rurais pelo governo federal que no final de 2006 apresentou um total de 331 assentamentos que abrigam 12.117 famílias. Esse número está assim distribuído por período de governo: no período 1985-1989 ocorreu a criação de 54 assentamentos rurais representando 16% do total de assentamentos criados até 2006. O período 1995-1998 compreende o maior número de assentamentos criados num total de 176 representando 53%, contudo tem-se que considerar todos os fatos referentes a errada contabilização desse número, uma vez que no governo de FHC existe a denúncia de inclusão de áreas que não são referentes apenas a desapropriação. Em seguida vem o período 2003-2006 com 42 projetos de assentamentos criados e representando 12% do total e 0,5% do total de famílias assentadas previsto no II PRRA-Ce. Todos esses números se contrapõem com a irrisória quantidade de assentamentos criados no período 1990-1992 com apenas dois assentamentos, período que antecede a criação da Lei Agrária em 1993.

Partindo dessa mesma análise, percebe-se que apesar de mudanças no nível de configuração da estrutura fundiária cearense em decorrência da implantação dos assentamentos rurais pelo governo federal, a estrutura fundiária ainda permanece concentrada nas mãos de poucas pessoas. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2005), o Ceará ainda possui grandes propriedades que sozinhas possuem uma área em torno 30% da área total de imóveis do estado.

O quadro 03, referente aos projetos estaduais de assentamentos, apontam para a criação de 31 assentamentos numa área de 25.298,28 ha abrangendo um total de 724 famílias, significando uma criação de assentamentos em torno de 9,36% do total de assentamentos federais no Ceará.

Quadro 03 - Projetos Estaduais de assentamento

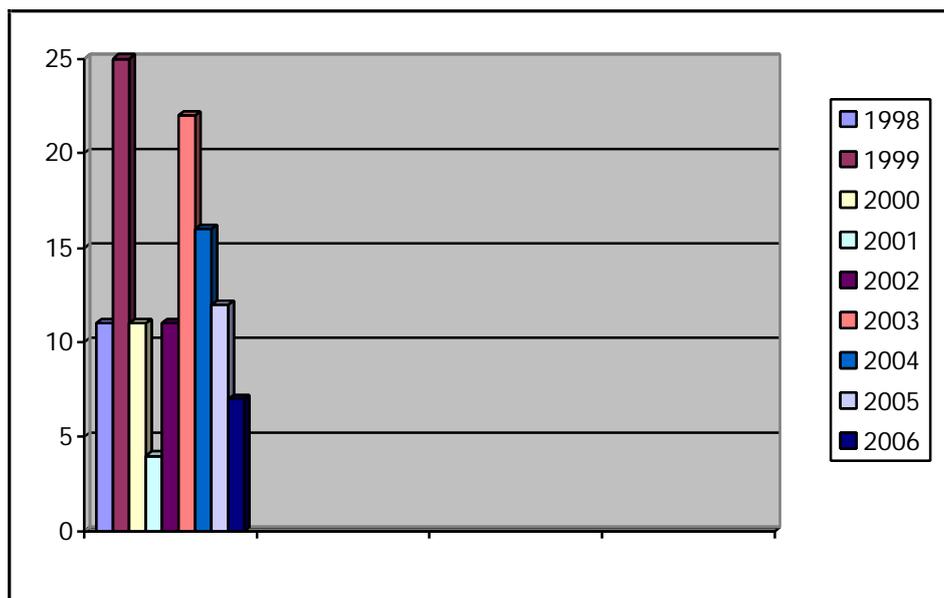
Município	Assentamento	Nº de Famílias	Área (ha)
Aratuba	Jardim	22	514,64
Baturité	Açudinho	60	305,00
Baturité	Coió	08	79,00
Baturité	Oiticica I	53	758,3
Beberibe	Jatobá	14	1.313,65
Canindé	Cachoeira Cercada	30	705,14
Canindé	Nova Conquista	20	1.079,58
Canindé	Fé na Luta	33	1.092,13
Canindé	Caiçara	15	826,56
Canindé	Capim Açú	07	196,06
Canindé	Nova Vida	13	688,37
Canindé	Oiticica II	39	1.200,00
Canindé	Pitombeira I	34	2.806,77
Canindé	Sítio do Melo	15	540,00
Canindé	Pedras	12	475,37
Crato	10 de Abril	34	1.322,69
Itatira	Vitória	50	2.669,00
Itapiúna	Malícia	06	355,00
Itapiúna	São José/Alívio	57	1.440,00
Itapipoca	Córrego dos Tanques	41	1.355,79
Ipueiras	Curralinho	11	523,45
Jaguaretama	Trapiá	12	345,60
Madalena	Cacimba Nova	24	348,40
Madalena	Mufumbo	11	350,57
Madalena	Serrinha dos Paulinos	09	423,24
Morada Nova	Barra das Flores	15	604,74
Quixeramobim	Belo Monte	27	506,52
Quixeramobim	Pitombeira II	10	424,67
Solonópoles	Cedro	06	477,85
Tauá	1º de Setembro	17	817,15
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>724</b>	<b>25.298,28</b>

Fonte: IDACE, 2006

De acordo com dados do relatório resultante da realização de uma CPMI da Terra (2006) o Estado do Ceará necessita urgentemente de uma regularização fundiária, uma vez que somente oito milhões de terras cearenses têm cadastro, o que equivale a cerca de 60% do território cearense. Diante disso, o Ceará ainda é um estado que concentra muitos conflitos pela posse da terra. Tais conflitos têm ocorrido principalmente em áreas pertencentes a união, ou seja, em terras públicas federais localizadas no litoral cearense. Essas áreas têm sido alvo de imobiliárias, o que têm contribuído para a expulsão de comunidades tradicionais em municípios como Camocim, Itapipoca, Cascavel, Aracati e Icapuí.

Segundo com dados dos Cadernos de Conflitos organizados pela CPT, é possível verificar a ocorrência dos conflitos por terra no Ceará, no período compreendido entre 1998 e 2006 (Figura 03). De 1998 a 2006 ocorreram um total de 119 conflitos a nível estadual. No entanto, se em 1998 ocorreram apenas 11 conflitos, esse número sobe para 25 só no ano de 1999. Nos anos 2000, 2001 e 2002 esses números totalizam 26 conflitos, subindo novamente nos anos seguintes (2003, 2004 e 2005) atingindo um total de 50 conflitos. No ano de 2006 a ocorrência de conflitos por terra no Ceará permaneceu estável com um total de 07.

Figura 03: Conflitos por terra no Ceará (1998 -2006)



Fonte: CPT, 2006

A origem dos conflitos por terra no Ceará, também é um reflexo da realidade vivenciada pelos sujeitos desterritorializados, sem-terras, que são submissos a forma de apropriação do espaço rural determinada pelo modo de produção capitalista concentrador, ou seja, pela grande propriedade privada.

Desta forma, desde o início do século passado, já em 1928, o Ceará é palco da luta e resistência de trabalhadores rurais pela terra. Numa área de propriedade do Pe. Cícero o Beato José Lourenço, conseguiu reunir com pouco mais de cinco anos, uma população de três mil fiéis, que a procura de melhores condições de vida, por causa das secas freqüentes, se reuniram numa comunidade onde as diferenças sociais não existiam. Todos trabalhavam em liberdade e dividiam a colheita entre si. A produção era armazenada e repartida semanalmente.

Os fazendeiros de regiões vizinhas começaram a se sentir ameaçados, pois vinham perdendo camponeses para o Caldeirão, desta forma, foi iniciado então um movimento de oposição contra este modo de vida dos trabalhadores rurais. A situação piorou após a morte de Pe. Cícero, pois os Padres Salesianos,

juntamente com os fazendeiros exigiam de qualquer forma as terras e a expulsão dos camponeses, sem nenhuma indenização. Desta forma,

[...] em 1936, caldeirão é atacada por tropas da polícia militar do Ceará. As casas queimadas, os trabalhadores se localizam em outro sítio onde são novamente atacados, só que desta vez reagem matando e expulsando os agressores. Em 1937, com auxílio de bombardeio aéreo, as tropas conseguem destruir caldeirão (MARTINS, M. D., 1994, p. 21)

Outro exemplo do enfrentamento do trabalhador rural cearense contra a opressão do latifúndio se dá em 1978 no município de Quixadá, na fazenda Monte Castelo (área hoje pertencente ao município de Choró-Limão), quando os trabalhadores pagam a renda ao patrão em desacordo com a lei. Decorrem muitos anos de perseguições, prisões e processos na justiça até a desapropriação da terra em 1983 (MARTINS, M. D., 1994).

Desta forma, no Ceará a luta pela terra é uma constante, especialmente com a crescente valorização da terra, provocando conflitos de grandes proprietários com os posseiros, arrendatários, parceiros, moradores, meeiros etc.

No que se refere aos resultados desse histórico processo de conflitos por terra no país, ou seja, da implantação de vários assentamentos rurais como resposta do governo a pressão da sociedade organizada pela implantação da reforma agrária, um estudo promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) (HEREDIA, 2001), traz informações valiosas sobre as mudanças provocadas pela implantação desses assentamentos de reforma agrária no Brasil e especificamente no Ceará. Os dados publicados revelam efeitos econômicos e sociais dos mais positivos tanto para a vida das pessoas assentadas como para a economia das regiões onde eles se situam.

Dados sobre os assentamentos pesquisados nos municípios de Canindé, Madalena, Quixeramobim e Santa Quitéria, revelam que os assentamentos do Sertão Central cearense já são os maiores comerciantes de ovinos e caprinos da região. Segundo reportagem do jornal O Povo (2004), os pesquisadores constataram que essas pessoas, antes totalmente sem meios de garantir nem sequer a própria subsistência aumentaram seu poder de compra, dinamizaram o comércio local, geraram empregos, melhoraram suas condições de alimentação e

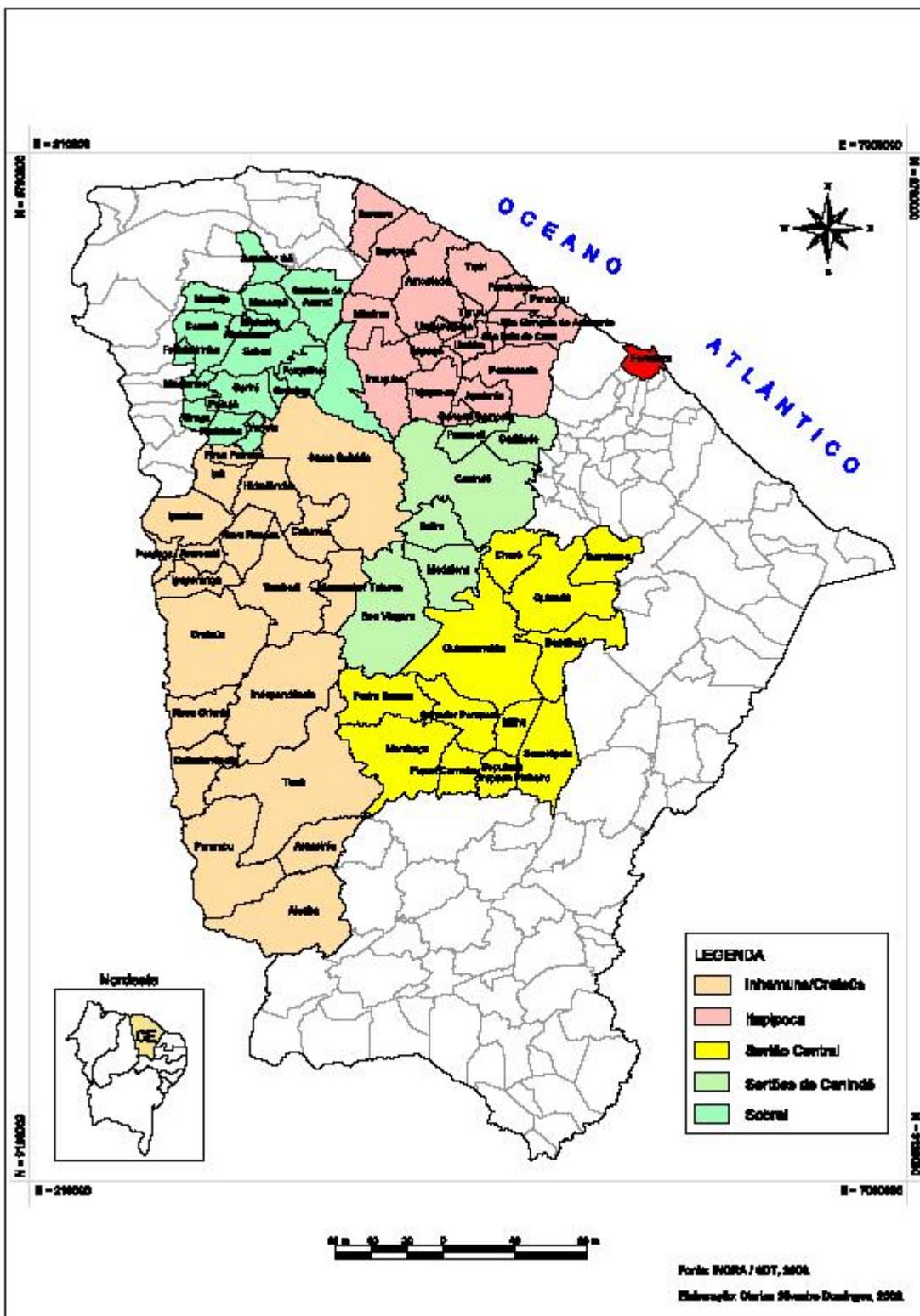
contribuíram para a recomposição dos laços familiares. Ou seja, confirmam aquilo que os defensores da reforma agrária e da agricultura familiar já diziam - que os assentamentos rurais têm se constituído enquanto territórios que iniciam uma nova forma de apropriação do espaço.

No mesmo contexto da análise anterior, Teófilo e Garcia (2002) afirmam que a forte concentração de assentamentos nas regiões estudadas tem sua origem na crise dos sistemas agrários locais, aliada a situações de pobreza e conflitos sociais. No Ceará tem-se a crise da produção do algodão, secas prolongadas e crise das grandes propriedades pecuaristas.

No Governo Lula, a política de desenvolvimento rural passou a ser concebida a partir de um quadro territorial, para isso passou a se utilizar de estratégias para o combate à pobreza, tomando como base o desenvolvimento dos territórios. Em 2003 foram criados no Ceará, pelo MDA, através da SDT e do INCRA, cinco territórios (Mapa 03): Inhamuns-Crateús, Sertão Central, Sobral, Itapipoca e Sertão de Canindé. Segundo o INCRA (2003) o objetivo da criação destes territórios é a integração de políticas públicas voltadas para essas regiões, principalmente no que tange a aplicação de recursos. Percebe-se então, que o MDA tem direcionado as políticas públicas voltadas para o meio rural a partir de um enfoque territorial.

Desta maneira, no âmbito do desenvolvimento rural, tanto os formuladores de políticas como os pesquisadores devem estabelecer diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas sociais provenientes dos territórios

Mapa 03: Territórios – núcleos / Ceará



Cabe aqui destacar que no decorrer do processo de criação dos territórios no Estado do Ceará, Canindé foi incluído no território do Sertão Central, região a que geograficamente pertence, mas houve toda uma reação por parte dos assentados para que o Sertão de Canindé fosse constituído enquanto território independente. Atribui-se este fato a forte identidade sócio-histórica e geográfica que os assentados têm para com sua região.

Canindé é um município bastante peculiar no que concerne à implantação de assentamentos rurais no Estado do Ceará. Nesta região, os trabalhadores rurais historicamente massacrados pela distribuição desigual da terra e pela seca e imbuídos pela fé em São Francisco das Chagas, concentraram forças na luta pela (re) conquista de um território, historicamente pertencente a eles, mas perdido no meio do caminho.

Tal fato garantiu conquistas no plano da contestação popular, como a ampliação da concentração de assentamentos rurais nessa região. Tal configuração sócio-espacial merece um estudo mais aprofundado, e é isso que a autora se propõe a fazer na sequência do capítulo.

### 3.2 Territorialização da Reforma Agrária e a “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce

Canindé tem sua história ligada à tribo dos índios Canindés e Jenipapos, que ocuparam temporariamente a região durante o século XVIII. Esses índios deram início a luta histórica pela terra na região. Hoornaert, no seu trabalho sobre a Luta pela Memória de um Povo, aponta para o episódio de que Canindé foi um indígena que firmou um tratado de paz diretamente com Dom Pedro II, tratado que nunca foi cumprido por Portugal. Conforme o autor (1989, p. 42) “este fato, por si só, ilumina o passado do Ceará revelando a dignidade indígena numa terra onde os povos originais foram brutalmente eliminados e massacrados”.

Na historiografia cearense, há registros de que por volta do ano de 1764, a região que hoje compreende o município de Canindé, já era habitada e dividida em latifúndios, cujos proprietários, provenientes em parte do Jaguaribe, de Baturité e Fortaleza, exploravam a criação de gado e a lavoura.

O crescimento do povoamento de Canindé, está ligado à história de que no final século XVIII, em 1775, um operário, ao cair de uma das torres da capela em construção dedicada a São Francisco das Chagas, chama desesperadamente o nome do Santo, escapando da morte ao ficar preso à ponte de uma trave de sustentação da obra. Desde então, o lugarejo passa a ser reconhecido pelas obras milagrosas, a ponto de ser hoje o segundo maior santuário franciscano do mundo.

Canindé atualmente se constitui em um dos maiores redutos religiosos do Estado, para onde anualmente se desloca uma grande quantidade de romeiros, devotos da fé em São Francisco das Chagas. Durante o mês de outubro, quando ocorre a festa do padroeiro da cidade, um grande incremento se dá no comércio local, atraindo elevada quantidade de comerciantes de artigos religiosos, na sua maioria, nômades oriundos de outras festas religiosas, como a do Padre Cícero Romão Batista que ocorre anualmente em Juazeiro do Norte - CE. Tal fato contribui para a geração de uma fonte de renda local com a exploração do turismo religioso, seja na rede hoteleira, restaurantes, fábricas de santos e de comerciantes residentes.

Barquete (2003, p. 127) ao tecer considerações sobre a Festa de São Francisco das Chagas em Canindé-Ce, relata que “Além destas manifestações de caráter geral, a Igreja desenvolve atividades específicas direcionadas para os trabalhadores rurais, as missas camponesas, onde todo o ritual está voltado para discutir suas condições concretas de vida”. Existe toda uma identidade do homem sertanejo com o município, através da fé que os reúne anualmente em torno de São Francisco das Chagas. São inúmeros grupos de sertanejos, que viajam todos os anos, enfrentando dificuldades para chegar à terra do santo. Essa realidade nos faz pensar em Canindé como uma representação, um símbolo da fé e do misticismo de boa parte do povo nordestino.

Outra perspectiva visualizada é de que esse fenômeno é uma alternativa ideológica, principalmente das classes menos favorecidas, que em virtude de sua pobreza, exploração e dominação, busca a salvação de sua alma, acima de tudo pela via espiritual.

Com relação à formação e estruturação do espaço agrário canideense, o mesmo esteve historicamente relacionado à predominância da grande propriedade, detentora de terra e poder versus o morador / parceiro, que trabalhava de meia para o patrão e ainda, o dedicava de dois a três dias de trabalho por semana. Paralela a essa realidade, ocorreu precárias relações sociais de produção, no âmbito das relações de poder por parte de quem detém a apropriação dos meios de produção. Neste contexto, o maior instrumento de produção para os grandes proprietários é e sempre foi a própria terra.

No final da década de 1960, após a elaboração do Estatuto da Terra, esse cenário de exploração e expropriação começa a sofrer significativas alterações através da formação e atuação na região das Cebts. Conhecedora dos direitos dos trabalhadores rurais contidos no referido documento, essa organização começa a agir junto a classe dos trabalhadores rurais, desenvolvendo um trabalho de conscientização e de luta pelos seus direitos. No decorrer desse processo de organização dos trabalhadores rurais da região, Pe. Moacir, pároco de Aratuba, município vizinho à Canindé, construiu a base de organização de todos os movimentos reivindicatórios locais pela reforma agrária. Suas principais ações se davam a partir de reuniões e celebrações junto aos trabalhadores rurais voltadas para a justiça social e por melhores condições de vidas. Os debates ocorriam em torno de diversas temáticas, destacando-se a importância da coletividade entre as pessoas e uso comunitário da terra, dentre outros. Esse trabalho foi comentado por um dos membros da CPT- Ce da seguinte maneira “O Pe. Moacir foi incansavelmente perseguido pela polícia local e por latifundiários, motivo pelo qual muitas vezes se reunia com os trabalhadores em baixo de pés de algodão com medo de serem vistos” (Luiza Camurça, CPT-CE, 2004).

Um outro fato credita a Canindé a representação de um marco temporal na história da luta pela terra no Estado do Ceará. Em 1971, acontece na área, o primeiro conflito de terra no Ceará, que envolveu posseiros e o proprietário da

Fazenda Japuara, hoje assentamento Japuara. A fazenda pertencia a tradicionais famílias latifundiárias da região do Vale do Curu<sup>6</sup>. Vendida pelos herdeiros em 1971, o novo dono tentou colocar para fora da propriedade 36 moradores antigos, fato que gerou um grande conflito armado, envolvendo os dois lados. Foram vários anos de conflito, sendo a desapropriação a solução encontrada. Em 1973 a propriedade foi dividida em lotes de 40 hectares para cada morador. No seu estudo sobre as relações de poder no interior do Ceará Barreira afirma,

Os episódios de Japuara e seus desdobramentos mostram sinais de que estava sendo gerada uma “nova ordem no campo”, na qual os direitos dos trabalhadores passavam a ser não mais outorgados pelos proprietários mas os conquistados e amparados por mecanismos legais [...] o que há de peculiar no conflito de Japuara é que ele revela exemplarmente a “ordem do desmando” que predomina no sertão, ou a ordem determinada, de maneira absolutista, pelos proprietários de terra (1992,p. 20).

Dessa maneira, Canindé foi ao longo das últimas décadas do século passado se despontando na luta pela reforma agrária, tendo como principais protagonistas trabalhadores rurais sem terra na luta pelos seus direitos e pelo acesso à terra.

No decorrer dessa luta pela reforma agrária, os trabalhadores rurais tiveram como um dos principais aliados o STR, embora conforme aponta Barquete (2003, p. 130),

A criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé, nos anos 1970, não assegura a participação da classe, pois, de acordo com indicações de vários associados e lideranças, o mesmo era orientado desfavoravelmente aos interesses dos trabalhadores rurais, sendo marcante a influência dos grandes proprietários nas decisões da diretoria.

Somente em meados da década de 80 é que a diretoria do STR passa a ter sua base, composta por trabalhadores rurais realmente comprometidos com a categoria. Daí, então, o STR passa a agir em conjunto com o recém-criado MST e com a CPT na luta pela desapropriação das grandes propriedades da região que não vinham cumprindo sua função social. Cabe destacar que a CONTAG apoiou

---

<sup>6</sup> O Vale do Curu é uma região que abrange 15 municípios cearenses e duas zonas geoambientais: a depressão sertaneja, com 90% da área, e o tabuleiro costeiro (Embrapa, 2005).

o processo de criação dos programas de compra e venda, mas especificamente na criação do Crédito Fundiário, a nível estadual, parte significativa dos STRs também apoiou a criação do programa, sendo que o STR de Canindé, foi um dos poucos a se posicionar contra tal política. De acordo com essa organização o Programa Crédito Fundiário objetiva o endividamento de trabalhadores rurais e o beneficiamento dos proprietários de terra, sem causar a devida alteração na estrutura fundiária.

Na segunda metade da década de 1980, quando o país vivenciava o movimento de campanha pelas “Diretas Já”, no período de redemocratização da política nacional e ainda, quando vários setores da sociedade se uniam na luta pela reforma agrária, acontecia em Canindé a primeira Romaria da Terra organizada pela CPT-Ce. Com o tema “Povo de Deus em busca de Terra e Pão”. Os trabalhadores rurais de várias partes do estado e também de outros estados vizinhos discutiam questões referentes ao seu meio rural, tais como: o modelo de reforma agrária vigente e a assistência técnica, dentre outros. Era a ação e reação de diversos grupos sociais indignados com o “Poder dos Donos”. Desde a realização da primeira romaria da terra no Ceará, em 1984, até 2006, a CPT-Ce já organizou 14 atividades desse tipo, sendo que só em Canindé realizaram-se um total de quatro romarias. Silva, C. N. M. (2003, p. 101) ao estudar a espacialização das Romarias da Terra no Estado do Ceará afirma,

Canindé é um grande reduto de peregrinações tradicionais ao Santuário de São Francisco das Chagas. Contudo, elementos da dinâmica sócio-espacial canideense são também motivos plausíveis para a escolha do local, como: ser um município historicamente marcado por conflitos de terra, e, por conseguinte, [...] ter sua extensão territorial encravada no semi-árido, com toda a problemática política e ambiental que lhe encerra, como a ocorrência de longos períodos de estiagem, evidenciando a pobreza e o sofrimento da população. Canindé apresentava ainda um forte sindicalismo de oposição, contrastando com a estrutura fundiária latifundista que impulsionava a deflagração acentuada de conflitos de terra na região.

Canindé possui 1.364 imóveis rurais, distribuídos em 214.380,25 ha. Esse dado, todavia, se contrapõe a existência de 44 grandes propriedades, que sozinhas monopolizam 83.880,60 ha, isto é, em torno de 40% das propriedades rurais locais.

Os dados fundiários do município permitem constatar que Canindé, apesar de ser um município que apresenta um grande número de projetos de assentamentos rurais, ainda possui grandes propriedades que concentram parte significativa das terras rurais no município, ou seja, terras que deveriam estar sendo utilizadas, pela grande quantidade de trabalhadores rurais sem terra que ainda existem na região (INCRA, 2006). Barquete (2003, p. 154) sobre esta questão afirma,

Entendo que a persistente concentração fundiária observada em Canindé representa um grande obstáculo para o êxito de qualquer política de conteúdo agrário, mesmo as de alcance reduzido como a que aqui analisei; mas não somente a concentração das terras por minorias. O expressivo contingente populacional sem ocupação e qualificação profissional, resultante das políticas que buscam a inserção do País na economia internacional, alerta para o risco de opções centradas apenas na redistribuição de terras e no fortalecimento de setores produtivos.

Desde a elaboração do I PNRA, no município de Canindé, o principal meio de acesso à terra para os trabalhadores rurais sem terra têm sido através do processo de desapropriação realizado pelo Governo Federal e Estadual. Além da intensa mobilização dos trabalhadores rurais para a conquista de assentamentos, contribuiu para a formação dessa realidade o expressivo número de grandes propriedades existentes em Canindé. Na área em estudo prevaleciam latifúndios, facilitando a pressão dos trabalhadores junto ao INCRA para a abertura dos processos de desapropriação. Conforme o Quadro 04, Canindé, considerando os assentamentos federais, apresenta 1.455 famílias assentadas em 31 projetos. Já os assentamentos estaduais absorvem 230 famílias em 10 projetos de assentamentos, enquanto os programas integrantes da “reforma agrária de mercado” reúnem, conjuntamente, 155 famílias em 11 “assentamentos”. O número de famílias assentadas em projetos estaduais e federais em Canindé, representa em torno de 13% do total de famílias assentadas nos assentamentos federais e estaduais de todo o estado.

Quadro 04 - assentamentos rurais – Canindé – Ce  
2006

Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)
Projeto Federal		
PA Grossos	20	822,644
PA Ipueira da Vaca	148	7.500,17
PA Cacimba de Dentro / Três irmãos	55	1.967,68
PA Lagoa Verde	19	854,026
PA Fazenda Suíça	39	1.396,12
PA Tiracanga / Logradouro	108	3.756,25
PA Guarani / Bom Lugar	49	2.040,03
PA Nojosa	11	489,857
PA Armadores	17	794,71
PA Alegres	21	847,779
PA Jacurutu	124	5.453,93
PA Todos os Santos	84	3.301,13
PA Santa Helena	53	2.253,85
PA Poço / Riacho das Flores	14	668,16
PA Transval / Pau de Leite	67	2.948,03
PA Baixa da Areia	27	897,248
PA Varzante do Curu	23	622,405
PA Ipiranga	21	949,79
PA Entre Rios	61	2.448,06
PA Carnaubal	54	2.285,43
PA Rocilândia	41	1.744,51
PA São Paulo	89	3.909,08
PA Santana do Cal	17	868,923
PA Souza	59	3.243,83
PA Rancho Primavera	24	829,712

Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)
PA logradouro / Ibiraju	66	3.479,71
PA Imburanas / 1º de Maio	27	1.036,60
PA Frazão	20	750,071
PA Monte Orebe	37	1.465,33
PA Poço da Pedra	25	1.254,06
PA Cacimba Nova	35	1.930,22
Sub-total	1.455	62.087,71
Projetos estaduais		
Cachoeira Cercada	28	705
Caiçara	21	826
Oiticica II	39	1.200
Pitombeira I	36	2.806
Capim-Açu	11	196
Nova Vida	14	688
Sítio do Meio	15	540
Canaã/Nova Conquista	24	1.079
Pedras	09	475
Arirão/Fé na Luta	33	1.092
Sub-total	230	9.607
Banco da Terra		
Pedra Furada	13	1.080
Conceição	14	584
Maracajá	8	422
Pedras / Jitirana	12	431
Sub-total	47	2.517,00
Projeto Cédula da Terra		
Santa Rita	14	633
Santa Clara	20	1.340

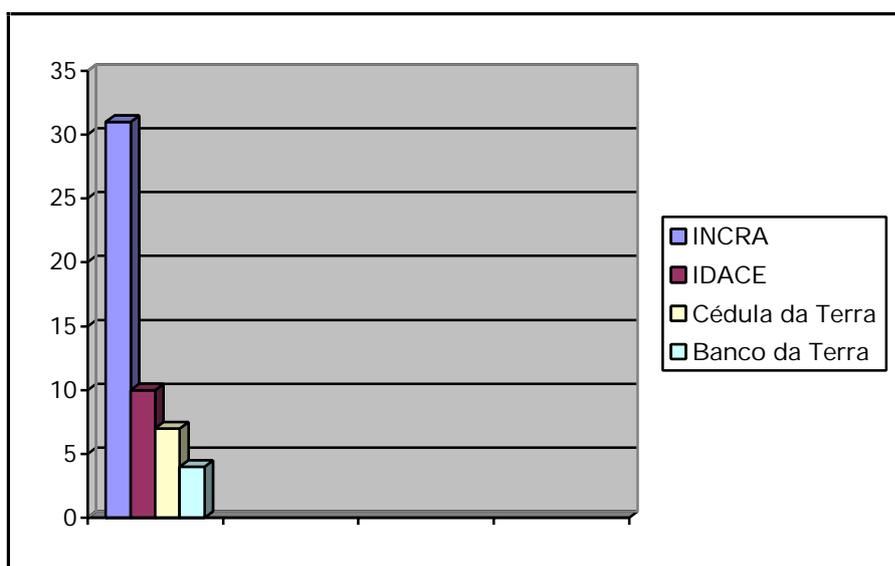
Assentamento	Nº de famílias	Área (ha)
Feijão	10	297
Rancho Alegre/ Conceição do Meio/Cedro	20	958
Oiticica I	11	364
Nova Olinda	18	922
Salão	15	331
Sub-total	108	4.845,00
Total Geral	1.840,00	78.227,00

Fonte: INCRA/SIPRA-CE,2006

A representação dos assentamentos por categoria/programas e sua vinculação institucional pode ser melhor visualizada através da figura 04. O mesmo demonstra que no espaço agrário de Canindé, os assentamentos rurais têm destaque para os via desapropriação por interesse social, contribuindo desta forma para o acesso a terra por diversas famílias desprovidas da mesma.

Este fato é decorrente, no entanto, da territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, desencadeada por vários atores sociais, tais como: STR's, MST, CPT, partidos políticos, entre outros.

Figura 04 – Número de assentamentos por programa em Canindé-Ce



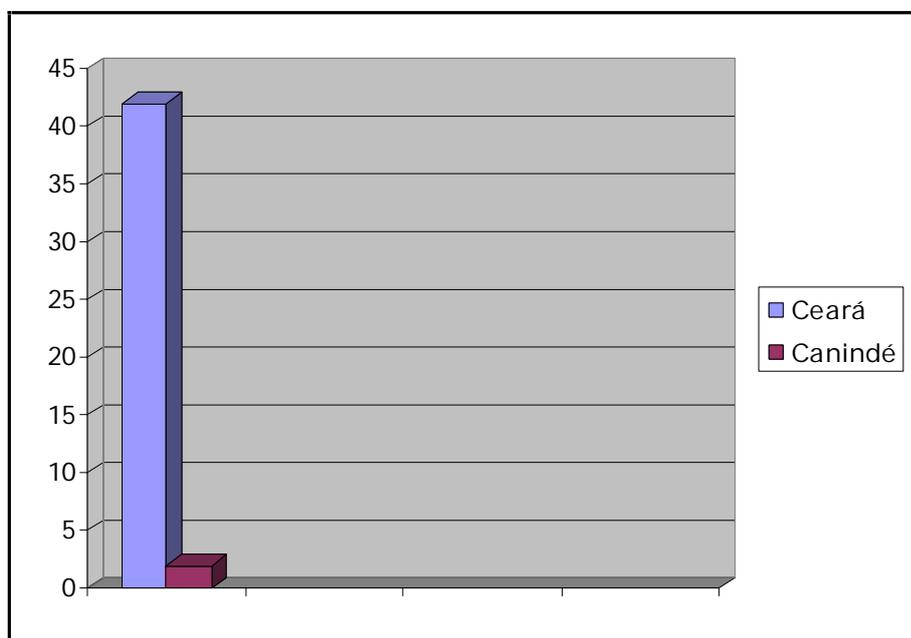
Fonte: INCRA, 2006

Atualmente Canindé ainda apresenta intensas distinções no tocante à questão agrária, sendo um dos municípios do estado, em que o MST concentra uma de suas maiores atuações, agindo e aparecendo contra a atuação do governo, seja pela ausência de linhas de crédito, de projetos de educação fundamental e de adultos, ou pela carência de fontes de água etc.

Esses movimentos socioterritoriais (MST e outros) se configuram como pronúncia de um mundo rural diferente, baseado na igualdade de meios e condições de produção para todos. Entretanto, vale salientar, que em meio a esse contexto sócio-político e histórico-geográfico ora exposto, surgem os “assentamentos” de compra e venda onde as famílias recebem o financiamento para a compra da terra e para a construção das casas, no entanto ficam com a dívida para pagar e com a falta de condições e apoio por parte do Estado para produzir e viver dignamente.

A partir de 2003, com o governo Lula foram criados no Estado do Ceará somente 42 projetos de assentamentos via INCRA, no entanto, no município de Canindé esse número foi mais reduzido ainda, apenas 02 (Figura 05).

Figura 05: Assentamentos Federais criados no governo Lula-Ceará/Canindé (2003-2006)



Fonte: INCRA, 2006

Embora, se possa considerar positivo a distribuição de terras na política de assentamentos rurais, ainda são precárias as condições existentes nessas áreas. Barquete (2003) analisando o perfil dos assentados em Canindé, detectou muitos problemas e deficiência na política agrária local. Esses problemas vão desde a limitação quanto à capacidade produtiva dos solos até o atraso no processo de concessão dos créditos. Porém, segundo o próprio autor essas dificuldades têm reforçado os laços de solidariedade nestas áreas, pois,

Os assentados aprenderam a priorizar o compartilhamento da água entre assentamentos vizinhos; a distribuição do leite de acordo com o número de crianças por família; atividades comunitárias realizadas desde antes do assentamento (construção de cercas, plantios) têm levado os assentados a obterem resultados importantes em suas ações, como ocorreu no assentamento Grossos, que já chegou a abastecer, praticamente sozinho, em 2000, a demanda de produtos hortícolas em Canindé.

Em Canindé, enquanto de um lado territorializa-se a luta pela terra (com a conquista de 31 assentamentos desde a elaboração do I PNRA e o assentamento de 1.455 famílias, reformando um total de 62.087,71 ha), do outro, avançam os

projetos da política do Mercado de Terras (Cédula da Terra e Banco da Terra no período compreendido entre 1998 e 2006). Observando os dados do MST, constata-se que no fim do ano de 2006 em Canindé a luta pela terra alcançou o efetivo de 200 famílias distribuídas em quatro acampamentos por todo o município, porém no período 2003-2006, primeiro mandato do governo Lula foram assentadas somente 60 famílias em 3.184,28ha.

Os “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado” são formados por famílias sem terra, que por falta de informação e/ou contato com movimentos sociais organizados (uma vez que estes sempre se posicionaram contra esta política) se reúnem em associações e dão entrada ao processo de compra da terra. No entanto, posteriormente a esse processo de compra, os trabalhadores se encontram endividados e sem condições de desenvolver uma produção que os permitam pagar a parcela da dívida.

Entende-se que tal política tem se especializado bastante a nível nacional, no entanto, os trabalhadores rurais envolvidos, têm apresentado inúmeras dificuldades de sobreviverem no local.

Estudos realizados por Alencar (2002) indicam que a princípio tal política apresenta pontos positivos e negativos. Dentre os positivos aparece o fato dos trabalhadores rurais agora possuírem uma casa para morar e de terem acesso a créditos, em contrapartida, dentre os aspectos negativos tal política demonstra ser inviável, uma vez que terras “adquiridas” pelos assentados são de péssima qualidade e que quase sempre, os imóveis comprados não possuem nem sequer água para atender as necessidades básicas das famílias, contribuindo para o fato dos mesmos não conseguirem gerar excedente para uma sobrevivência digna, quanto mais para o desenvolvimento de uma atividade agropecuária com acúmulo de renda e o posterior pagamento da terra.

Já Oliveira, A. M. (2005, p. 145) no seu estudo sobre a contra-reforma agrária do Banco Mundial no Brasil, discorda do autor ao afirmar que “o trabalho de campo dos autores revelou a ocorrência de sujeitos sociais produtores de sua própria subsistência, responsáveis por uma economia de excedentes, por menor

que seja, com origens, práticas sociais e relações de trabalho propriamente camponesas”.

Porém, a afirmação de Alencar se aplica inteiramente a realidade aqui estudada, uma vez que esses “assentamentos” apresentam muitos problemas de ordem estrutural como falta de água para produção, falta de infra-estrutura básica, escola e assistência técnica.

Desta forma, todos os “assentamentos” pesquisados estão localizados numa edafoclos



Figura 06: Paisagem árida – “assentamento” Cacimba Nova.  
Foto: Vasconcelos, novembro de 2006

A região semi-árida brasileira ocupa cerca de 74,3% da área total do Nordeste tendo o Estado do Ceará quase 90% de sua área incluída nesta região, possuindo o município de Canindé 100% de sua área caracterizada como semi-árida. A região semi-árida apresenta situações diferentes quanto a sua situação ecológica, levando em consideração os elementos climáticos, a flora, o solo e o relevo. O período seco na região semi-árida varia de 5 a 8 meses ou mais. As chuvas são irregulares e mal distribuídas. As temperaturas médias anuais são em torno de 25 graus centígrados. A umidade relativa do ar é baixa, ficando em

aproximadamente 50% como média anual. As taxas de evaporação potencial são elevadas, atingindo cerca de 2.000 mm/ano. Os solos são pouco desenvolvidos, rasos e pedregosos, com baixa capacidade de armazenamento de água. Os rios apresentam um regime temporário, permanecendo secos a maior parte do tempo. A vegetação típica dessa região é a caatinga, xerófila e caducifólia, com predominância de plantas arbóreas e arbustivas.

Apesar do clima semi-árido se constituir enquanto principal fator condicionante da dinâmica geoambiental do sertão cearense, os graves problemas sócio-ambientais presentes nesta região derivam apenas em parte de “raízes históricas culturais e econômicas” e dos fatores naturais – a seca, afinal, é apenas a gota d’água da histórica situação sócio-econômica local – como discutido anteriormente, esses problemas acham-se, sobretudo, vinculados as características locais da estrutura fundiária.

As informações acima evidenciam o contexto conjuntural e estrutural da situação sócio-econômica e político-cultural específica do cenário em que estão incluídos os “assentamentos” estudados.

Em função dessas características ambientais e sociais específicas, a potencialidade hídrica do município de Canindé é totalmente comprometida por possuir o Estado do Ceará 75% de sua superfície ocupada por rochas cristalinas (SALES, 1993) que associado a irregularidade de chuvas e a falta de planejamento do poder público favorecem o rápido escoamento superficial inviabilizando o acúmulo de águas subterrâneas em quantidades razoáveis.

No que se refere a disponibilidade hídrica, todos os “assentamentos” apresentam necessidade de corpos d’água capazes de suprir a necessidade humana e de produção, ou seja, nenhum dos “assentamentos” possui açudes, rios ou riachos de caráter permanente. Os “assentamentos” Santa Clara, Juá e Campos do Jordão dispõem de pequenos açudes (Figura 07) que são utilizados para lavagem de roupa, consumo animal, banho etc. A água para o consumo humano é oriunda de cacimbas ou quando existem, de cisternas de placas, salientando que, de acordo com informações dos próprios “assentados”, parte significativa das famílias consomem essas águas sem nenhum tratamento, sendo

necessário uma maior conscientização quanto a limpeza e conservação dessas águas.



Figura 07: Pequenos açudes – “assentamentos” Santa Clara (a esquerda) e Juá (a direita).  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Em contraposição a área que atualmente é designada de “assentamento” Oiticica não dispõe de açude, cacimba ou poço profundo, sendo apenas a área cortada pelo Rio Curu e por dois riachos de regime temporário. Entretanto, salienta-se que as duas famílias que atualmente residem na área possuem cisterna de placa (Figura 08) que funciona para o armazenamento da água da chuva, contudo no ato da entrevista as mesmas já se encontravam secas.



Figura 08: Cisterna de Placa – “assentamento” Oiticica.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Porém, a situação do “assentamento” Cacimba Nova é bastante preocupante. Na área não existe nenhum rio, riacho, açude ou cacimba que atenda às necessidades básicas das famílias. Apenas um barreiro (figura 09) que armazena água apenas quando chove e de acordo com os moradores o mesmo só serve para os porcos tomarem banho. Reforçando esta afirmação o depoimento do Sr. César assim relata,

Água não existe aqui dentro do “assentamento” não. Nós tira (Água) do açude do Zé Manu. É uma barraginha que tá secando. São vizinhos. Rapaz tem mais uma coisa nós somo é humilhado. Aqui nós tem que trazer na palma da mão que se nós fraquejar qualquer coisa eles fala e pronto. Fecha tudo. Já saiu um morador daqui. Se desentendeu com eles lá né? O cabra tem cortar bem direitin. É que esse (açude) foi feito não foi feito com negócio de governo, de ajuda de governo foi feito as custa, mesmo por eles lá né, particular. Num tem cacimbão não tem nada aqui. (Sr. César, Cacimba Nova, entrevista, 2007)

O depoimento do Sr. César demonstra um tipo de relação de dominação exercida pelo proprietário vizinho ao “assentamento”, posto que as famílias dependem dele para ter o acesso a água. Em troca da água algumas famílias se encarregam de dar comida e cuidar de alguns animais do proprietário.

Segundo as famílias do “assentamento” Cacimba Nova, vários são os problemas enfrentados na área, mas a água se constitui enquanto o maior e também como agravante dos demais. Por retirarem a água da propriedade vizinha algumas famílias retribuem, guardando animais do proprietário nas suas áreas individuais. Assim, as famílias do “assentamento” Cacimba Nova são desprovidas de um recurso fundamental para a sobrevivência humana, permanecendo também excluídas de condições para produzir, posto que sem a água fica inviável o desenvolvimento de qualquer atividade agrícola – principal fonte de renda do homem



Figura 09: Barreiro – Cacimba Nova.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Mas, voltando-se um pouco para a questão da produção agrícola (que será melhor trabalhada no capítulo seguinte) é conveniente discorrer sobre a assistência técnica prestada a essas famílias, uma vez que esse é também integrante dos problemas detectados nesses “assentamentos”. Dos casos analisados, 60% dos “assentamentos” possuem o serviço de assistência técnica, entretanto, cabe salientar que esta se apresenta de forma bastante deficitária, uma vez que os técnicos aparecem nas áreas esporadicamente. Ao conversar com um dos técnicos que presta assistência a dois dos “assentamentos”

pesquisados, o mesmo afirma que “Nosso trabalho é bastante complicado. Faltam maiores condições de trabalho e apoio por parte da EMATERCE a fim de que o mesmo seja efetuado de forma mais intensa e contínua”. O técnico ainda destaca outras questões que também contribuem para a deficiência de seu trabalho, dentre elas a falta de organização interna e a falta boa vontade de algumas famílias em seguir suas orientações. Cabe aqui destacar que não está se afirmando se a orientação dada pelo técnico é certa ou não, mas uma família afirmou que “a assistência, às vezes propõe o que para nós não faz sentido. O melhor é fazer do jeito da gente mesmo”.

A fala acima, revela uma das faces do serviço de assistência técnica voltado para essas áreas, a falta de maiores conhecimentos, por parte de alguns técnicos, quanto a realidade vivenciada pelas famílias do meio rural. Essas famílias possuem princípios e práticas agrícolas históricas. Sabedorias e conhecimentos que lhes foram sendo passados de geração em geração, no entanto, o fato desses profissionais chegarem nessas áreas impondo seus conhecimentos sem considerar o que já existe proporciona a ocorrência de muitos embates na relação técnico/ “assentado”.

De uma forma geral, esse tipo de serviço, não atende às reais necessidades do produtor, pois a realidade do mesmo não está restrita apenas a elaboração de projetos. A disponibilidade técnica é bastante reduzida para realizar um acompanhamento sistemático, como também os instrumentos de intervenção disponíveis que permitem a participação dos agricultores como sujeitos.

Com relação aos créditos concedidos para as áreas, de acordo com a Seagri todos os “assentamentos” pesquisados tiveram acesso ao SAT (aquisição da terra), SIC (habitação) e Custeio (PRONAF A). Porém, observa-se a dificuldade quanto a aplicação desses recursos na melhoria do “assentamento”. Em alguns “assentamentos” o dinheiro foi praticamente jogado fora, como é o caso do “assentamento” Juá.

Já correu muito dinheiro aqui. Já saiu crédito pra nós mas nós num subemo aproveitar não. Acho que por isso foi que num vei mais nada pra nós (Adriano, Juá, entrevista, 2007).

Já em outro “assentamento” o presidente da associação conseguiu a retirada do restante do SIC, no entanto, ao invés desse recurso ter sido aplicado na produção sede (Figura



Figura 10: Casa-Sede, residência do presidente – “assentamento” Santa Clara, Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Quanto à infra-estrutura nos “assentamentos” Santa Clara, Juá, Campos do Jordão, Cacimba Nova e Oiticica, quase todos dispõem de energia elétrica. A única exceção é o “assentamento” Cacimba Nova onde só metade do “assentamento” possui tal recurso, sendo que no “assentamento” Santa Clara a energia foi instalada apenas no final de 2006.

Os tipos de habitação se constituem enquanto problemas a serem resolvidos em alguns dos “assentamentos” estudados. A situação de conservação se diferencia entre o grupo de “assentamentos” em questão. Dentre os cinco, o “assentamento” Cacimba Nova não chegou nem a ter todas as casas construídas (Figura 11). Segundo o Sr. Luiz, morador desse “assentamento”,

O dinheiro da construção aqui das casa quem tirou foi o Luizão (ex-presidente). Ele andava em Canindé de um lado pra outro com um monte de dinheiro. O povo dizia: Luizão guarda esse dinheiro que esse dinheiro num é teu, é das casa dos home. Aqui em Canindé tinha o dono de um depósito de construção que na época tava era endividado. O povo

diz que o Luizão foi lá e pagou parte do material de construção de nossa casa. O povo fala que o Luizão fez esse negócio com o home e até moto nova o home comprou. Aí ficou assim: quando chegava a carrada de madeira, telha, tijolo ele ia fornecer logo os “assentamento”, mas os outro “assentamento” só pagava quando recebia o material. Como o Luizão pagou andiantado, ele entregava só a sobra e se num sobrasse ficava pra outra vez. E as vezes quando entregava era o material mais ruim que vinha. A senhora acredita que uma vez vei uma carrada de tijolo que quando eles entragaram se desmanchou todinha aí. De tão ruim que era o material. Minha senhora nessa história de enrolação. Muitas família foi pra de baixo antes de terminar mesmo.

e Deus  
casinha.  
ta casa  
rago de  
eiro de



Figura 11: Casas que não foram construídas e material estragado / “assentamento” Cacimba Nova.

Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007.



Figura 12: Casas com rachaduras – “assentamento” Cacimba Nova.

Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007.

O depoimento apresenta indícios de que, o presidente da associação na época, se beneficiou particularmente dos recursos destinados para essas, dentre eles, os voltados para a construção das habitações. Além de não terem sido construídas todas as casas as que foram não foram concluídas. Algumas estão comprometidas e nenhuma possui banheiro com aparelho sanitário, encanamento e fossa séptica, "faz é vergonha chagar gente aqui em casa. Nossas casa parece casa de favela. O nome do nosso "assentamento" é Rancho Alegre / Cacimba Nova, mas de alegre isso aqui Não tem é nada. É só tristeza".(D. Maria)

A fala de D. Maria permite verificar a tristeza da mesma para com as condições de moradia vivenciada por ela e pelas demais famílias. A maior parte das casas encontra-se em estado precário. Muitas estão com alguns cômodos comprometidos com muitas rachaduras nas paredes. Os banheiros, inacabados, funcionam como despensa, onde são guardados tudo que é tipo de material (Figura 13). No "assentamento" Campos do Jordão, das quinze casas que deveriam ser construídas foram erguidas apenas doze que se encontram em



Figura 13: banheiros que não foram terminados – "assentamento" Cacimba Nova.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007.

Como na maior parte das áreas rurais do país, nenhum dos “assentamentos” dispõe de postos de saúde (HEREDIA, 2001), sendo a presença de profissionais de saúde rara. Os “assentamentos” são assistidos apenas por uma agente de saúde do Programa Saúde da Família de Canindé (PSF). Desta forma, os “assentamentos” têm buscado atendimento médico na sede do município. Segundo uma avaliação geral realizada pelos próprios assentados, constatou-se a extrema insatisfação dos mesmos em relação a qualidade do atendimento de saúde, dada as precárias condições dos equipamentos e infraestrutura, aliado a falta de periodicidade das equipes do PSF.

O “assentamento” não dispõe de nenhum serviço de destinação do lixo, mas de um modo geral os moradores têm consciência de que a acumulação do mesmo pode causar sérios prejuízos ao meio ambiente local. As águas servidas são jogadas nos quintais, no entanto, nem todas as casas dispõem de fossas sépticas. Quanto à água utilizada na lavagem de roupa, também são jogadas próximas ao local de lavagem, não verificando-se uma preocupação com o comprometimento da qualidade das águas

Com relação a educação, somente o “assentamento” Santa Clara possui um grupo escolar (Figura 14) que atende a demanda de alunos que cursam até a 4ª série. A partir da 5ª do ensino fundamental até o ensino médio, os alunos são obrigados a se deslocar para as áreas mais próximas. Entretanto, as famílias reclamam da falta de merenda escolar que não chega regularmente.



Figura 14: Grupo Escolar - “assentamento” Santa Clara.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Os problemas da educação nos “assentamentos” não diferem da realidade da educação no campo. Ainda existem crianças e adolescentes fora da escola, precariedade das infra-estruturas existentes. Outra coisa que deve ser levado em consideração é a falta de educação infantil para todas as crianças, muitas delas só começam estudar aos 6 ou 7 anos de idade, e geralmente com 14 anos deixam a escola, pois precisam trabalhar ou a escola não oferece mais continuidade de ensino.

O trabalho fora do “assentamento”, através de outras atividades, aparece apenas no caso do “assentamento” Juá, que conta com uma professora que atua no colégio da localidade de Targinos. Nos outros “assentamentos” ele aparece na forma de servente ou agricultores que por uma questão de sobrevivência, vendem dias de serviços para pessoas da região.

As dificuldades enfrentadas para se estruturarem social e economicamente, têm contribuído para o não acúmulo e aumento de renda pelos assentados e os mesmos atribuem ao Programa Bolsa-Família a oportunidade de ter acesso a uma renda extra, mesmo que mínima.

Outro problema comum nos empreendimentos do Programa Cédula da Terra em Canindé, são os casos de abandono da terra. Os casos de desistência é característica de todos os “assentamentos” como demonstra a tabela 08. Essa situação tem como reflexo a quantidade de casas abandonadas nas áreas. Essas casas geralmente ficam abertas, onde os bichos entram e fazem sujeira, podendo representar uma situação de perigo, uma vez que, no caso do “assentamento” Santa Clara, também funciona como passagem para outras localidades, desse modo, as famílias temem que esses locais possam servir de esconderijo para pessoas que acabam cometendo algum tipo de crime na região.

Tabela 08: número original de famílias e de desistências

“assentamentos”	Número original de famílias	Número de desistências
Santa Clara	20	08
Juá / Nova Olinda	18	03
Oiticica	11	02
Campos do Jordão	15	10
Cacimba Nova	20	11
Total	84	34

Fonte: pesquisa direta, janeiro de 2007

Alencar (2005) associa a desistência das famílias que entram nos programas de compra e venda a uma série de fatores, dentre eles a não preparação das famílias para a entrada na terra. Geralmente as pessoas que ficam a frente do “negócio” saem pelas localidades convidando um e outro para preencher o número de famílias exigidas como mostra o depoimento a seguir,

Um dia eu vinha de Canindé, e já tinha ouvido falar que o Luizão tava querendo comprar esse terreno. Aí quando eu cheguei bem ali na Vila Nova o carro tava parado e eu tava desecendo as minhas coisa que dali eu ia pra casa quando o Luizão encostou né e foi dizendo Luiz, Luiz vamo comprar um terreno ali mas eu, vamo? lá é bom demais. Bora comprar mas eu só tá faltando teu nome. Aí eu disse: pode botar meu nome. Aí ele foi dizendo que ia comprar esse “assentamento” aqui. Que ia ser muito bom. Ia ter muito projeto. E a senhora sabe que a gente que é pobre a gente quer a melhora né. (Sr. Luiz, Cacimba Nova, entrevista, 2007)

O número de desistências pode ser associado à forma como essas famílias entram nesses “assentamentos”. As famílias acabam caindo de paraquedas nesses programas, sem ter noção do que realmente farão parte. Essas famílias não são preparadas e muito menos explicadas sobre como funciona esses “assentamentos”. Na opinião de Alencar (2005, p. 265),

Nesse cenário, conforme tudo indica, ao não passar pela experiência dos acampamentos, das ocupações, aumenta em muito a probabilidade da pessoa selecionada não ser camponês. A pré-seleção verificada nos acampamentos, nas ocupações, entre outras formas de

mobilização/organização, redireciona o camponês para a cooperação, para a solidariedade, para o trabalho coletivo, enfim, é o início de um processo de aprendizagem de dissociação/ressociação, de inclusão social, que tem os assentamentos como ponto de chegada e partida simultaneamente. Além disso, esta pré-seleção permite ao camponês discorrer acerca dos seus sonhos, ou até onde ele quer chegar. A pré-seleção serve também como período de preparação do camponês para a vida nova, diferentemente do ocorrido com a forma de aquisição da compra via mecanismo de compra e venda de terra, pois a maioria das associações são formadas para atender a uma das exigências dos programas.

A afirmação de Alencar nos remete à discussão de Fernandes sobre o processo de socialização política, ou seja,

No processo de dimensionamento do espaço de socialização política, os trabalhadores vêm a público de forma organizada e ocupam a terra, uma fração do território, cujo domínio reafirma, viabiliza e valoriza o processo de espacialização e de territorialização da luta (1999, p. 23)

A declaração de Alencar e Fernandes sobre a não preparação dessas famílias podem ser observadas quando no decorrer das entrevistas perguntou-se aos trabalhadores rurais sobre a participação em alguma associação. De todos os entrevistados apenas o Sr. Dicássio (“assentamento” Juá) já havia participado de algum tipo de organização. O mesmo participou no fim da década de 70 das comunidades Eclesiais de Base - CEBs organizadas na região pelo Pe. Moacir,

Nesse tempo eu morava ali na terra do seu Paula Lima que foi quando o Pe. Moacir resolveu montar umas comunidade. Nessas comunidade nós discutia um bucado de coisa boa, coisa que eu nunca tinha ouvido falar. Falava dos nosso direito. O direito que nós que era tudo morador tinha. O negócio tava indo bem até um dia que eu vinha do trabalho, assim de tardinha, quando chegou uma pessoa dizendo que o home tava me chamando. Aí peguei e fui lá. Pensei que ele ia mandar me matar. Cheguei lá e ele perguntou se eu tava participando de alguma comunidade com o padre e eu disse que tava sim senhor. Aí ele disse: pois eu num quero isso aqui na minhas terra não. Pode parar com essas besteira. Dois dia depois, quando os home sabia que nós tinha marcado uma reuniãozinha no terreiro lá de casa chega a polícia perguntando pelo padre e pela Maria Amélia. Eu disse que eles num tava lá não e que num ia vir lá mais não. Aí foi quando nós fumo tudo proibido de participar das comunidade (Sr. Dicássio, “assentamento” Juá, entrevista, 2007).

Nas áreas visitadas, o senhor Dicássio é a única pessoa que representa a experiência de ter participado anteriormente de algum tipo de organização social, porém sua vontade de lutar junto aos companheiros pelo cumprimento dos seus

direitos e pela reforma agrária foram minados pela imposição e ameaças do seu patrão, latifundiário da região. Desta forma, dos demais entrevistados ninguém mais havia participado de associação alguma tendo entrado em uma apenas no período de compra da terra.

Esta situação pode ter favorecido a entrada dessas famílias no programa, uma vez que quando analisou-se o processo de compra da propriedade foram encontrados muitos problemas voltados para os interesses e beneficiamento de terceiros.

Quanto à venda das áreas pesquisadas a idéia de venda/compra da terra, gira em torno de dois grupos: o primeiro grupo é composto de alguns proprietários, que por possuir uma propriedade que não dava mais lucros, e também ao ter conhecimento sobre o Programa Cédula da Terra e do fato do recebimento do pagamento pela terra, a vista, organizou as famílias para que estas constituíssem uma associação e posteriormente, procurassem o IDACE. O outro grupo é formado por pessoas que pretendiam, direta ou indiretamente, se beneficiar com o “negócio”. Dos cinco “assentamentos” estudados, esse aspecto aparece de forma mais visível nos “assentamentos” Cacimba Nova e Oiticica. De acordo com depoimentos, no “assentamento” Cacimba Nova, os trabalhadores rurais sem terra foram convidados pelo Luizão, morador da região que em parceria com um político da região, genro do antigo dono da terra, convocaram as famílias para fazer parte do “assentamento” como demonstra a fala de um assentado local,

Esse primo Gomes colocou nós aqui mais o Luizão animou nós rapaz é o seguinte foi quem fez mais força também pra colocar nós mandou chamar urgente dizendo que queria fechar com os vinte. Rapaz o que eu esperava era que ele prometia muita coisa a nós né que não precisava mais nós comprar quilim véi de coisa em bodega que ia comprar mercadoria era em grosso que tinha muito dinheiro né não precisava ninguém trabalhar aqui se vinha pra cá ia comer deitado não precisava ninguém trabalhar vinha só criar criação e que eu viesse que era bom demais, viesse pra cá que aqui num trabalhava quase não, vinha comer era deitado. (Sr. César, “assentamento” Cacimba Nova, entrevista, 2007).

O depoimento anterior revela que essas pessoas que ficavam a frente do processo de negociação iam chamando qualquer pessoa alegando muitas

melhorias e sem o fornecimento de nenhuma preparação das famílias, sem a preocupação se essas famílias tinham condições de viver de forma coletiva ou de trabalhar com a terra.

Já no “assentamento” Oiticica, a fala de um “assentado” também demonstra o jogo de interesses imbuídos no processo de compra da propriedade, uma vez que o “assentamento” Oiticica é constituído por pessoas já assentadas no projeto estadual Oiticica II,

A idéia de compra dessa terra foi a partir de uma reunião que ele (Sr. Firmino) teve no Idace. Ele falou que a área não tava sendo capaz de criar o rebanho. E por lá, ele arranhou essa maneira lá num sei com quem de comprar esse terreno e eu fui um que entrei na época, mas só que num tava meio por dentro ainda. Aí quando foi depois de quase um ano, eu sai porque pensei que depois ia dá problema pra mim, que ia complicar mas lá pra frente. As história que ele falava era que ia ter muito melhoramento. Porque nós já tivemo melhoramento nesse nosso “assentamento” e ia ter outro melhoramento lá. Porque ia sair projeto desse, projeto daquele. (Sr. Bilan, “assentamento” Oiticica, negritos meus, entrevista, 2007)

A partir das falas é possível detectar que a completa transparência no Programa Cédula da Terra, verificada por alguns estudiosos da reforma agrária de mercado, a exemplo de Navarro (1998) não é completamente verdadeira. Nos estudos também realizados por Moura (2003) e Alencar (2005), percebe-se que tal transparência não se aplica a todos as experiências, posto que freqüentemente ocorre o envolvimento e o jogo político entre os antigos proprietários de terra, políticos locais e pessoas do órgão responsável pela operacionalização do “assentamento”.

O caso do “assentamento” Oiticica, como foi anteriormente citado, é um caso particular e bastante curioso. O presidente que assumiu na época da compra da área era também presidente do projeto estadual Oiticica II, entretanto, ao saber do Programa Cédula da Terra, resolveu comprar uma área vizinha de 364 ha. Para isso, alegou que a área do projeto estadual não estava sendo suficiente para a criação de animais. Parte das trinta e nove famílias recusou entrar no “negócio” aceitando apenas onze. Quem também recusou fazer parte do negócio na época foi o técnico que acompanhava a área. O mesmo receava perder o emprego, uma vez que tal “negócio” não era cem por cento legal.

Atualmente no imóvel residem apenas duas famílias, onde uma delas teve acesso ao recurso para construção da casa e a outra ficou residindo numa casa que já existia na área antes da compra. A questão é que ninguém soube informar sobre o destino do recurso disponível para construção das demais casas. A compra da área pelas onze famílias vêm gerando conflitos internos, pois para as demais famílias assentadas do projeto estadual as famílias que entraram na área deveriam ir para lá, residir lá, “Olhe, eles pode botar os bicho deles aqui, nós num pode botar os nosso lá. Quando vem projeto vem no nome da associação daqui e todos eles recebe. Isso ta causando insatisfação aqui” (Sr. Bilam, entrevista 2007).

Entretanto, existe a denúncia de que o Sr. Firmino, presidente do projeto estadual desde o início, desviou dinheiro. Posto que ele sempre esteve a frente de tudo, tanto do projeto estadual, como na compra da área pelo Cédula da Terra sendo que, o mesmo nunca possuiu o hábito de prestar contas junto à associação. Juntamente com seus filhos (que também entraram na compra da terra) o Sr. Firmino é que detém as melhores condições econômicas no “assentamento”.

Ademais, as famílias mostraram completo desconhecimento sobre o preço das propriedades, sobre as formas de pagamento, sobre a origem dos recursos financeiros para a compra da terra e ainda, sobre o que poderia lhes acontecer caso viessem a não pagar as parcelas. Em nenhum dos “assentamentos”, ao serem perguntados sobre o fato de alguém do IDACE ter lido para as famílias o contrato a resposta foi positiva e mais, não existe sobre a responsabilidade de nenhuma das associações o contrato de compra da terra. O que demonstra uma situação de desinformação e insegurança. Essa situação pode ser sintetizada na seguinte fala,

Nós estamos aqui mas não sabemos o que será de nós. Se soubesse como era que ia ser isso aqui. Se soubesse que fosse ser tão difícil. Que ia ser essa dificuldade, esse abandono, num tinha nem passado perto daqui. Tem noite que fico acordada pensando que a qualquer hora vão chegar aqui e mandar nós ir simhora.e meus filho? Como é que vai ser? (Elizabete, Campos do Jordão, entrevista, 2007).

Quanto ao pagamento da terra a situação torna-se mais complicada. Apenas uma das associações vêm pagando regularmente as parcelas (Oiticica) e esse fato é atribuído ao fato das famílias que compõem a área, já serem assentadas de um projeto estadual, como foi anteriormente citado,

Dona, eu tenho certeza que se nós num já vivesse aqui nesse "assentamento", se nós num já tivesse uns bichim e nossas coisinha nós num tinha pagado ainda nenhuma parcela. Nós planta na terra milho, feijão e cria criação (cabras). Aí o que nós colhe nós junta, vende os bichim e dá pra pagar. Mas se fosse pra nós pagar e ainda comer e sustentar a família num dava nunca não. (Sr. Vitor, Oiticica, entrevista, 2007)

Os "assentados" de Santa Clara e Juá, até o momento conseguiram pagar apenas duas parcelas, permanecendo também em atraso no pagamento. No caso do "assentamento" Santa Clara o pagamento das duas parcelas só foi possível devido a venda do pó da palha de carnaúba. De acordo com os "assentados", sem a carnaúba seria impossível o pagamento da terra e ainda afirmam "nós dificilmente vamo conseguir pagar o resto das parcela. A carnaúba tá acabando e sem ela num dá não senhora. (Sr. Antônio Paula, Santa Clara).

Já as associações dos "assentamentos" Campos do Jordão e Cacimba Nova, até o fim de 2006 não haviam pago nenhuma parcela, e nem imaginam se um dia vão poder pagar. Afirmam que por causa da inadiplência o Idace os abandonou. Não visita às áreas e nem dispõe o serviço de assistência técnica para as famílias. Muitos são os fatores que impedem o pagamento da terra. No caso do "assentamento" Cacimba Nova os principais problemas que impedem o acúmulo de renda para pagamento da terra são solos de péssima qualidade e a falta de água no "assentamento". Quanto ao "assentamento" Campos do Jordão atribui-se como principais problemas a falta de organização interna, de investimentos e de orientação técnica.

A situação descrita acima permite corroborar com o pensamento de Alencar (2005),

[...] os imóveis que já efetuaram pagamento da primeira parcela, ou até mesmo já quitaram a dívida junto à instituição financiadora conseguiram isto em virtude de um conjunto de fatores combinados, tais como: os compradores possuem uma certa "poupança"; alguns podem ser

considerados como da “pequena burguesia rural” ou camponeses capitalizados; o imóvel tem solo fértil, água, boa localização, infraestrutura produtiva satisfatória; foram beneficiados com alguns tipos de financiamento não reembolsáveis (p. 257).

A adoção da “reforma agrária de mercado” pelo governo federal é uma política compensatória, uma vez que o foi adotada pelo governo apenas para acelerar a criação de “assentamentos” e acalmar a massa de trabalhadores rurais reunidos através de movimentos e instituições que representam a categoria. Neste sentido, sim, concorda-se com Oliveira, A. M. (2005) quando afirma que, a leitura dos acontecimentos ocorridos no campo cearense no que concerne à política “reforma agrária de mercado” não pode ser descolada da prática de clientelismo político revigorada pelo governo no cenário estadual e nacional.

O MST, STR e CPT tem no decorrer dos últimos anos mantido seu posicionamento contrário a implantação da “reforma agrária de mercado” em Canindé. Para estes, o princípio desta política, dista bastante da possibilidade de desses “assentamentos” se constituírem enquanto territórios libertos para os trabalhadores rurais, é o que se pode perceber por meio dos depoimentos de representantes dessas categorias, transcritos a seguir,

Nós nunca fomos favoráveis a esses programas porque foram programas que enganou os trabalhadores, né? E aqui em Canindé todas as áreas dessa reforma agrária que a gente tomou conhecimento, os trabalhadores foram enganados. Foram assim alheios a verdadeira situação do programa [...] então nós temos visto muita insatisfação, nós aqui já temos visto trabalhador chorando quando tomou conhecimento da situação. Porquê estava com dívidas, enganados. Gente do governo que prometeu que iria ter créditos, condições de viver na terra e não teve esses acompanhamento, os trabalhadores ficaram foi com muita dívida, enfim, esses programas são um desastre na vida do trabalhador rural de Canindé. (Alfredo Paz<sup>7</sup>, membro da CPT-Canindé, janeiro de 2007)

E ainda,

Olha, os programas de compra e venda da terra, na verdade, ele teve o objetivo de barrar as ações dos movimentos sociais, especialmente do MST, da Comissão Pastoral da Terra e, na verdade, o objetivo dele foi esse. Nós do movimento vemos esses programas como um programa de não resolver o problema da reforma agrária, né? Hoje se você for ver os “assentamentos” de compra e venda aqui em Canindé são

---

<sup>7</sup> Entrevistou-se Alfredo Paz em janeiro de 2007. Ele é assentado do PA Ipueira da Vaca e foi o primeiro presidente do STR local.

“assentamento”s praticamente pobres e falidos. Primeiro, na terra muitos não têm condições de trabalhar. Segundo, as famílias que vieram pra terra, muitas não tiveram preparação para vivenciar questões básicas no “assentamento”s e nem pra situação que estão passando. O terceiro problema que eu acho gravíssimo é a questão do pagamento da terra, que elas não têm conseguido pagar e nem vão conseguir e outro problema é a questão da assistência técnica. A assistência técnica deles é dada pela EMATERCE, mas ela termina não fazendo o acompanhamento necessário. E outra coisa que eu queria falar é sobre a relação entre trabalhadores e patrões na hora da compra e venda da terra, estes exercem uma total influência sobre os trabalhadores, aí muitas pessoas se envolvem e no fim, o interesse é muito mais do proprietário em vender a terra que não é mais viável pra ele e que no fim, estava dando era prejuízo (Josenildo Miguel<sup>8</sup>, membro da Coordenação Estadual do MST, janeiro de 2007).

Como também,

O sindicato é contra esses programas porque é um negócio que é contra o trabalhador rural. Só é muito bom pra o proprietário, né? Que pelo acompanhamento que fazemos a essas áreas a gente vê que é uma pobreza total. A EMATERCE só vai lá quando tem algum problema, estive em dois “assentamento”s do Cédula da Terra na semana passada, em um deles, no Cacimba Nova a gente vê uma pobreza tão grande, por que lá nem água não tem. É uma tristeza a gente vê aquele povo abandonado pelo governo. Esse negócio de compra e venda de terra, só foi bom pra o patrão, porque aqui em Canindé, quase todos esses “assentamento”s não vão conseguir pagar a terra (Tomé de Sousa<sup>9</sup>, Presidente do STR de Canindé, janeiro de 2007).

É possível perceber ao longo dos depoimentos dados por membros da CPT, do MST e do STR a indignação com relação à política de compra e venda de terras. Em todas as falas fica evidente a persistência de apontamentos desfavoráveis à sobrevivência local dessas famílias na região, uma vez que tanto estudos realizados revelam o quanto às próprias têm sido penalizadas por terem entrado no programa.

A partir dos elementos anteriormente enunciados, percebe-se que a “reforma agrária de mercado” tem se especializado e se territorializado no sertão de Canindé, no entanto, a mesma deixa dúvidas quanto a uma possível territorialização do trabalhador rural envolvido nos respectivos programas que a

<sup>8</sup> Entrevistou-se Josenildo Miguel em janeiro de 2007. O mesmo é filho de assentado e no momento tenta reunir entidades parceiras do MST para discutir como melhor acompanhar os assentamentos de compra e venda da terra em Canindé-Ce.

<sup>9</sup> A entrevista com o Sr. Tomé aconteceu em janeiro de 2007. Por ser assentado e se considerar feliz por isso, demonstra indignação com a situação das famílias integrantes dos programas de compra e venda da terra em Canindé.

constituem, uma vez que muitos são os problemas que impedem a permanência em boa parte dos “assentamentos”. Na sua discussão sobre território, Santos (2000, p. 96) aponta o território, como sendo “(...) o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.”

Esses “assentamentos” são construídos no território político-econômico da lógica do capital. As famílias passam a ter “acesso à terra” a partir do ator mercado. São pessoas que não possuem a posse definitiva da terra, que convivem permanentemente com a incerteza, com a dúvida e ansiedade, com o medo de perder a terra a qualquer momento. A terra “conquistada e/ou imposta” não os dá condições mínimas, dos mesmos assegurarem trabalho e alimento para si e a família, quanto mais de obterem, a partir desta, uma renda que assegure o pagamento da terra.

Os “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado”, representam mais um entrave no processo histórico de luta pelo acesso à terra por parte da grande demanda de trabalhadores rurais sem terra do país. Mais uma vez na história, os reais beneficiados são uma parcela ínfima da população, neste caso, a dos proprietários rurais que vendem suas terras por um preço alto e recebem o pagamento a vista.

A territorialização é um processo de construção de territórios, perpassando, neste caso, pelo processo de fixação do homem na terra, de domínio sobre esta. Para Fernandes (2001), a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território. Resta então entender, ao transpor o pensamento do autor para os “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado” em Canindé, à sua lógica de criação e ao seu processo de desenvolvimento e se este processo de territorialização, construção de territórios, realmente está acontecendo. Cada pessoa necessita, como um “recurso básico”, territorializar-se (HAESBAERT, 2004). Ou seja, a territorialização de que aqui se fala se realmente ocorre se expressa nas ações diversas dos assentados-sujeitos, nas relações sociais que perpassam seu modo de vida e cotidiano, neste sentido

dar-se-á início a essa discussão - entender se essas áreas têm se constituído enquanto território dessas famílias.



CAPÍTULO 04

RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA  
TERRITORIALIZAÇÃO NOS “ASSENTAMENTOS” DA “REFORMA AGRÁRIA DE  
MERCADO” EM CANINDÉ-CE

#### 4 RELAÇÕES DE PODER E IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIZAÇÃO NOS “ASSENTAMENTOS” DA “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” NO SERTÃO DE CANINDÉ-CE

A política “reforma agrária de mercado” enquanto instrumento de intervenção fundiária adotado no Brasil, vem contribuindo para a geração de vários problemas na vida das famílias atingidas.

As entrevistas realizadas mostraram que, embora atualmente elas possuam uma casa para morar e sua liberdade, posto que não estejam mais sob a tutela e os mandos do antigo patrão, dificuldades concernentes a condições de produção, educação, acesso a água, assistência técnica conformam a realidade por estas vivenciada.

No desenrolar da história do meio rural brasileiro, destacaram-se as manifestações do poder e o controle sobre o território, a partir das relações capitalistas de produção no campo em detrimento de famílias rurais sem terra. Em consonância com essa realidade, e tendo em vista os aspectos apresentados, entende-se os “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” em Canindé como resultantes dos ditames impostos pelas estratégias políticas e organizacionais, que pautam pela territorialização do capital em contraposição a territorialização dessas famílias.

No âmbito dessa questão, este capítulo analisará o processo de territorialização, tomando como referência as relações de poder e as relações simbólico-afetivas, a partir da identidade, entre os atores e grupos sociais que conformam o cotidiano desses “assentamentos”. Sendo assim, serão evidenciadas “as relações de domínio e apropriação do espaço, [...] que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 339).

Este capítulo encontra-se dividido em dois sub-capítulos. O primeiro discutirá as relações de poder, espacialmente delimitadas no interior dessas áreas, colocando essa situação, na condição historicamente vivenciada por essas

famílias, enquanto na segunda parte, analisar-se-á a construção e existência da identidade, enquanto instrumento que permite a visibilidade do conjunto de práticas e representações do espaço vivido nesses “assentamentos”.

#### 4.1 Relações de Poder no cotidiano<sup>10</sup> dos “assentamentos”

A construção do espaço geográfico deve ser analisada e compreendida a partir das relações entre atores sociais com o meio e a partir de manifestações de poder e controle sobre o território.

A opção em discutir a territorialização nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce decorre da própria lógica de criação dessa política, uma vez que a constituição do território capitalista presente no meio rural brasileiro se dá a partir da apropriação da terra, de forma desigual, e da sua contenção como reserva de valor e patrimônio pelos proprietários rurais. Neste processo, a terra, que na concepção do trabalhador rural é terra de trabalho, representa sua vida, é Mãe-terra<sup>11</sup>, para outros, ou seja, para o capital, esta denota um outro sentido, o de terra de negócio<sup>12</sup>, ela representa apenas mais um instrumento de acúmulo de renda e de expansão do capital. “O poder do mercado a torna mercadoria, tirando seu significado de Mãe-terra, de Terra-território, a transformando em valor de troca, em terra de negócio e exploração” (SILVA, C. N. M., 2003). Como segmento a parte dessa realidade, os trabalhadores rurais, para ter acesso a um pedaço de chão, são obrigados a se submeterem aos liames do capital, com o fim de conquistar uma fração do território capitalista. Esta oportunidade, na maioria das vezes, aparece como a única alternativa de retorno a seu espaço de origem, ao trabalho na terra e à possibilidade de territorialização.

Como já visto, os “assentamentos” integrantes da “reforma agrária de mercado” são constituintes de um momento histórico em que os espaços e territórios são geridos a partir de interesses econômicos e da especulação do

---

<sup>10</sup> Visto aqui enquanto o dia-a-dia vivido pelos “assentados” onde as relações sociais dão forma ao espaço geográfico onde estão inseridos.

<sup>11</sup> Expressão utilizada pelo cientista britânico Arnold Tainbee.

<sup>12</sup> Expressão utilizada por Silva (2003).

capital. A formação desses “assentamentos” é composta por relações sociais diferentes das relações sociais exercidas nos assentamentos reivindicados pelo MST. A própria concepção de ocupação da terra é diferente, pois não existe. O que existe é o financiamento para a compra da terra por trabalhadores rurais que ao terem o dinheiro liberado, entram na terra no intuito de virem a se apropriar definitivamente daquele espaço – é a busca dos desenraizados pelo seu lugar, pela reconquista de seu território e pela reconstrução de suas territorialidades.

Fernandes (1999) ao tratar da espacialização e territorialização do MST no Brasil atribui a esse movimento, através da sua práxis e atuação crítica, a luta pela transformação desse território capitalista em um território liberto para todos que nele vivem. Assim, o MST dá início à formação de um novo território, a territorialização, a partir de um território preexistente e historicamente comandado pelo poder do Estado em parceria com a classe latifundiária capitalista. Contudo, a territorialização de um grupo social em determinado espaço, na maioria das vezes, representa a desterritorialização do grupo social que anteriormente dominava aquele espaço. Daí a importância da implantação de assentamentos rurais como possibilidade da desterritorialização da classe latifundiária no meio rural.

Desta forma, os assentamentos surgem enquanto elementos de reconstrução do território. Para tanto, procurou-se compreender a territorialização nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” a partir das relações sociais espacialmente delimitadas, tomando inicialmente para análise, as relações de poder exercidas internamente nessas áreas. Pois, como indica Souza (1995, p.78), em sua concepção de território, o território é “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”, apresentando-se nas mais diversas escalas e podendo mesmo ser de existência temporária ou se superpor a outros territórios. O território está, portanto, intimamente ligado às disputas de poder entre os diferentes grupos sociais pela apropriação de um espaço específico e seus recursos naturais. Já para Haesbaert (2004) a construção dos territórios é a “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (p.79).

Desta maneira, considera-se que as relações sociais praticadas pelos trabalhadores rurais nos “assentamentos” em estudo, também perpassam por relações de poder que podem vir a indicar a existência ou não da territorialização nessas áreas, pois, com base na perspectiva de Raffestin (1993, p. 143-144),

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Para o autor citado, nessas relações estão inclusas todo o complexo conjunto de padrões de comportamento que são transmitidos coletivamente e que caracterizam uma dada sociedade.

A fim de apreender-se melhor do que trata o poder em si, recorreu-se a conceitos teóricos formulados Foucault (1990).

Esse autor dá uma importante contribuição ao entendimento do significado de poder. Em Foucault, a noção de poder é a de poder exercido ciclicamente, isto é, o poder não se exerce de forma linear e nem tampouco apenas de cima para baixo ou de baixo para cima: não é unidirecional. O poder, na visão do autor, é exercido num constante e recíproco vai-vem, num bate-rebate, sendo inerente a qualquer tipo de relação social. O Poder não pode ser reduzido a um único ser ou lugar, não tem lugares fixos, fechados ou determinados. O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma maquinaria mas que não possui uma localização específica, está disseminado por todo o corpo social, está presente em diferentes pontos da sociedade, sendo exercido em níveis variados, integrados ou não ao Estado. Ele é móvel e adaptável a cada local e realidade particular. Na verdade, de acordo com Foucault, não existe poder, mas sim formas e modos de manifestações de poderes, em diferentes situações e graus de dominação de qualquer recorte espacial. Contudo, “o poder do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos” (BONNEMAISON, 1996, p.10).

Através das relações de poder verificadas em campo, por meio de entrevistas e pesquisa participante, pode-se perceber tal como já fazia referência Foucault, nos seus estudos sobre poder, que existem outras relações sociais que são particulares ao assentamento e que não dizem importância apenas a relação Estado X sociedade. Nos assentamentos existem outras formas de exercício de poder sobre indivíduos ou grupos.

No cotidiano dos “assentamentos”, a dinâmica é movida por um conjunto complexo de interesses, demarcando e delimitando relações de poder. Como reflexo desse processo é que outros agentes (outros assentados, lideranças, militantes, o próprio Estado etc.) surgem acabando por assumir a figura do antigo patrão e este fato pôde ser observado em todas as áreas analisadas. Desta forma, concorda-se com Costa (2001, p. 144) no seu estudo sobre a relação saber e poder em assentamentos rurais do Ceará, ao inferir que,

A luta pela terra de trabalho não se reduz simplesmente a conquista da propriedade, mas de fazer dela um espaço de libertação, de emancipação do homem, que se dá na prática. O que só é possível primordialmente pela compreensão do sujeito de sua realidade.

Desta forma, ao se estabelecer as relações de poder, como um dos indicadores para detectar a existência ou não de territorializações nos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra em Canindé, tomou-se como norte dessa discussão a seguinte indagação anteriormente apresentada por Souza, (1995): quem domina ou influencia quem nesse espaço?

Para dar início ao processo de entendimento a cerca das relações de poder exercidas no interior desses “assentamentos”, torna-se necessário, inicialmente, recorrer-se novamente ao processo de entrada dessas famílias nos mencionados “assentamentos”. Como dito anteriormente, nesses “assentamentos” o processo de entrada na terra, acontece de forma diferente dos assentamentos via desapropriação. Essas famílias não passam pelo processo de socialização política, ou seja, eles não vivenciam suas etapas que sejam: espaço de comunicação, de interação e de luta e resistência, logo esses sujeitos não podem vir a ter compreensão de sua realidade.

Neste contexto, em quase todos os assentamentos via desapropriação, a ocupação caracteriza-se como uma das principais formas de dimensionamento das ações do MST, posto que nesse momento ele concentra toda a atenção da sociedade. Por outro lado, as ocupações possuem ainda uma definição que diz respeito à intervenção das famílias nas relações de poder que o permeiam, arquitetando um espaço de luta e resistência pelo direito de acesso à terra. Da tentativa das ocupações resultam os acampamentos que inauguram o processo de territorialização da luta contra as grandes propriedades rurais. Com base em Fernandes (2000b, p.76) os acampamentos configuram-se em “[...] espaços e tempos de transição na luta pela terra [...]”, pois além de espaços de politização e socialização, criam momentos conflituosos. Deste modo, as ocupações e os acampamentos são a principal forma de pressão sobre os órgãos governamentais, no que diz respeito à aceleração das desapropriações e criações dos assentamentos rurais.

O processo de socialização política é um elemento fundamental e uma prática adotada pelo MST no período que antecede a entrada na terra e que perpassa pelos primeiros anos de constituição do assentamento. Ele é composto pelo dimensionamento do espaço social, através do espaço comunicativo, interativo e de luta e resistência. Esses três espaços representam a construção e transformação do espaço desses sujeitos através do conhecimento entre os mesmos, da apreensão da realidade na qual estão inseridos como também da troca de experiências, da construção de uma identidade e posteriormente, da efetiva conquista de uma fração do território, o assentamento. Na trajetória dos assentados, passando pela ocupação, formam-se as redes de relações sociais, econômicas e políticas, o que lhes permite criar vínculos com a comunidade. O processo de socialização política, permite que as famílias numa rede de relações sociais, econômicas e políticas, garantam o exercício de sua cidadania. Fernandes (1999, p. 234) em referência a uma das etapas do processo de socialização política assinala,

É importante afirmar (no processo de luta pela terra), contudo que sem espaço interativo não há troca de experiências e, por conseguinte, os sujeitos não têm a possibilidade de elaborar seus conhecimentos. Quando isso acontece, as relações, o diálogo, a troca de experiências são enfraquecidas e surgem lideranças autoritárias que procuram dominar a massa.

O pensamento exposto de Fernandes faz perceber que a falta de vivência do processo de socialização política ou de qualquer uma de suas etapas, contribui para que surjam relações de dominação no interior dos assentamentos. Isso é perceptível quando os “assentados”, marcados por experiências passadas de profunda dominação e, quando ao surgirem às primeiras dificuldades em viver de forma democrática, tendem a encarar uma liderança local, o IDACE ou técnico como seu patrão, passando estes a exercer um “certo” poder sobre o restante do grupo.

No caso em análise, tal fato pode ser observado através de várias relações sociais. Uma delas é a forma como as famílias entrevistadas se referem às pessoas que ficaram a frente da negociação para a compra da terra. No “assentamento” Cacimba Nova as famílias se referiam ao Luizão, primeiro presidente da associação e que negociou a compra da terra, como o que “Ficou a frente de nós, sendo dono e gerente. Gerenciando nós. Sendo o nosso gerente né? Administrador né. Botando nós pra trabalhar né. (Sr. César, Cacimba Nova) e ainda,

Ele nunca trabalhava um dia de coletivo mas nós. Só vivia daqui pra Canindé e de Canindé pra cá e quando alguma coisa num saía do jeito que ele queria só faltava bater na gente. Tinha gente aqui que morria de medo dele. Se tremia todim (Sr. Luiz, Cacimba Nova, entrevista, 2007)

Na realidade, após a saída do Luizão do “assentamento”, as famílias permaneceram sob a guarda do atual presidente, demonstrando uma situação de dependência, é como se elas não fossem capazes de agir sozinhas em prol de futuras mudanças para o “assentamento”. As famílias acabam minando a possibilidade de desenvolvimento de relações democráticas devido às relações sociais de dependência a qual sempre estiveram submetidos.

As relações de poder e dominação vistas através da figura do presidente da associação também são encontradas na pessoa do Senhor Raimundo Firmino, presidente até 2003 da associação do assentamento estadual Oiticica II<sup>13</sup>,

---

<sup>13</sup> O “assentamento” Oiticica é constituído por famílias já assentadas no projeto estadual Oiticica II.

Ele toda a vida foi patrão de nós tudo aqui. Foi presidente da associação do nosso assentamento (estadual) desde a época que foi criado, em noventa e três. Ele ficou dez ano na frente da associação, segurando tudo. Nós nunca sabia de nada e ele nunca dizia e quando nós perguntava alguma coisa ele ficava brabo. Entrou muito dinheiro aqui e até hoje nós num sabe de nada. Ele nunca prestou conta com nós. E hoje, mesmo depois de ele ter saído da presidência ele ainda manda. O que ele diz todo muito aceita. Ele fica lá na casona dele só observando o movimento (Sr. Bilan, Oiticica, entrevista, 2007)

Mesmo depois do término do seu mandato na associação, o Sr. Raimundo Firmino, ainda expressa o seu domínio e influência sobre as demais famílias do projeto estadual. Contudo, no novo “assentamento”, ele está à frente de toda e qualquer ação que o “assentamento” venha a tomar. As demais famílias permanecem presas às relações sociais e políticas que não os permitem perceber a sua atual condição que é a de “dominados.” Sem a compreensão de sua realidade dificilmente o espaço do “assentamento” será um espaço de libertação e emancipação.

No caso do “assentamento” Juá as relações de poder local perpassam pelo domínio de duas famílias sobre a área. Foram duas famílias onde os filhos foram se casando entre si. Sobre este assunto Barquete (2003) já tratava em sua tese sobre as relações de parentesco nas áreas de assentamentos rurais federais no sertão de Canindé,

De fato, os laços de parentesco são freqüentes, e não são raros os casos em que um determinado assentamento tem suas vagas quase que inteiramente preenchidas por uma parentela. Sob tais condições, muitas vezes, esses grupos familiares assumem e se revezam no controle da organização social e produtiva do assentamento, restringindo o espaço de representatividade do conjunto dos assentados (p. 136).

No “assentamento” Juá apenas duas famílias não possuem parentesco com as demais famílias, neste sentido as mesmas sentem-se perseguidas pelas demais. O depoimento do Sr. Raimundo Marreiro retrata bem essa situação,

O primeiro presidente daqui botamo, num serviu. Botamo o segundo que era irmão, também num serviu e agora a irmã. Aqui é uma panelada só. Livre da panela só tem eu e o rapaz que mora ali na última casa. Nós tem sofrido porque nós é perseguido por eles (“assentamento” Juá, entrevista, 2007)

Já no “assentamento” Santa Clara as relações de poder perpassam pela relação “assentamento”/técnico. Esta conjuntura também foi relatada por Costa (2001, 144),

[...] ao chegar no “assentamento” o trabalhador depara-se com o exercício de outro tipo de poder, o que vem da academia, oriundo do saber científico. Os técnicos que trabalham nos “assentamento”s possui um saber acumulado pelos anos de estudo nas universidades ou escolas agrícolas. Poderá ele então, por valorizar a racionalidade científica, não levar em consideração no exercício de suas práticas, o saber que o assentado tem, que é diferente do seu. Se desejar, procurará impor seu saber, utilizando-se do conhecimento que detém, pois é ele que elabora projetos; instituído do poder do Estado, concede e libera recursos; conhece novas tecnologias para aumento da produção e da produtividade; sabe relacionar-se com as instituições, inclusive financeiras, é o “doutor”.

Para algumas famílias o técnico é o “doutor” que na opinião delas sabe o que é o certo para eles, em contrapartida, as demais famílias não concordam com determinadas instruções do mesmo o que têm contribuído para a existência de conflitos internos. Para o atual presidente da associação “tem gente daqui que desgosta os técnico. Nós temo que fazer tudo que eles manda. Eles que sabe o que é melhor pra nós”.

Contudo, muitas vezes a realidade costumeiramente vivenciada pelo técnico é bastante distante da realidade vivenciada por essas famílias, de sua história de vida e de seus interesses. No dia a dia de alguns profissionais é comum chegarem ao “assentamento” com uma série de atividade prontas para serem postas em prática, esquecendo que primeiramente precisam conhecer a realidade para depois agir sobre ela. Em decorrência muitos dos resultados de seu trabalho acabam sendo negativos, provocando tensões entre os membros dos “assentamentos” e as entidades governamentais que são responsáveis por sua execução, entre outras conseqüências indesejáveis.

A entrevista cedida pelo Sr. Antônio, presidente da associação do “assentamento” Santa Clara, reafirma o fato de que organização social e a visão, da maioria dessas famílias, são baseadas na hierarquia e na admissão de papéis sociais, deveres e direitos diferentes entre as pessoas. Geralmente o primeiro momento vivenciado nessas áreas é caracterizado por um estado extraordinário

de ultrapolitização, onde tudo é ou tenta ser “cooperativo”, “comunitário e” “coletivo”. Porém, essa situação passageira deixa de lado, mas apenas momentaneamente, os princípios de hierarquia e de diferenças da população.

No caso do “assentamento” Campos do Jordão a princípio não foi possível detectar nenhum tipo de relação de poder interiormente delimitada. Portanto, as famílias apresentam uma baixa estima, uma falta de perspectiva enorme com relação ao “assentamento”. Sentem-se sozinhos, abandonados e enganados. Não obstante, no decorrer das visitas foi possível detectar a presença de um filho de assentado que, ao concluir o curso de Zootecnia pela Universidade Federal do Ceará, voltou para o “assentamento”.

No momento, o atual presidente assumiu a associação por não ter mais ninguém disponível. A associação não se reúne há meses, como também não tem feito nada para mudar a situação da área. Neste sentido, desde que o filho de “assentado” voltou para o “assentamento” tem assumido todo o controle da área, desde as formas de trabalho até a decisão sobre quem deveria ou não conversar conosco, uma vez que o mesmo chegou a proibir dois “assentados” de cederem entrevistas. Ao chegar ao “assentamento”, parte das famílias indicou logo ele para conversar, com a alegação de que “ele é quem sabe de tudo aqui, nós não sabemos de nada, quem sabe é ele”.

A atitude do rapaz formado em Zootecnia, caminha em desencontro com o pensamento de Costa quando a mesma afirma que,

É necessário para que nosso poder não exerça uma relação de imposição sobre o saber do assentado, que saibamos dar-lhe o poder da fala. Exercer um poder que permita ao outro expressar seu conhecimento, que também possui uma lógica e uma racionalidade. Racionalidade essa não tão apurada e metódica como a científica, mas que tem sua razão de ser (2001, p. 148)

Para a autora essa racionalidade científica na prática muitas vezes é refletida através de relações de poder não democraticamente construídas. No caso do “moço” o mesmo tem praticado no “assentamento” uma relação de poder/saber onde o poder exercido por este tem servido para dominar e

domesticar as famílias da área e não para a realização de experiências democráticas pelas famílias através de suas práticas sociais.

As relações de poder nos “assentamentos” estudados podem ser verificadas ainda na relação IDACE/”assentamento” quando os mesmos se referem à representante do órgão como “nossa patroa”. De forma geral, todas as famílias entrevistadas demonstraram direta ou indiretamente uma tendência a relacionar o “assentamento” a algum representante do IDACE.

Todas as situações detectadas permitem reuni-las ou associá-las à compreensão de Haesbaert (2004, p. 263) quando afirma que [...] eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território. (2004, p.263).

De acordo com o raciocínio do autor percebe-se que do ponto de vista das relações de poder espacialmente exercidas nesses “assentamentos” os mesmos vêm se constituindo territórios apenas para algumas pessoas: presidentes de associações, técnicos agrícolas, intelectuais, ou seja, são essas pessoas que vêm exercendo o domínio sobre essas áreas.

As declarações mostram um sentimento de insatisfação com o modo de vida atual. As dificuldades destacadas podem estar associadas a alguns aspectos do processo de apropriação do espaço, o que antes pertencia a uma pessoa agora passa a pertencer, mesmo que teoricamente, a muitas pessoas. Neste sentido é que sair da condição de morador não o faz escapar de outras relações de dominação. Os conflitos vivenciados anteriormente, quando estas famílias viviam uma relação totalmente patronal nas fazendas ressurgem novamente, só que agora num outro patamar. De acordo com Leite, ao reconstituir a trajetória do assentamento São José da Boa Morte, em Cachoeiras do Macuco, no Rio de Janeiro,

após a chegada à terra, delimitação de lotes e início da produção - que a literatura tem mostrado ser de inventividade, mas também de reposição de conflitos - novas questões se colocam: a necessidade, muitas vezes, de disputar os créditos de implantação e do Proceara, a imposição de formas associativas, a diferenciação política que ela produz (ou consolida) entre os assentados, a busca de mercados para os produtos, a manifestação de uma série de carências com relação às formas de escoar o que é produzido, a obtenção de insumos, as carências com relação à saúde, educação, transporte, etc. Esses temas trazem os assentados para novas redes de relações sociais, constituindo espaços de formulação de demandas, de reiteração de antigas mediações, de constituição de outras. Aprendem-se determinadas regras da representação/ delegação, que podem (ou não) reproduzir antigas relações (de clientela, por exemplo), constituem-se novos Parâmetros para a vida em conjunto, exploram-se caminhos de sobrevivência. É nesse processo que se delimita a "região do assentamento". (LEITE, 1998, p. 13).

Segundo o autor, iniciam-se assim, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que vão possibilitar à algumas famílias ou não, a criação de vínculos com as demais famílias e com aquele espaço, uma vez que, ao entrarem no "assentamento" alguns aspectos já estavam estabelecidos: as técnicas de produção que deveriam seguir pelos agentes estatais, como também o sistema de disposição das casas e a continuação do sistema coletivista através da associação.

As formas de organização das relações de produção e das relações sociais trouxeram agravantes em todos os "assentamentos" pesquisados. A organização, as formas associativas, as formas coletivizadoras, fundamentadas numa concepção de igualitarismo, apareceram de forma alheia às populações desses "assentamentos". A organização social e a visão de mundo, da maioria desses "assentados" são, historicamente, baseadas na hierarquia e na admissão de papéis sociais, deveres e direitos diferentes entre as pessoas. Desta forma, os aspectos iniciais, que propunham relações sociais democráticas, ressurgem de forma estranha e duvidosa.

A maior parte dos "assentados", na tentativa de romper com vícios clientelistas, paternalistas, ou seja, vícios culturais que tem impedido o aflorar de relações democráticas no espaço social pretendido, vem construindo sua trajetória sem conseguir se desvencilhar dessas questões culturais enraizadas na sociedade brasileira e que se refletem nos "assentamentos" e em toda a sua

organização – esse aspecto pela autora evidenciado revela uma das faces desse cotidiano complexo que permeia o interior dos “assentamentos” onde também estão inclusos as relações contraditórias não só do processo de apropriação do espaço (visto através das relações de poder) como também do nível de identidade e dos sentimentos de pertencimento ao novo local, pois conforme Claval (1999, p. 16) “[...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades”. A identidade é construída a partir de subjetividades individuais e coletivas, e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Assim, no próximo item iremos verticalizar-se-á a discussão, abordando a identidade, mais especificamente nesses “assentamentos” rurais.

#### 4.2 Identidade Social e Territorialização nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” em Canindé-Ce

No processo de entendimento do nível de territorialização nos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra as relações de poder possuem uma forte relação com a identidade. Partindo desse pressuposto, o território também reclama o entendimento da complexidade que perpassa a relação sociedade e espaço e de sua dimensão subjetiva. Para Bonnemaison (2002) o território conforma antes de tudo a relação afetiva e cultural de um homem com a terra. Sendo assim, deve-se lançar o olhar sobre os sentimentos que envolviam às famílias no período de entrada na terra, tentando identificar as nuances dos laços afetivos e de identidade presente nos grupos.

Carvalho (1999), estudando os assentamentos rurais no Brasil, identificou três tipos de identidade: a) a identidade social formada por uma rede de relações sociais consolidadas historicamente (são relações que se dão a partir do tipo de religião, dos laços de parentesco, de vizinhança, dentre outros); (b) a identidade social pela origem (pessoas que decorrem de uma mesma região ou município) e c) a identidade social pela política (pessoas que se auto identificam pela mesma posição política). Contudo, Chelotti (2003) versando sobre a instalação de

assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, afirma que, do ponto de vista, dos movimentos sociais, essas identidades não se aplicam a realidade dos assentamentos, posto que esse segmento entende os assentamentos rurais como um todo homogêneo, como um território sem conflitos.

Com o propósito de se identificar o tipo de identidade existente nos respectivos “assentamentos”, uma vez que “a identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo” (CRUZ, 2007, p. 9). Verificou-se inicialmente que a história dos “assentados” é marcada por dois momentos, um antes da entrada na terra, e outro depois. No primeiro momento e de forma geral, todas as famílias entrevistadas possuem origem ligada ao meio rural da região. As mesmas são compostas de antigos moradores da área ou oriundas de municípios vizinhos que viviam em condições difíceis de sobrevivência, trabalhando de meia ou pagando renda a proprietários de terra ou ainda, pessoas que migraram de longe.

No segundo momento, todos os “assentamentos” em questão tiveram origem, através da transação de compra e venda da terra, ou seja, as famílias organizadas em associações, interessadas na aquisição das propriedades formaram uma associação e entraram em negociações com o dono da propriedade e com o IDACE. Depois de um acordo entre as partes quanto ao preço e de um parecer favorável emitido por um técnico do IDACE tanto em relação a este valor firmado, quanto à viabilidade do projeto, as associações receberam um crédito para a aquisição da terra.

Nas entrevistas, muitos trabalhadores lembraram-se de como e onde viviam antes de entrarem no “assentamento”,

Antes de vir pro “assentamento” eu era morador do Sr. Ronaldo aqui bem pertinho, no Chinoaquê. Lá eu pagava renda, de quatro um, e dava dois dias de sujeição. Plantava milho, milho, feijão e algodão. Lá eu vivia bem. Eu tinha meu rebanho de criação. Tinha meu rebanho de porco. Eu morava na beira de um açude grande. Tinha o peixe na hora que eu quisesse pegar de tarrafa. Nós fazia vazante. Era uma fartura né. Lá nós tinha a batata, o jerimum, a melancia, o melão. Tinha tudo na beira do açude. Mas a gente num tinha conta. Minhas conta era assim em bodega, eu ia em Canindé, num mercantil e trazia as coisa pra casa e aí quando eu trabalhava pegava o dinhierinho pagava o homem e trazia mais coisa. (Sr. Luiz, Cacimba Nova, entrevista, 2007)

Na fala anterior é possível verificar que o mesmo se refere a seu passado com carinho e com saudade, deixando transparecer aspectos que demonstram arrependimento de ter entrado no “assentamento”. Entretanto, em outras falas percebe-se que o passado para algumas das famílias foi bastante difícil,

Eu nasci aqui mesmo. Não foi nesse terreno mas foi ali do outro lado da pista. Eu e minha família fomos morador a vida toda. Trabalhava na agricultura. No período no inverno em roçado. No verão em corte de palha de carnaúba. A gente morou aqui vizinho com um bucado de gente porque as vezes num dava certo aí a gente ia ficando onde tivesse mais facilidade. Era difícil porque quando a gente tava trabalhando no corte da palha era perigoso, um serviço arriscado, muita gente se acidentava. Nós trabalhava de sujeição pagando renda de três um e dava três dia pro patrão. Mas depois foi melhorando. A gente pagava renda só do algodão e do milho, o feijão ficou livre. Só que algodão da produção metade era nossa e metade dele. E as vezes o patrão dava vaca pra gente tirar o leite aí a gente tinha o direito de tirar a forragem pra das e vaca. Se ele num desse vaca pra gente tirar o leite a forragem era dele do mesmo jeito. Ninguém tinha direito de vender forragem não. (Sr. Chico Irineu, “assentamento” Juá, entrevista, 2007)

O exemplo do Sr. Chico Irineu, integrante do “assentamento” Juá mostra como os trabalhadores já sofreram nas mãos de fazendeiros, sendo parceiros e/ou rendeiros. É possível perceber ao longo da fala a persistência de dificuldades em permanecer no meio rural. Porém, a esperança de conseguir a liberdade através da aquisição de um pedaço de chão para produzir e viver livre do patrão, surge com a possibilidade de comprar uma propriedade através do Programa Cédula da Terra.

Na tentativa de aproximar os traços elementares que apontassem para a territorialização dessas famílias, muitos problemas foram detectados no sentido de uma identidade enquanto grupo, enquanto “assentado”, como vêm sendo desenvolvidas. Assim, Wasserman (2001) destaca que a identidade constitui-se como um termo polissêmico, está relacionada tanto ao indivíduo num âmbito pessoal, e também às relações entre o indivíduo e à coletividade, ou seja, as subjetividades individuais e coletivas são matéria-prima das identidades. Sendo assim, de maneira geral, as famílias ao entrarem numa área de reforma agrária, passam a compartilhar das mesmas experiências, estas concretizadas no modelo de organização coletiva pelas mesmas vivenciadas. Essa coletividade, no entanto, contribui para a afirmação de uma nova etapa na vida dessas famílias

que passam a construir uma nova identidade, sendo a mesma, social e coletiva. A fim de uma maior apreensão sobre identidade coletiva recorreu-se ao estudo de Carrano (2000, p. 12) referente às múltiplas identidades na juventude,

A identidade coletiva pode ser concebida como um processo de construção de um sistema de ação. Significa o reconhecimento de que esta se define por interações e partilhas, produzidas através de um número de indivíduos (ou grupos, em nível mais complexo), dizendo respeito às orientações de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual tais atividades acontecem. A identidade coletiva se refere, assim, a uma rede de relações ativas entre os atores que interagem, influenciam-se mutuamente e tomam decisões.

Martins, J. S. (2003), por conseguinte, destaca que a condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, que possibilite seu auto-reconhecimento na realidade em que está inserido. Como já foram anteriormente relatados detalhadamente, muitos foram os problemas surgidos e enfrentados desde a entrada destas famílias nas respectivas áreas quanto à estruturação do “assentamento” e à tentativa de construção de um novo território.

De forma geral, nos respectivos “assentamentos”, as relações sociais se dão a partir dos laços de parentesco e de compadrio como Oliveira, A. M. (2005, p. 177) também já havia detectado em alguns “assentamentos” do Projeto Cédula da Terra em Canindé e Acaraú ao traçar suas organizações territoriais,

Em todos os assentamentos há parentes e compadres, que além de descendentes, são camponeses sem terra que possuem laços familiares fortalecidos com casamentos, apadrinhamentos, heranças e vizinhanças. Nesses casos, considero que a linguagem de parentesco teve um papel organizador na seleção das famílias. Longe de ser uma relação harmoniosa, a linguagem de parentesco pode se tratar de uma relação conflituosa, cheia de percalços. A sociabilidade, o compadrio, as relações de vizinhanças presentes na unidade territorial e social estão atravessadas por uma série de sentimentos que se contrapõem no movimento cotidiano dos assentados.

A importância deste trecho do trabalho da autora, reside no fato de que essas relações conflituosas também se refletem em outros aspectos que fazem parte do cotidiano dos “assentamentos” como na exploração agrícola, na organização social etc..

Percebe-se uma homogeneização concernente à identidade das famílias enquanto trabalhadores rurais, que dependem única e exclusivamente da terra como forma de sobrevivência. Esses grupos sociais são identificados pelo sentimento de origem, onde a identidade social dá-se pela rede de relações sociais consolidadas historicamente, há tendência de reproduzirem uma vida social similar aquela que vivenciaram nos contextos sociais anteriores ao “assentamento”.

Para Chelotti (2005) A identidade exerce um papel importante na articulação interna de um “assentamento”, porque vai dar o sentido de pertencimento a um coletivo, a um determinado grupo social. Ela tem um vínculo muito forte com a questão espacial, pois os indivíduos se reconhecem a partir da sua territorialização num determinado lugar.

Com base em Haesbaert (2004), no processo de territorialização são, necessariamente, construídas identidades. Porém, nem toda identidade constrói territórios, ou seja, se reterritorializa. Assim, a identidade territorial pode ser associada à referência identitária (local onde é construída a identidade social e cultural) e a consciência socioespacial de pertencimento (o sentimento de pertencimento de um grupo a um lugar).

Neste sentido, nos “assentamentos” estudados, no que se refere ao nível de identidade dos grupos, percebeu-se que os indivíduos mesmo possuindo objetivos em comum, em muitos casos não conseguem construir afinidades no âmbito das relações sociais, idéia de comunidade, ou senso de pertencimento a um grupo maior. Os conflitos internos aparecem através da dificuldade no processo de construção da identidade social e individual do “assentado” e conseqüentemente como obstáculos para a concretização de suas expectativas. Esses conflitos podem ser resultantes de necessidade imediatas e ou de objetivos diferenciados por parte das famílias. Suas formas e significados podem ser diferentes, mas eles sempre existem. Porém, é mister que exista uma interação dos grupos e que estes desenvolvam uma sinergia de territorialidades coletivas a fim de que esses conflitos não venham, futuramente, a forjar uma identidade territorial.

A identidade coletiva das famílias torna-se mais comprometida ainda devido a obstáculos de caráter geográfico em alguns dos “assentamentos” estudados. No “assentamento” Oiticica, como já foi bastante salientado, as famílias que compraram a propriedade já eram “assentadas” no Projeto Estadual Oiticica II, neste sentido somente duas famílias passaram a residir na área (Figura 15). Portanto, as mesmas permanecem de forma isolada, uma vez que as demais famílias permaneceram morando no assentamento estadual e só utilizam a terra comprada para a produção agrícola e criação de animais.

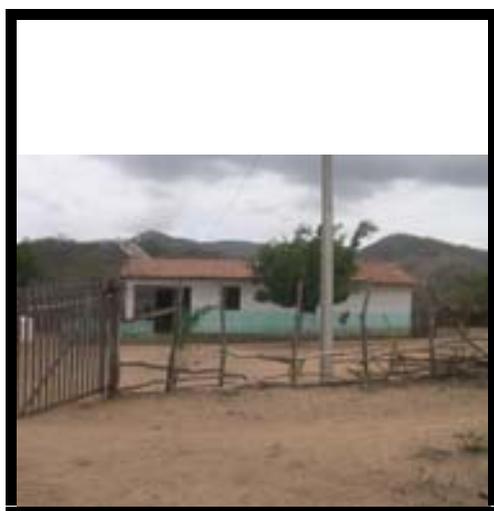


Figura 15: As duas únicas casas existentes no “assentamento” Oiticica.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

No “assentamento” Cacimba Nova a identidade coletiva também é ameaçada pelo distanciamento entre as famílias, provocado pela distribuição espacial das casas. Apenas sete casas estão localizadas na entrada do

“assentamento”, as outras estão localizadas do outro lado, atrás de um serrote, sendo que para ter acesso as mesmas é preciso dar a volta, entrando pela propriedade de terceiros. Os mesmos se encontram apenas um dia na semana para o trabalho coletivo e num único domingo do mês na reunião da associação.

A relação entre as famílias foi abalada desde o início do “assentamento”, quando o Luizão ainda era presidente da associação. Segundo relatos o mesmo provocou a desunião das famílias que residem no início com as que residem atrás do serrote (Figura 16). Para estas, as famílias que residem no início do “assentamento” tem melhores condições do que as demais: ficam mais perto da propriedade vizinha, que fornece a água para o “assentamento” como também da rodovia q s.



Figura 16: Casa que fica do atrás do serrote – “assentamento” Cacimba Nova.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Já para as famílias que estão no início do “assentamento” as demais compactuaram com as atitudes erradas tomadas pelo Luizão, e assim o grupo reflete todos esses conflitos que dificultam a homogeneidade interna das famílias. Essas dificuldades e limites vêm comprometendo bastante a situação sócio-política do “assentamento”, posto que a situação local é bastante problemática e

que a desunião entre as famílias só comprometerá mais ainda o futuro das mesmas.

Assim, a materialização das relações sociais se torna bastante difícil em face da não existência de espaços próprios e destinados à socialização das famílias que acabam por se dá a partir da visita aos vizinhos, na hora do futebol, nos dias de reunião da associação. Assim a expressão mais visível da unidade grupal se dá mesmo no trabalho da roça, principalmente no dia do trabalho coletivo.

Em todos os “assentamentos”, as atividades de cultura e lazer giram em torno das práticas desportivas e religiosas, como também de atividades festivas com destaque para o forró.

Coutinho (2003) verificou situação semelhante num estudo realizado no Assentamento Grossos em Canindé, ao assinalar que as manifestações culturais se dão apenas no período da Campanha da Fraternidade, Via Sacra, novena do mês de maio, leitura da bíblia no mês de setembro, comemoração do Natal e nas celebrações aos domingos.

Quanto ao aspecto religioso, em todos os “assentamentos” existe a prática de dois tipos de religiões: a católica e a evangélica. Entretanto, a religião católica detém o maior número de adeptos entre as famílias.

Nessas áreas não existem grupos de idosos ou de mulheres que conservem danças e músicas típicas como reisados, bonecos etc. Apenas o “assentamento” Juá, conta com o Sr. Dicássio (figura 17), que toca instrumento musical e guarda o mesmo como um tesouro. O mesmo afirma que já tentou ensinar o ofício para filhos e netos, mas a tentativa foi frustrada. O Sr. Dicássio possui sua história ligada a organização das CEBs na região e representa no “assentamento” a figura da pessoa mais experiente no que se refere a luta pela terra. Porém, apesar dessa atuação no passado, acabou por entrar num “assentamento” de compra e venda.



Figura 17: Sr. Dicássio – “assentamento” Juá.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Considera-se, então, todos esses aspectos culturais, como totalmente inerentes ao modo de vida dessas famílias uma vez que todos são necessariamente oriundos do meio rural e, no caso de algumas famílias, que já viviam na propriedade antes da criação do “assentamento” na condição de moradores do antigo proprietário. Os costumes dessas pessoas são tradicionais da região a qual pertencem, e assim, elas acabam reproduzindo as relações sociais específicas de suas origens. Desta forma, torna-se impossível, em alguns dos “assentamentos” estudados (Santa Clara, Juá e Oiticica) não se conceber a existência de uma identidade territorial a partir das relações estreitas desses sujeitos com o local no qual atualmente estão inseridos. Contudo, detectou-se, o que já foi anteriormente assinalado por Diniz (2002, p. 57) para quem “a representação de uma identidade coletiva não significa a homogeneidade interna do grupo que compartilha de uma identidade comum”. Diferenças internas podem existir como, por exemplo, a disputa pela presidência da associação, a diferenciação no nível de renda, ao acesso a determinados recursos etc.

Outros aspectos comuns à identidade dos “assentados”, refere-se ao tipo de força de trabalho utilizado no sistema de produção, predominantemente familiar, e às atividades agrícolas exploradas. Todavia, a substituição do sistema

de produção totalmente individual pelo sistema de produção coletiva, exige uma mudança de valores, concepções e relações, para os quais os “assentados”, muitas vezes ainda não estão preparados. Neste sentido, detectou-se uma grande dificuldade de identificação das famílias com o trabalho coletivo. Em muitas das entrevistas surgiram falas que afirmavam que seria muito melhor se fosse tudo individual. Se cada um cuidasse da sua vida, do seu trabalho, dos animais.

Assim, considerando à atividade agrícola, nos “assentamentos” pesquisados a exploração da terra se dá de forma mista. Oliveira, A. M. (2005) ao tratar sobre as diferentes formas de uso da terra em “assentamentos” da reforma agrária de mercado no Ceará afirma,

No período de cultivo das lavouras do individual (familiar) cada família se organiza para escolher o local mais apropriado para seu roçado. No caso dos “assentamento”s onde ocorrem a criação de animais soltos, existem as cercas que protegem as diversas lavouras do individual (familiar), dispostas de forma contígua dentro de um grande cercado. Essas lavouras cultivadas são chamadas de roçados do individual ou lavouras do individual. E são justificadas pela possibilidade de o camponês colher o alimento quando quiser, e pela apropriação “privada” dos produtos do trabalho individual (familiar). No coletivo, as famílias se organizam em grupos para escolher o melhor local para as lavouras e/ou para construir os apriscos. Esses cultivos e criações são chamados de roçados do coletivo e/ou criações do coletivo ou, ainda apenas área do coletivo. Essa área se justificada pela necessidade de manter os “projetos produtivos” dentro do “assentamento”, manter a terra produzindo. A distribuição das riquezas produzidas por essas atividades, mantidas via trabalho coletivo, são divididas pelo tempo de trabalho de cada membro envolvido, apropriadas coletivamente pelos camponeses assentados (p. 296).

A análise de Oliveira, A. M. se aplica à realidade dos “assentamentos” em questão onde nessas áreas o sistema de produção vigente é feito de forma coletiva e individual com integração organizada entre a agricultura e uns poucos animais. As lavouras temporárias são destinadas a produção de grãos e sementes, importante para o consumo humano. Sobre as condições da produção agrícola nesses “assentamentos” o depoimento a seguir revela que,

Quem mora assim em interior como nós é muito complicado. Ninguém ganha nada. É capaz de passar um bucado de mês e você num ver a cor de dinheiro nenhum. Quem trabalha na agricultura depende de ano bom que mesmo sendo bom só da pra botar o de comer dentro de casa e

quando o ano é ruim aí nós se lasca. Era pra nós trabalhar em várias atividades: uma parte na roça, outra em horta, outra ali e outra acolá. Porque quando uma dessa parte faltasse tinha uma pra segurar. Quando você num tem isso, você faz um bucado de legume no inverno mas quando chega o verão você tem que vender milho, você tem que vender feijão porque de primeiro tinha o algodão, que o algodão era que agüentava todos os desaforo. Você fazia milho, fazia feijão, isso aí era só pro costume da casa e dos animais. Com o algodão entrava o primeiro d janeiro você ia no patrão e comprava coisa até o fim do ano quando você pegava o algodão e pagava toda as sua conta e depois ainda comprava umas duas criação. O algodão acabou e nem o milho nem o feijão paga conta de ninguém. Só dá mesmo pra você comer e olhe lá. Quando sobra, que é muito difícil é o jeito agente vender um tiquim pra comprar uma roupinha ou um remédio pra um menino. Quem entrou num “assentamento” já com uma coisinha, já é melhor. Mas nós não, não deu pra juntar nada não e nem ta dando. Aqui no “assentamento” não tem uma produção que gere renda. Apesar do nosso solo ser bom e da gente ter água. Mas é como eu digo quando Deus dá um inverno bom nós tudo trabalha, mas quando chega o verão nós tudim para. Era pra nós correr pros baixio, com motor bom pra puxar água e a gente continuar plantando não só o milho e feijão, mas cenoura, beterraba, chuchu. Quer dizer nós passava o verão ganhando dinheiro e não acabava com tudo que tinha dado no inverno. Teve um senhor aqui que trazendo água num balde lá do cacimbão pra horta chegou a tirar repolho de cinco quilo, sem botar veneno nem nada. o que eu digo é que se tivesse planejamento nós tava bem, mas do jeito que ta, o governo pode é botar dinheiro aqui dentro que nunca melhora (Sr. Chico Irineu, “assentamento” Juá, entrevista, 2007)

A fala do Sr. Chico Irineu demonstra a vontade do mesmo em investir numa outra produção como alternativa ao cultivo do milho, feijão e mandioca - plantação de hortas, a produção de mel, dentre outros. No caso do “assentamento” Juá, é o único entre os analisados, que está tentando desenvolver a apicultura, apesar dos mesmos já terem tentado anteriormente e não ter dado certo. Através de sua fala também percebe-se que os problemas existentes na agricultura local tem relação direta com a falta de uma maior organização por parte das famílias.

Assim, a produção atual se resume à agricultura, onde em 100% dos “assentamentos” estudados apresenta-se pouco diversificada (figura 18). Com relação às condições de comercialização da produção tem-se destaque a não preocupação dos produtores, em primeiro plano, com este aspecto. Portanto, essas lavouras são de fundamental importância para as famílias assentadas, pois a produção garante a sua subsistência. É notório um processo natural, onde primeiro produzir, alimentar a família, para depois decidir o que, como e onde vender.

Essa realidade verificada se contrapõe a realidade estudada por Buth (2006) nos assentamentos rurais de Santa Catarina, quando afirma que,

Com base na diversificação da produção e introdução de novas atividades, associativismo e formação de cooperativas, os assentados afetam a dinâmica do comércio local, a movimentação bancária, a arrecadação municipal, entre outros. Tornam-se, deste modo, sujeitos importantes política e economicamente no plano local, uma vez que acabam alterando toda a dinâmica municipal (p. 27).

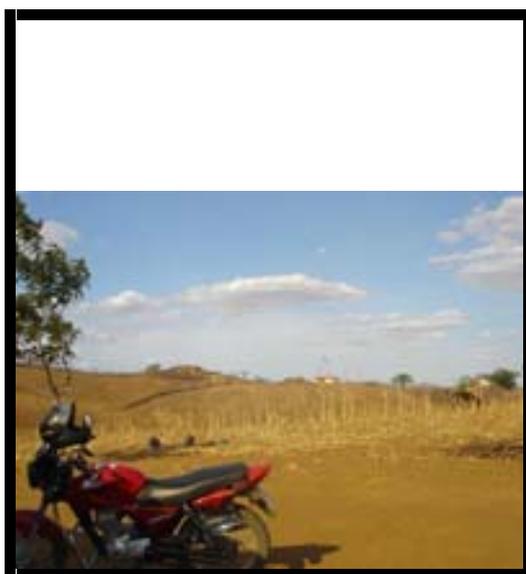


Figura 18: Cultura temporária no quintal da casa de uma família assentada – “assentamento” Santa Clara,  
Foto: Vasconcelos, novembro de 2006

Atribui-se a falta de uma maior diversidade da produção agrícola além da falta de uma maior organização das famílias, a falta de solos com qualidades propícias a prática agrícola, e ainda, a falta de orientação com relação a técnicas de conservação dos recursos naturais contra o desmatamento e as queimadas ainda bastante freqüentes nessas áreas (figura 19). Sendo necessária uma maior atenção do poder público para com o sertanejo, a fim de que este possa viver de forma d



Figura 19: Flagrante de queimada no “assentamento” Juá.  
Foto: Vasconcelos, novembro de 2006

O tipo de agricultura desenvolvida, tem relação direta com os tipos de solos, relevo e vegetação (Figura 20) do “assentamento” que são característicos do Nordeste brasileiro. Os “assentados” desenvolvem as tradicionais práticas de derruba, broca, encoivramento e queima.



Figura 20: Solo “assentamento” Cacimba Nova,  
Foto: Vasconcelos, novembro de 2006

O plantio não obedece a nenhuma prática conservacionista, não levam em consideração o relevo do terreno e não fazem nenhum uso de adubos, como também não utilizam o esterco dos animais em nenhuma cultura. Ademais, outro aspecto comprometedor da produção agrícola nesses assentamentos é a falta de um direcionamento adequado pro lixo produzido (figura 21). Essa prática pode vir a contribuir para a diminuição da produtividade agrícola, devido a empobrecimento dos recursos naturais – que por natureza já se apresentam bastante comprometidos.



Figura 21: Lixo exposto (Juá) e preparação de área para plantio (queimada)–  
“assentamento” Oiticica,  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Os equipamentos utilizados também se apresentam de forma rudimentar e com o uso de cultivadores, enxadas, foices, machados. Esse fato pode ser atribuído, principalmente, a falta de condições financeiras favoráveis a aquisição de equipamentos tecnicamente mais modernos e as condições do solo.

Dentro do cenário agrícola dos “assentamentos”, destaca-se ainda o extrativismo vegetal (figura 22) desenvolvido no “assentamento” Santa Clara. De acordo com Sales (1993) nas várzeas, áreas típica das planícies ocupadas pelas

águas apenas em anos mais chuvosos, instalam-se originariamente os carnaubais. As famílias atribuem ao carnaubal existente na área, a oportunidade de geração de uma renda extra para as mesmas. Porém, O extrativismo vegetal da carnaúba na região, por não se utilizar de técnicas de manejo adequadas a uma exploração racional e sustentada, por vezes tem assumido um caráter predatório, notadamente no que se refere à sua exploração.

O relato do Sr. Antônio José, demonstra a importância da carnaúba para o aspecto econômico do “assentamento”, posto que a mesma vem permitindo que os assentados tenham anualmente acesso a algum tipo de renda através da comercialização do pó da palha da carnaúba. Entretanto, a sua fala também demonstra a preocupação do mesmo para com a extração indiscriminada. Assim, ao mesmo tempo em que as famílias reconhecem que o carnaubal não resistirá por muito tempo, elas também demonstram preocupação com a extração indiscriminada de



Figura 22: O carnaubal que se destaca na paisagem do “assentamento” Santa Clara.  
Foto: Vasconcelos, janeiro de 2007

Em relação às criações, predominam os animais destinados à subsistência familiar, destacando-se: suinocultura, ovinocaprinocultura e avicultura. Somente no “assentamento” Oiticica as famílias detêm maior número de bovinos (obtidos através de recursos advindos para o assentamento estadual), nas demais áreas nem todas as famílias possuem e quando sim, são poucas cabeças. Nos “assentamentos”, os animais são criados de forma individual e coletiva. Os assentados utilizam tecnologia do tipo rudimentar, pois as condições de solo e o poder aquisitivo não são favoráveis para utilizar um outro tipo de tecnologia.

Em suma, as práticas culturais, as relações sociais em torno do modo de vida rural levam a formação de um cotidiano voltado para o plantio do milho, da mandioca e da pequena criação.

De acordo com Medeiros, Sousa e Alentejano (1998) ao fazerem referência à identidade do MST em torno do ser “sem terra”, apesar de se verificar uma identidade do ponto de vista dos costumes sertanejos, hábitos, crenças, atividades praticadas. Não se conseguiu identificar uma identidade política através da inserção social, que os leva a se autodenominarem de “assentados”. Pode-se associar esse fato à situação de endividamento em que se encontram, pois como foi anteriormente enunciado, do total de “assentamentos” pesquisados, somente as famílias de dois “assentamentos” deram início ao pagamento da terra, estando as demais inadimplentes e com o nome sujo perante o comércio local. Culturalmente e por questões de valores, esse é um fato bastante grave para boa parte dessas famílias que colocam sua índole e honra acima de qualquer outro valor ético e moral.

Um fato interessante, é que quando foram indagadas a cerca de seu conhecimento com relação a assentamentos rurais (se conheciam, sabiam como funcionava etc.) as respostas foram unânimes: já tinham ouvido falar ou mesmo conheciam. Porém, no desenrolar das entrevistas descobriu-se que as mesmas a princípio não sabiam da diferença entre assentamentos federais e os “assentamentos” de compra e venda. Muitas delas ao entrarem nas áreas, achavam que estavam entrando em assentamentos federais. Neste sentido algumas falas demonstram a vontade de fazerem parte de um assentamento federal,

Essa terra era pra ser passada pro INCRA. Ia ser muito melhor pra nós. Nós ia ter mas condição, ia ter mais projeto, mais recurso. O INCRA cuida melhor do povo, dá mais assistência. A senhora pode apostar que se a terra daqui fosse do INCRA ia ter gente de lá todo mês pra orientar nós, ajudar nós na organização, na produção. Mas nós vamo lutar pra conseguir isso. (Sr. Dicássio, "assentamento" Juá, entrevista, 2007).

A gente vê os "assentamento" do INCRA por aqui por perto e é outra coisa. O povo ali (do "assentamento" Logradouro) vive mais feliz. Pelo meno eles tem o que comer todo dia. Tem casa que preste. Tem bicho, tem as coisa dentro de casa, moto. Nós aqui somos abandonado. (D. Maria, Cacimba Nova, entrevista, 2007)

As falas revelam sentimentos de perda, arrependimentos e de que as coisas poderiam ter sido diferentes para algumas famílias. A fala de D. Maria, demonstra a angústia e o desejo de possuir elementos básicos para o dia a dia de qualquer família como alimento e moradia de qualidade.

A população dos "assentamentos" está organizada em associações comunitárias (posto que este é um dos requisitos para a compra da terra). Quanto ao nível de formalização das associações, as mesmas são baseadas em estatutos e regimentos internos. No que diz respeito à composição administrativa das associações, estas tem suas diretorias eleitas por voto direto em assembléia geral, cujas eleições, geralmente, são realizadas de dois em dois anos. As reuniões da associação acontecem no primeiro ou no último domingo de cada mês, na



Figura 23: Local de reunião da associação do "assentamento" Juá.  
Foto: Vasconcelos, novembro de 2006

Porém, a direção das associações em atividade nos “assentamentos”, de maneira geral, age utilizando-a como instrumento político, visando obter benefícios pessoais esquecendo-se de seu propósito inicial, trabalhar em prol da comunidade local.

Com relação à participação dos jovens e mulheres, esta têm sido insignificante nas reuniões das associações como afirma D. Eloneuda do “assentamento” Santa Clara “Uma vez, na reunião, eu pedi a fala três vez e ninguém me deu. Depois disso eu nunca mais quis falar e também não vou mais pras reunião.” O único “assentamento” que possui a participação de mulheres de forma mais visível é no “assentamento” Juá, onde uma mulher foi eleita presidente da associação. Contudo, segundo informações de algumas famílias, sua eleição está associada à mesma ser pertencente a uma das famílias que desde o início do assentamento se revera na presidência da associação. Como não tinha mais nenhum dos homens interessados, ela foi eleita.

Toda a situação problemática vivenciada pelas famílias que residem nessas áreas, levou a questioná-las sobre o que elas acham com relação a terra, ou seja, se elas acham que a mesma pertence a elas ou não, na tentativa de se identificar o nível de pertencimento ao local. Em resposta a este questionamento as declarações são praticamente unânimes,

Eu acho que essa terra não é nossa não. Mesmo nós vindo pagando, nós ainda não terminamos né. Ainda falta mais dez anos pra frente e nós tem medo que aconteça alguma coisa e não dá mais certo pagar aí vamos ter que sair. Só não sei pra onde né. (Zé Raimundo, Oiticica, entrevista, 2007)

Como que isso aqui é nosso? Nós fomos jogados aqui dentro. Parece um bocado de bicho solto dentro de um cercado, sem água e sem comida. Nós nunca pagamos nem vamos pagar por que não dá. Não dá nem pra comer. Nós vamos dormir esperando quando amanhecer o dia vamos jogar nós acolá fora. Queriamos que aparecesse um canto melhor. Nós vamos ter que procurar outro canto pra viver. Aqui não dá não. Os patrões antigos da gente fazem mangar de nós. (José Maria, Cacimba Nova, entrevista, 2007).

Essa terra aqui se um dia for paga vai ser só de duas famílias. Da família do seu Dicássio. É eles que manda em tudo, que sabe de tudo. Nossa família mesmo não é não. Só gosto daqui porque eu sempre morei por aqui, antes de ser “assentamento”. Minha família mora perto, meus parentes (Diana, Juá, entrevista, 2007)

Isso aqui não pode ser nosso se nós não temamos que pagar e nós nunca conseguimos pagar. Agora que nós não pagamos mesmo, a conta já deve tá

enorme. Pra mim nós tamo passando só um tempo aqui. O IDACE num vai deixar a gente ficar aqui não. As família que saíram que tão certo. A gente tem procurar melhoria pra vida e ficar aqui é a mesma coisa de ta procurando é piora. (Elisabete, Campos do Jordão, entrevista, 2007)

Acho que a terra é nossa. Acho que vamo conseguir pagar. Nasci e me criei aqui. E num saio daqui por nada. Só morto. Gosto demais daqui. Já gostava quando era do patrão e agora é que gosto mesmo. (Antônio Paula, Santa Clara, entrevista, 2007).

Para parte significativa dessas famílias a terra é do IDACE, é como se eles estivessem sendo moradores do órgão e ele fosse seu atual patrão. De maneira geral, demonstram medo e insegurança com relação ao “assentamento”, principalmente as áreas que até o momento não conseguiram pagar nenhuma parcela de compra da terra. No caso do “assentamento” Juá, as duas famílias que detém o domínio do “assentamento” demonstram claramente o apego a terra, ao “assentamento”. Vêem a terra como uma conquista. No entanto, para as demais famílias que não possuem parentesco, a terra, mesmo que venha a ser paga, não será delas, pois elas não enxergam a possibilidade de vir a ter vez e voz no processo político e social (através da associação) que representa o futuro do “assentamento”.

Desta maneira, o sentimento de pertença apresenta-se de forma bastante comprometida. Os resultados também revelaram que no caso dos “assentamentos” Santa Clara, Juá e Oiticica, existe um sentimento de amor ao local e o desejo de que seus filhos casem-se com pessoas da comunidade ou da região e morem no “assentamento” ou nas regiões circunvizinhas – questão já justificado pelo fato das famílias já residirem anteriormente no local.

Entretanto, de maneira geral no decorrer das entrevistas e de nossa convivência com as famílias não existiu uma referência a terra enquanto delas, ou seja, ninguém utilizou a expressão “minha terra” ou “meu local”, dentre outros.

Por fim, as respostas dos entrevistados para o questionamento “Você aconselharia a alguém participar dos programas de compra e venda da terra? Por quê?” escolheu-se a seguinte fala para representar essa indagação por se considerar que ela seja reveladora da relação “reforma agrária de mercado” e territorialização de trabalhadores rurais: “não aconselharia não. Sabe por quê?

Porque eu não sou criminoso. Porque quem inventou esses “assentamento” só pode ser criminoso né. Botar gente como nós, de bem num lugar ruim desse que nem lagartixa sobrevive” (Sr. Pedro, Cacimba Nova, entrevista, 2007).

Contudo, o processo de territorialização das famílias de trabalhadores rurais integrantes da “reforma agrária de mercado” apresenta problemas específicos devido aos interesses divergentes dos vários segmentos envolvidos, como demonstraram os diálogos estabelecidos com os trabalhadores rurais e suas famílias. Deste modo, pode-se concordar com Bonnemaison citado por Haesbaert (2007) para quem, assim como os habitantes de Turva, os “assentados” da “reforma agrária de mercado” em Canindé, não possuem o território (“assentamentos”), mas se identificam com ele a partir da origem sertaneja, dos hábitos, costumes, valores e cultura.

Retomando o termo territorialização enquanto o processo de construção do território mediada pela apropriação do espaço de forma concreta (mediada por relações de poder) ou abstrata (mediada por símbolos, dentre eles, a identidade), reporta-se ao entendimento de Cruz (2007) para quem a identidade também deve ser encarada enquanto um processo em construção. A identidade não é voltada apenas para o agora “quem somos”, para também deve ser voltada para o futuro “vir a ser”.

A partir do conjunto de relações desenvolvidas pelo grupo de “assentados” estudados, verificou-se que territorialidades diversas existem nesses espaços – o espaço do sujeito-ator que passa de “Pobre e Sem-Terra à pobre com-terra e sem sossego<sup>14</sup>”, territorialidades estas que apresentam conflitos entre si, pois os mesmos estão à deriva, do Idace e dos instrumentos econômicos integrantes do processo, os bancos. Dessa maneira, Raffestin (1993, p.161) ao discorrer sobre a definição de territorialidade afirma que a mesma pode ser caracterizada como estável ou instável, “na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças ao longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças sensíveis a longo prazo”.

---

<sup>14</sup> Expressão utilizada por Ramos Filho, 2005.

É com esta preocupação que se assiste o processo de territorialização da “reforma agrária de mercado” não só em Canindé, mas no país como um todo. O nível de territorialização detectado nos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra pesquisados, aponta para a superposição e simultaneidade de territorialidades contraditórias por conta dos atritos entre os diferentes poderes envolvidos. Trata-se de uma política agrária que reproduz e legitima a ordem hegemônica do poder econômico e político atualmente vigente. A situação de pobreza e dificuldades só vem reafirmando a diferença subalternizada a que sempre foi relegada a classe de trabalhadores rurais sem terra no país. Parte significativa desses “assentamentos” tem se constituído enquanto espaço para o clientelismo político bem como para a corrupção.

Diante da situação diagnosticada, a falta de uma preparação prévia das famílias antes de entrarem na terra, vêm dificultando a organização das mesmas em grupo, em forma de coletivo, obstaculizando a viabilidade de uma produção agrícola que venha a gerar excedente, como também, o afloramento de relações sociais democráticas internas. No entanto, como foi observado, no processo de construção das diversas territorialidades das famílias, as identidades são produzidas a partir da religiosidade e dos laços de parentesco e de compadrio. Esses critérios étnicos funcionam como princípios orientadores de condutas, organizando essa conduta em torno de lealdades, demarcando e delimitando grupos sociais nos “assentamentos”.

Contudo, as identidades detectadas, vêm legitimando às relações de poder entre os diferentes sujeitos que têm exercido o domínio e a apropriação do espaço nessas áreas, pois com base no pensamento de Cruz (2007, p. 121) “as identidades podem tanto legitimar e reproduzir as relações de poder e as instituições hegemônicas da sociedade quanto podem contestá-las e propor novos projetos alternativos”.

Afirma-se ainda que “guardada as devidas particularidades”, como por exemplo, nos “assentamentos” da “reforma agrária de mercado” pesquisados por Oliveira, A. M. (2005), os “assentamentos” em questão refletem um comprometimento do processo de territorialização dessas famílias, pois, no mínimo, considera-se como ponta pé inicial para esse processo, a implicação de

um fato geográfico, ou seja, a conquista da terra em si, e a atual situação vivenciada por essas famílias, que é de endividamento, aliada a outras dificuldades anteriormente tratadas e detectadas em quase todas as áreas, não apontam para isso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política “reforma agrária de mercado”, vem desde o final da década de 1990 fazendo parte, de forma cada vez mais concreta, da atual configuração territorial do espaço agrário brasileiro, reforçando cada vez mais o domínio e apropriação da terra pelo sistema capitalista de produção.

Desta forma, afirma-se que a implementação da “reforma agrária de mercado” no sertão de Canindé, surge como parte de um contexto maior que é a construção de um Novo Mundo Rural, onde o Estado apresenta como principal novidade a sua intervenção no quadro fundiário a partir de transações de compra e venda da terra em contraposição a desapropriação de latifúndios por interesse social. Nessa perspectiva, a “reforma agrária de mercado” deve ser encarada apenas como uma das formas encontradas pelo governo federal no processo de mediação das divergências entre a classe dos proprietários rurais e de trabalhadores rurais sem terra.

Essa foi à realidade apontada no decorrer da pesquisa realizada em cinco dos sete “assentamentos” integrantes do Programa Cédula da Terra em Canindé e, de acordo com os resultados desta pesquisa, pôde-se chegar às conclusões delineadas na seqüência.

Dentre as primeiras impressões percebidas, destacam-se os graves problemas relativos a estruturação desses assentamentos ( evidenciadas no capítulo 02) com destaque para a falta de acesso a recursos básicos como: água, assistência técnica, educação, serviços de saúde e habitação de qualidade. Esse cenário é totalmente contrário a afirmação de Fernandes (2000a) sobre o que uma política de reforma agrária deva contemplar, ou seja, um conjunto de projetos que compreendam políticas de crédito, educação, moradia, saúde, assessoria técnica social, infra-estrutura comunitária, produção, tecnologia entre outros.

Aliado a esses problemas verificou-se, ainda, o beneficiamento de terceiros no processo de aquisição das propriedades, reforçando a tese de que a transação de compra de terras não aparece de forma tão transparente e ainda, pessoas que

agiram com segundas intenções, se aproveitando dos recursos inicialmente destinados para as famílias.

As entrevistas demonstraram que no momento de entrada na terra, as famílias não tinham o menor esclarecimento sobre em que programa estavam entrando, o seu funcionamento, regras etc., sendo que algumas chegaram a achar que estavam entrando num assentamento do INCRA. Esse aspecto aliado aos anteriormente citados, tem tido uma influência direta no número de desistências de famílias do programa. Em alguns desses “assentamentos”, como o Campos do Jordão, do número inicial que era de quinze famílias, só restam no momento cinco. Esses dados por si só indicam que o processo de territorialização dessas famílias é algo bastante complexo, uma vez que a permanência na terra é o que inaugura a construção de um novo território.

A opção por fazer parte dessa política, demonstra a confiança e esperança que essas famílias tinham quanto a uma possível melhoria da qualidade de vida, aliada ao acesso a terra. Neste sentido, o maior choque advindo da nova realidade por estas vivenciada, se deu com os maiores esclarecimentos de que estariam endividados por vinte anos, e de que a terra comprada não reunia condições físico-naturais de desenvolver uma produção agrícola que viesse gerar excedente de renda para o pagamento das parcelas.

Na tentativa de se esclarecer ainda mais o principal objetivo, que era o de entender até que ponto a política “reforma agrária de mercado” tem contribuído para a territorialização dessas famílias, a análise de indicadores como as relações de poder exercidas, o nível de identidade coletiva aliada ao nível de pertencimento ao local apontaram a ocorrência de demais problemas.

Em face do exposto todas essas dificuldades tem se refletido na forma de exploração agrícola adequada ao assentamento, e no tipo de organização interna através do trabalho coletivo e no funcionamento da associação, havendo um frágil funcionamento das modalidades coletivas de tomadas de decisão. A existência de matrizes ideológicas fincadas em um mundo machista, com heranças de clientelismo, paternalismo, contribuíram para a geração de disputas de poder político no interior dos “assentamentos”, o que comprometeu a democracia como

principal característica da forma de organização social. Muitos dos presidentes de associações caíram no viés do autoritarismo. Ressalta-se que considerou-se a incapacidade dos “assentados” de terem relações democráticas devido às relações sociais de dependência a que estão submetidos. Observou-se que a atuação da associação e das assembléias realizadas, reproduzem relações de poder que dificultam o desenvolvimento dos trabalhadores associados, enquanto grupo, como também a atuação dos técnicos e de pessoas com maiores conhecimentos dentro de alguns assentamento. Esse quadro tem comprometido bastante o processo de apropriação do espaço por todas as famílias que residem nessas áreas.

Quanto ao sentimento de pertença, detectou-se que de acordo com as entrevistas, esse sentimento aparece de forma mais clara apenas quando as mesmas já viviam na área ou próximo, quando já conheciam as demais famílias o que contribuiu para uma maior fortificação da solidariedade e resistência das mesmas no local.

Como se afirmar que estes “assentamentos” se constituem enquanto territórios para essas famílias quando as mesmas demonstram total arrependimento de ter entrado nos mesmos, afirmando que suas vidas eram melhores anteriormente e ainda, quando jamais aconselhariam alguém a entrar nesses programas de compra e venda?

Fernandes (1999) atribui ao processo de socialização política um recurso básico para a conquista de uma fração do território, a terra. No caso dessas famílias integrantes dos programas de compra e venda esse não é um processo vivenciado pelas mesmas, o que contribuiu para a não ocorrência da conquista do território, posto que além das mesmas não terem perpassado por um processo de luta e de preparação para a entrada na terra, a sua maioria nem sequer conseguiu dar início ao pagamento de compra da terra, como se conceber a conquista desse território? Elas podem até ter ocupado esses territórios, mas conquistado não.

De acordo com as entrevistas realizadas o que pode se verificar em todos os “assentamentos” foi a existência de territorialidades instáveis (RAFFESTIN,

1993), decorrente das mudanças ocorridas em suas vidas, da incerteza do futuro, essa é a maior marca do cotidiano de vida dessas famílias, ou seja, as únicas certezas apresentadas por essas famílias é que atualmente as mesmas devem muito e que a terra em que entraram não são suas e para grande parte dos entrevistados, nunca virão a ser.

Assim, a partir da realidade dos “assentamentos” integrantes do Programa Cédula da Terra no espaço agrário canideense, as territorialidades detectadas nas áreas em estudo apontam, em linhas gerais, para o agravamento da pobreza paralelo ao endividamento das famílias e da continuidade de subordinação das mesmas. Essa situação tem se refletido no modo de vida dessas famílias que se sentem enganadas e sem perspectiva de futuro. Dessa maneira atribuiu-se aos “assentamentos” estudados a construção de um novo território apenas para uma pequena parte das famílias, para as demais, atribuiu-se a criação de um novo território, mas de um território de exclusão. O próprio fato de terem que pagar pela terra e de que provavelmente não irão conseguir, já os coloca numa situação de exclusão, ou seja, mais uma vez foram colocadas à parte pelo sistema capitalista de produção para quem a terra só está disponível para quem tem condições de pagar por ela. No momento anterior a entrada no Programa Cédula da Terra, esse mesmo sistema já tinha desterritorializado essas famílias de seu principal território, a terra, quando eram moradores, rendeiros e/ou parceiros, e num segundo momento, após a entrada nesses “assentamentos”, as condições encontradas indicam que estas foram novamente desterritorializadas, jogadas a escanteio pela lógica dominante. Desta forma é que no âmbito da territorialização verificada nessas áreas, considerou-se que a entrada por essas famílias na terra financiada via Cédula da Terra não é uma conquista concretizada, e sim temporária e/ou parcial.

Finalmente, para o melhor êxito das políticas públicas de desenvolvimento rural, sugere-se a realização de outros estudos nesses “assentamentos” com o objetivo de detectar novos indicadores que permitam melhor compreender o funcionamento e os resultados dessa política e que venham a contribuir com a efetiva autonomia dessa classe social, através da inclusão social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Ed. HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALENCAR, Francisco Amaro de. Reforma Agrária no Ceará. Fortaleza [s. n.], 2000.

\_\_\_\_\_. Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará. Fortaleza, 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, UFC.

ALENCAR, Francisco Amaro de. et al. Programa Cédula da Terra: o caso do Ceará. Fortaleza: ABRA, CPT, APR, FIAN-Brasil, MST e REDE Brasil [s. n.], 2002, 52p.

ANTONELLO, Ideni Terezinha. A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato. São Cristóvão, SE: NPGeo, UFS, 2001. 290p.

ARRUDA, José Maria e PARENTE, Josênio (orgs.). A era Jereissati: modernidade e mito. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. 172p.

BARREIRA, César. Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992. 193p.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Assentamentos rurais em Áreas de Reforma Agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana. Fortaleza, 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola). Faculdade de Economia Agrícola, UFC. Fortaleza, 1995.

\_\_\_\_\_. O engodo do novo mundo rural: reflexões a partir de Canindé-Ce. Fortaleza, 2003. 210f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, UFC.

BONNEMAISON, Joel; CAMBREZY, Luciano. Le Lien Territorial: entre frontières et identités. Géographies et Cultures (Le Territoire), nº 20. Paris: L'Harmattan. 1996.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: Geografia Cultural: Um século (3). CORRÊA, Roberto Lobato e ROSEDAHL (Orgs.) Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Pp. 83-131.

BRANDÃO, Wilson. A reforma agrária solidária do Ceará. In: LEITE, Pedro Sinando ET AL. (orgs.). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA, Paralelo 15, NEAD, 2000. Pp. 317-327.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Relatório preliminar de avaliação do Projeto Cédula da Terra. Brasília, UNICAMP/NEAD/MEPF, 1999.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003. 36p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Política Fundiária e da Agricultura Familiar. Programa Novo Mundo Rural. Brasília, DF. 1999. 26p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Política Fundiária e da Agricultura Familiar – manual de operação do Banco da Terra, Brasília, 1999. 48p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário - manual de operação do projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Brasília, 2002. 56p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – manual de operação do programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, 2ª edição, Brasília, 2003. 26p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário - II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília:[s.n.], novembro de 2003. 33p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – manual de operação do Programa Nacional Crédito Fundiário, Brasília, 2003. 23p.

\_\_\_\_\_. Plano Regional de Reforma Agrária – paz, produção e qualidade de vida no meio rural. INCRA-CE: Fortaleza, 2004.

\_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL. Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Dep. João Alfredo (Org.). Brasília, 2006. 242p.

BUTH, Fernanda. Assentamentos: elementos de reconfiguração territorial de um movimento social. In: Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis-SC, n. 02, p. 24-37. Jun. /2006.

CARRANO, Paulo César. Juventude: as identidades são múltiplas. Rio de Janeiro. Revista da Universidade Federal Fluminense. 2000, p. 11-27.

CARVALHO, Horácio Martins de. A interação social e as possibilidades e coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais no Brasil. NEAD: Brasília, 1999.

CEARÁ. GOVERNO DO ESTADO. Manual de operação. Projeto São José – Combate à pobreza no interior do Ceará. Fortaleza, 1987. 12p.

\_\_\_\_\_. Manual de operação. Reforma Agrária Solidária. Fortaleza, 1996. 08p.

\_\_\_\_\_. Manual de operação. Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra. Fortaleza, 1997. 12p.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento – RS. Presidente Prudente, 2003. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP.

CLAVAL, Paul. A geografia cultural. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. 453p.

COSTA, Nejme Nogueira. Poder e saber em Foucault: uma reflexão sobre essa relação dentro dos assentamentos rurais. In: VASCONCELOS, José Gerardo; GERMANO, Antônio; FONTELES, José Mendes. (Orgs.). Ditos (mau)ditos. Fortaleza: LCR, 2001. Pp.142-150.

COUTINHO, Maria Elane. O assentamento Grossos em Canindé-Ce se constitui um território? Fortaleza, 2003. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará.

CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. Pp. 93-122.

DINIZ, Aldiva Sales. A criação dos perímetros irrigados e a criação de novas territorialidades no sertão. In ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado. (Org). Paradigmas da agricultura cearense: modernização excludente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. Pp. 37-60.

IPLANCE. Dinâmica das áreas de assentamentos de reforma agrária no Ceará. Fortaleza: Edições IPLANCE, 1998. 136p.

DOMINGOS NETO, Manuel. A “reforma agrária de FHC”. In: Direitos Humanos no Brasil 2002. São Paulo: Ed. Peres, 2002. P. 47-58.

FAVARETTO, Arilson; BITTENCOURT, Gerson. Seca e questão agrária: o novo e o velho no Nordeste. In: CUT/CONTAG/ASA. (Orgs.). O Nordeste quer dignidade. São Paulo. [s.n.]. 2001. Pp.17-24.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC, 1996. 285p.

\_\_\_\_\_. 500 anos de luta pela terra. Revista cultura Vozes. São Paulo, n. 2, p. 11-31, mar./abr. 1999.

\_\_\_\_\_. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). Violência em tempo de globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999. Pp. 388-402.

\_\_\_\_\_. A questão agrária. São Paulo. [s.n.]. 2000. 10p.

\_\_\_\_\_. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária no Governo Lula: a esperança. Presidente Prudente, SP. [s.n.]. 2003. 07p.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: VI Encontro Nacional da Anpege. Fortaleza, Ceará. Anais, 2005. 10p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. 9ª edição. Rio de Janeiro: Grad.1990.

GERMANI, Guiomar. Programa de acesso a terra não é reforma agrária. Disponível em: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br). Setembro de 2003. Acesso em 20/06/2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOMES, Rita de Cássia da Costa. O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico. Revista Sociedade e Território, Natal, v.13, n.2, 1999.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ-Nuap/PPGA, 2001. 479p.

HOONAERT, Eduardo. Catequese e aldeamento. In: SOUZA, Simone (Org.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações. 1989. Pp. 42-60.

IDACE. Reforma Agrária Solidária: Cédula da Terra. Fortaleza [s. n.], 1998.

Impacto dos assentamentos. O Povo, Fortaleza, jun. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. Censo Agropecuário, 1996.

JOCA, Tereza Helena de Paula. A agricultura do semi-árido do Ceará nos últimos 20 anos. In: FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL CEARENSE SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil. Fortaleza, 1993. Pp. 47-57.

KAUTSKY, Karl. A questão Agrária. Tradução de C. IPEROIG. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329p.

LEITE, Sérgio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza-CE, 1998.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. As políticas públicas e a modernização agrícola do Baixo Jaguaribe-Ceará. Fortaleza, 2000. 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Geografia, UECE.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: Terra Livre: Geografia, movimentos sociais e teoria. São Paulo, ano 18. n. 19, p. 95-112. Jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (2º). 1979, Águas de São Pedro. Anais... Rio Claro: UNESP, 1979. p.199-221.

\_\_\_\_\_. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. 67p.

\_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 181p.

\_\_\_\_\_. José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petropolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000. 173p.

\_\_\_\_\_. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MARTINS, Mônica Dias. Os desafios da cooperação: nos assentamentos da reforma agrária do Ceará. Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S. A. 1994. 55p.

\_\_\_\_\_. Modernização do Estado e reforma agrária. In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, J. (Orgs.). A era Jereissati: modernização e mito. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. Pp. 145-170.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; SOUSA, Inês Cabanilha de; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. Proposta. n. 77 junho/agosto de 1998, p. 54-63.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 104p.

MOURA, Antônio Marcos Pontes de. A questão da terra no Ceará: "reforma agrária" e suas implicações. Fortaleza, 2002. 96f. Monografia (Bacharelado em Geografia – Habilitação em Estudos Geográficos e Regionais). Departamento de Geografia, UFC.

\_\_\_\_\_. "A porteira está aberta": o programa de reforma agrária solidária – Cédula da Terra no Estado do Ceará. Aracaju, 2003. 63f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Núcleo de Pós Graduação em Geografia, UFS.

NAVARRO, Zander. O projeto – piloto Cédula da Terra – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. Porto Alegre: [s. n.], 1998. 30p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1990. 88p.

\_\_\_\_\_. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. 164p.

\_\_\_\_\_. As transformações territoriais recentes no campo brasileiro. São Paulo: [s. n.], 1998. Pp. 1-28.

\_\_\_\_\_. A geografia das lutas no campo. São Paulo: Contexto, 1999. 128p.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Revista Estudos Avançados. São Paulo: 15 (43), 2001. Pp. 185-206.

\_\_\_\_\_. A “não-reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. CIRADR-FAO. Porto Alegre entre 07 e 10/03/2006.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil. São Paulo. 2005. 379f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, USP.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro, 2004. 281f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA / UFRJ.

\_\_\_\_\_. A disputa política no Brasil em torno da implementação da reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005). In: Revista NERA. Ano 8. n. 6. DGEO/UNESP. São Paulo, 2005.

PINHEIRO, Francisco José. Mundo em confronto: povos europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de. (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. Pp. 17-55.

PRADO Jr., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De Pobre e Sem-Terra à pobre com-terra e sem sossego”: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado em Sergipe (2001 – 2004). In: VI Encontro Nacional da Anpege. Fortaleza, Ceará. Anais, 2005. 15p.

SALES, Vanda Claudino. Sistemas naturais e degradação sócio-ambiental no Estado do Ceará. In: FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL CEARENSE SOBRE MEIO

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Diagnóstico sócio-ambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil. Fortaleza, 1993. Pp. 09-36.

\_\_\_\_\_. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAUER, Sérgio. Projeto Cédula da Terra. A “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. Washington, D. C. [s. n.], 2002. 26p.

SCHWARTZMAN, Stephan; SAUER, Sérgio e BARROS, Flávia. (orgs.). Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil, 2001. 221p.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A luta pela terra e a composição social da vida no campo. Geonotas. Maringá, v.4, n.3, jul./ago./set. 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Indicadores sócio-econômicos do Estado do Ceará. Fortaleza, Iplance, 2004, 183p.

SILVA, Aldenôr Gomes da. Meio rural: o espaço da exclusão? In: VALENÇA, Márcio M.; GOMES, Rita de Cássia da C. Globalização e desigualdade. Natal, RN: A. S Editores, 2002. Pp. 163-176.

SILVA, Cícero Nilton Moreira. Religiosidade e política: a construção da espacialidade das Romarias da Terra no Estado do Ceará. Fortaleza 2003. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento em Geografia. UECE.

SILVA, José Borzacchiello. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989. Pp. 79-90.

SILVA, José Graziano da. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: 15 (43), 2001. P. 37-50.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Pp. 77-116.

STÉDILE, João Pedro (Org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petropolis: Vozes, 1997.

TEÓFILO, Edson; GARCIA, Danilo P. Políticas de terra, pobreza e desenvolvimento rural: o caso do Brasil. Brasília. [s.n.]. 2002, 18p.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. 135p.

WASSERMAN, Cláudia. Identidade: conceito, teoria e história. Agora Santa Cruz do Sul, v. 7, n.2, jul/dez, 2001, p. 7-19.

XAVIER, Uribam. Agricultura familiar assentada no Ceará: uma abordagem sócio-antropológica. Fortaleza. [s.n.]. 1998. 29p.

#### Periódicos

Cadernos Conflito no Campo. CPT Nacional - Brasil

Informativo Notícias do Idace

Jornal O Povo

Revista Sem Terra

#### Webpages

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.seagri.ce.gov.br](http://www.seagri.ce.gov.br)



# **APÊNDICE**



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Moradores dos “assentamentos” integrantes do Programa  
Cédula da Terra

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Nº de Filhos: \_\_\_\_\_

“Assentamento”: \_\_\_\_\_

1. Antes de entrar nessa área já conhecia algum assentamento?
2. Você gostava de onde morava anteriormente?
3. Trabalhava em que atividade?
4. Como era a sua relação com o antigo patrão?
5. Você gosta de trabalhar na terra?
6. Como soube da compra dessa terra e como foi esse processo?
7. Já conhecia as demais famílias que entraram no “assentamento”?
8. Ao entrar na terra quais eram as suas perspectivas de vida?
9. E atualmente? Você está gostando da experiência de viver em “assentamento”? Por quê?
10. Antes de entrar no “assentamento”, já tinha participado de alguma associação?
11. Você ocupa algum cargo na diretoria da atual associação?

12. Como é sua relação com as demais famílias aqui residentes? Já teve conflito com alguém? Como é o relacionamento entre as demais famílias que residem no “assentamento”?
13. Como é a relação do presidente da associação com as demais famílias do “assentamento”?
14. Como é a relação do técnico agrícola e dos representantes do Idace com as famílias assentadas? Eles vêm sempre ao “assentamento”? Participam das reuniões?
15. Existiu um rompimento com os laços afetivos da comunidade / lugar de sua origem?
16. Você gosta de ser “assentado”? Tem orgulho disso? Por quê?
17. Já passaram por dificuldades? Que tipo? Isso ajudou no fortalecimento do grupo? Na união? E a relação com os que entraram depois na terra e que não enfrentaram os problemas que a maioria enfrentou?
18. Qual o valor de sua renda mensal?
19. Como tem feito para pagar as parcelas de compra da terra?
20. Depois que entrou no “assentamento” mudou alguma coisa em você? Você acha que a terra é sua? O senhor se sente parte do “assentamento”? Era melhor antes ou agora? Por quê?
21. Você tem medo de perder essa terra?
22. Você aconselharia a alguém participar dos programas de compra e venda da terra? Por quê?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Presidente da Associação

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ nº de filhos: \_\_\_\_\_

“assentamento”: \_\_\_\_\_

1. Antes de entrar no “assentamento” Você já tinha participado de alguma outra associação?
2. Desde quando você é presidente da associação?
3. Quantas famílias entraram no “assentamento” e quantas têm atualmente?
4. Está gostando de ser presidente? Vai se candidatar novamente? Por quê?
5. Quais são as ações da associação?
6. Qual a temporalidade das reuniões? Todas as famílias participam?
7. Marcam reuniões extraordinárias com frequência? Por quais motivos?
8. Todas as reuniões são registradas em atas?
9. Nos dias de reuniões algum técnico, político local ou representante do sindicato participa?
10. Como é sua relação com as demais famílias?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Poder Público - Idace

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1. O que você acha dos programas de compra e venda da terra?
2. Como você vê a construção desses “assentamentos”? Acha que estas famílias estão construindo um novo território onde vão ter a oportunidade de viver dignamente?
3. Porque você acha que muitas das famílias que entram nesses programas acabam saindo da terra?
4. Porque você acha que essas famílias não têm conseguido pagar a parcela de compra da terra?
5. No decorrer do período de negociação para a compra da terra. O Idace esclareceu para as famílias como se dá esse processo, ou seja, o fato de que elas vão ter que pagar pela terra esclarecendo o valor de cada parcela etc? Como se dá a preparação dessas famílias para a entrada na terra? Existe esse momento?
6. Como é a relação Idace e Ematerce no processo de viabilização dos “assentamentos”?
7. Em sua opinião esses programas têm sido viáveis? Têm contribuído para uma desconcentração fundiária e melhora das condições de vida dessas famílias?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
 Departamento de Geografia  
 Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Poder Público - Ematerce

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1. Como funciona o serviço de assistência técnica aos “assentamentos” do Programa Cédula da Terra?
2. Qual a periodicidade do atendimento?
3. O serviço é prestado a todas as famílias do “assentamento”?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos técnicos?
5. Como você vê a construção desses “assentamentos”? Acha que estas famílias estão construindo um novo território onde vão ter a oportunidade de viver dignamente?
6. Como é a relação dos técnicos com as famílias dos “assentamentos”?
7. Como é a relação Ematerce e Idace no processo de viabilização dos “assentamentos”?
8. Porque você acha que essas famílias não têm conseguido pagar a parcela de compra da terra?
9. Em sua opinião o “assentamento” trouxe alguma mudança para a produção agrícola e pecuária da região? Em caso positivo, qual?
10. Em sua opinião essas famílias melhoraram de vida ao entrar no “assentamento”?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1. Qual a posição do Sindicato com relação aos programas de compra e venda da terra?
2. O Sindicato têm dado um acompanhamento a esses “assentamentos”? Participam das reuniões da associação?
3. Porque você acha que muitas das famílias que entram nesses programas acabam saindo da terra?
4. Porque você acha que essas famílias não têm conseguido pagar a parcela de compra da terra?
5. Em sua opinião esses “assentamentos” trouxeram alguma influência ou algum peso na vida política local? De que tipo?
6. Em sua opinião esses programas têm sido viáveis? Têm contribuído para uma desconcentração fundiária e melhora das condições de vida dessas famílias?
7. Você que essas famílias têm conseguido construir um novo território, onde são elas próprias é que exercem o poder sobre o mesmo ou acha que existe a influência externa de alguém?
- 8.



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Comissão Pastoral da Terra - Canindé

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1. Qual a posição da CPT com relação aos programas de compra e venda da terra?
2. A CPT têm dado um acompanhamento a esses “assentamentos”? Participam das reuniões da associação?
3. Porque você acha que muitas das famílias que entram nesses programas acabam saindo da terra?
4. Porque você acha que essas famílias não têm conseguido pagar a parcela de compra da terra?
5. Em sua opinião esses “assentamento” trouxeram alguma influência ou algum peso na vida política local? De que tipo?
6. Em sua opinião esses programas têm sido viáveis? Têm contribuído para uma desconcentração fundiária e melhora das condições de vida dessas famílias?
7. Porque você acha que essas famílias têm conseguido construir um novo território, onde são elas próprias é que exercem o poder sobre o mesmo ou acha que existe a influência externa de alguém?



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Departamento de Geografia  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ENTREVISTA: Movimento dos Trabalhadores Rurais de Canindé

Identificação

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

1. Qual a posição do movimento com relação aos programas de compra e venda da terra?
2. O movimento têm dado um acompanhamento a esses “assentamentos”? Participam das reuniões da associação?
3. Porque você acha que muitas das famílias que entram nesses programas acabam saindo da terra?
4. Porque você acha que essas famílias não têm conseguido pagar a parcela de compra da terra?
5. Em sua opinião esses “assentamentos” trouxeram alguma influência ou algum peso na vida política local? De que tipo?
6. Em sua opinião esses programas têm sido viáveis? Têm contribuído para uma desconcentração fundiária e melhora das condições de vida dessas famílias?
- 7.** Você acha que essas famílias têm conseguido construir um novo território, onde são elas próprias é que exercem o poder sobre o mesmo ou acha que existe a influência externa de alguém?